

30% do manganês extraído no país é de garimpo ilegal

É a estimativa de executivos desse mercado sobre a apropriação criminosa de reservas do mineral estratégico. Grandes mineradoras diminuíram operação no Brasil, que tem a quarta maior reserva de manganês do mundo. **Mercado A17**

Mineração ilícita avança na Amazônia, afirma Ábin

Agência diz que exploração de ouro na fronteira com a Colômbia é o principal crime ambiental da área. **Cotidiano A32**

Verba de comunicação do governo Lula cresce antes de ano eleitoral

Recurso foi ampliado em mais de R\$ 116 milhões, alcançando R\$ 876 milhões em 2025; secretaria diz que promove políticas públicas e cita bloqueio em parte do orçamento

O governo Lula (PT) ampliou a verba de comunicação da Presidência da República em mais de R\$ 116 milhões durante o ano, levando esse orçamento para cerca de R\$ 876 milhões em 2025, um ano antes da eleição. O valor supera os cerca de R\$ 600 milhões reservados em 2024.

A rubrica banca sobretudo campanhas publicitárias, além de assessoria de imprensa e pesquisas de opinião. Sob Jair Bolsonaro (PL), a maior verba foi em 2021: R\$ 462 milhões (em valores atualizados). Já com Michel Temer (MDB), a soma atingiu R\$ 616 milhões em 2017.

R\$ 85 milhões

foram destinados à campanha sob o mote 'Brasil soberano' e R\$ 30 mi ao programa Gás do Povo

Em nota, a Secom afirmou que a legislação prevê ações de comunicação para promover políticas públicas e direitos. Disse ainda que parte do seu orçamento foi bloqueada e que, por isso, não houve alteração substancial na verba total com os aportes. **Política A6**



Michael Dantas/Folhapress

Médica indígena equilibra conhecimento ocidental e ancestral na Amazônia

Adana Omágua Kambeba nas ruínas de Paricatuba, perto de Manaus; formada na UFMG, ela se dedica a cuidar de mulheres, crianças e anciãos em comunidades dos kambebas, onde segue rituais rigorosos, sob a supervisão de pajés, para se tornar líder espiritual **Saúde A36**

Lygia Maria

Como recuperar o Estado perdido

Operação no Rio escancarou dissonância entre a esquerda e os anseios da população. **A3**

Facções desafiam governos, e reação integrada é difícil, dizem estudiosos

Para especialistas em segurança, o país fechou os olhos à expansão de grupos criminosos. Solução exige integração nacional difícil de ser implementada, sobretudo às vésperas de ano eleitoral. **Cotidiano A30**

ilustrada

GLOBOPLAY COMPLETA 10 ANOS NO AR

Plataforma vê os concorrentes investirem alto em seara antes de domínio da Globo. **B1**

folhainvest

Pacote facilita a compra de casa própria **A13**

EDITORIAIS A2

Lula e Senado prejudicam imagem do STF Sobre indicação de ministro para a corte.

De CLT a PJ Acerca da alta migração de trabalhadores para regime de trabalho mais flexível.

entrevista da 2ª

DARIO DURIGAN

Secretário-executivo da Fazenda

Tramitação de nova lei de concorrência digital é urgente

O governo Lula quer avançar no projeto que aumenta o poder do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) sobre as plataformas de internet e não acredita que os EUA possam retaliar a regulação, afirma o número 2 da Fazenda. "Discussão deve ser enfrentada pelo Congresso." **A38**

Reconstruir Gaza exigirá US\$ 70 bi e levará décadas A27

O amor que marca a infância marca a vida toda.

Há 16 anos consecutivos como a marca mais lembrada pelos brasileiros no Top of Mind.



O MINISTÉRIO DA SAÚDE INFORMA: O ALEITAMENTO MATERNO EVITA INFECÇÕES E ALERGIAS E É RECOMENDADO ATÉ OS 2 (DOIS) ANOS DE IDADE OU MAIS.



35 ANOS



JHSF

SURPREENDENTE



FASANO

RIO DE JANEIRO

www.fasano.com.br

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Lula e Senado prejudicam imagem do STF

Com Jorge Messias e Rodrigo Pacheco como principais opções, presidente e legisladores politizam debate sobre novo ministro da corte; nome buscado deveria ser de consenso e contar com sólida atuação jurídica

Desde que o ministro Luís Roberto Barroso anunciou sua saída precoce do Supremo Tribunal Federal (STF), dois nomes despontaram na disputa pela vaga aberta: Jorge Messias e Rodrigo Pacheco. Nenhum deles, porém, pelas razões certas. Messias, todos sabem, é o preferido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a quem cabe indicar ministros da corte constitucional. O advogado-geral da União tem suas maiores credenciais na proximidade com o Palácio do Planalto, na lealdade ao petista e na combatividade ao defender interesses do governo. Pacheco, senador pelo PSD-MG e ex-presidente da Casa, conta com a simpatia de seus colegas, aos quais cabe sabatar e aprovar —ou rejeitar— o indicado.

Ele tem no apoio de ministros do STF e na campanha do atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), suas melhores cartas de recomendação. Ainda que ambos tenham formação no direito, e por mais subjetivos que sejam os requisitos constitucionais de notável saber jurídico e reputação ilibada para ocupar o cargo, seria de esperar que ao menos parte do debate se desse em torno da capacidade técnica e das inclinações doutrinárias de cada um deles. Mas não. Questões dessa natureza têm sido relegadas ao desprezo. São cálculos meramente políticos que parecem dirigir as motivações dos principais atores envolvidos nas discussões. Lula age por pragmatismo. Ciente da relevância estratégica do

STF e contrariado por votos nos julgamentos do mensalão e da Lava Jato, ele quer um aliado na corte, alguém com quem tenha boa interlocução, que lhe seja fiel e, de preferência, jovem, para se manter na cadeira por bastante tempo —Messias tem 45 anos. Se ainda não indicou o advogado-geral da União, é por saber dos riscos que correrá sem a anuência prévia de figuras importantes no Senado. Como eventual rejeição do escolhido seria um vexame para o governo, costuma-se recorrer a uma espécie de sabatina informal nos bastidores a fim de ponderar as resistências. O Senado, liderado por Alcolumbre, emite sinais claros de oposição a Messias. Não por condenar alguma característica do advogado-geral, mas por querer

Seja em um caso, seja no outro, o saldo será negativo. O problema é o que ambos representam: uma aposta dobrada nas mesmas distorções que têm carcomido a imagem institucional do Supremo perante a sociedade

aproveitar a oportunidade de emplacar um ex-presidente da Casa —e ainda mais um como Pacheco, que, aos 48 anos, teria longevidade assegurada na corte. Ou seja, em vez de usar seu poder de veto para encaminhar uma opção consensual e sólida em termos jurídicos, o Senado reforça a politização do STF desde o processo de escolha de seus membros. É o corporativismo, a vontade de ver “um dos seus” no tribunal que anima os legisladores. Seja em um caso, seja no outro, o saldo será negativo, e não pelos méritos ou deméritos que Messias e Pacheco possam ter. O problema é o que ambos representam: uma aposta dobrada nas mesmas distorções que têm carcomido a imagem institucional do Supremo perante a sociedade.

De CLT a PJ

Pasta do Trabalho suspeita de fraude em migração de 5,5 mi de trabalhadores do regime com carteira assinada para o de pessoa jurídica; fato é que mercado de trabalho também demanda contratos flexíveis

A migração de 5,5 milhões de trabalhadores do regime CLT, de emprego com carteira assinada, para o de pessoa jurídica entre 2022 e julho de 2025 é prova das rápidas transformações do mercado de trabalho. O fenômeno, conhecido como pejoitização, tem motivos como a redução do custo regulatório e tributário —potencialmente vantajoso para o trabalhador, que pode ter vencimento líquido maior, e empregador, que tem encargos menores sobre o salário. De fato, contratações pela CLT são oneradas em cerca de 70% por várias normas e proteções legais, enquanto PJs são tratados como prestadores de servi-

ços, isentos desses ônus. Estudo do economista Nelson Marconi (Eaesp-FGV) indica que em profissões de alta escolaridade enquadradas no Simples Nacional (faturamento até R\$ 4,8 milhões), remunerações de PJs podem chegar ao dobro das recebidas por celetistas, graças ao menor custo empresarial. A busca por flexibilidade e a visão positiva sobre empreendedorismo, sobretudo entre adultos jovens, também pesam a favor. Pesquisa Datafolha de junho deste 2025 revela que 59% dos brasileiros preferem trabalhar por conta própria (68% entre jovens), valorizando horários maleáveis e maior renda.

Há riscos de abuso, em que relações de subordinação são mantidas muitas vezes sem ganhos de remuneração para o trabalhador, apenas para favorecer a empresa, o que pode caracterizar fraude. Cabe notar que, dos migrantes de CLT para PJ, 80% (4,4 milhões) optaram pelo MEI, regime simplificado criado em 2008 para favorecer a formalização de autônomos e pequenos empreendedores, cujo faturamento anual é limitado a R\$ 81 mil. Na visão do Ministério do Trabalho, enviesada pelo sindicalismo tradicional, esse padrão pode indicar migração forçada de pessoas de menor qualificação para driblar tributos, prejudicando os

Pesquisa Datafolha de junho deste 2025 revela que 59% dos brasileiros preferem trabalhar por conta própria (68% entre jovens), valorizando escolha de horários e renda maior

trabalhadores sem poder de barganha. Nesse caso, há precarização que expõe vulneráveis a ciclos de informalidade. Mesmo assim, voltar à CLT plena seria pouco realista. A preferência visível por autonomia sugere que rigidez excessiva sufocaria a geração de empregos e elevaria custos empresariais. Outro desafio é compatibilizar flexibilidade e relações contratuais diversas com a necessidade de financiamento da Previdência Social. O Supremo Tribunal Federal, que está prestes a deliberar sobre a legalidade da pejoitização, fará bem em evitar tanto o velho paternalismo quanto a desproteção de trabalhadores.

FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
EDITOR-EXECUTIVO Vinicius Mota
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), Marcelo Benez (comercial), João Cestari (tecnologia), Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Luciana Pandolfi (recursos humanos)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR BDO)
877.134 - Fechamento 1º Semestre de 2025
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

João Montanaro



COLONISTAS

SÃO PAULO

Recuperar o Estado perdido

Lygia Maria

A operação policial mais letal do Rio, que resultou em 121 mortes, escancarou a dissonância entre a esquerda e os anseios da população em segurança pública. Por óbvio, o monopólio do uso legítimo da força concedido ao Estado não autoriza violações dos direitos humanos. Mas os direitos humanos não podem ser manipulados para impedir que o Estado proteja os cidadãos. A esquerda, com razão, foca o primeiro ponto. Contudo politiza a abordagem. Crítica a letalidade policial no Rio e em São Paulo, enquanto a maior taxa desse indicador em 2024 foi a do Amapá (17,1 mortes por 100 mil habitantes), cujo governador é do Solidariedade, seguida pela da Bahia governada pelo PT (10,5) — Rio re-

gistrou 4,1 e São Paulo (1,8) ficou abaixo da média nacional (2,9). Abusos das forças de segurança devem ser investigados e punidos, mas o discurso de que seria possível combater facções sem dar um tiro é manifestação clara de ignorância ou de má-fé. E a população que a esquerda diz defender percebe a falácia. Pesquisa Datafolha mostra que 57% dos cariocas concordam totalmente ou em parte que a operação foi um sucesso, e a maioria (46%) diz ter mais medo das facções do que da polícia (6%). O que acontece nas favelas do Rio e em outros estados há muito deixou de ser um problema restrito ao tráfico de drogas. Bandidos com armamento pesado restringem o direito de ir e

vir, matam, torturam, instituem tribunal do crime e extorquem moradores em troca de segurança ou de serviços como luz, gás, TV a cabo e mototáxi. Trata-se, portanto, de um Estado paralelo que viola direitos humanos. O poder do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital se espalhou pelo Brasil e por seus vizinhos de fronteira. É urgente a integração, com inteligência e uso da força, entre estados e a esfera federal. Mas o PT, que governou o país por 15 anos neste século, nunca instituiu um plano efetivo para a segurança. A violência generalizada promovida pelas facções foi gestada por décadas. Agora, não adianta mais demagogia. É preciso recuperar o Estado perdido.

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Quando o fracasso sustenta a identidade

Trajetória do peronismo e do radicalismo na Argentina revela um país onde a identidade pesa mais que o desempenho

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

É lugar-comum afirmar que o Brasil não é para amadores. O que dizer, então, da Argentina? Uma das frases mais célebres sobre o país — ou sobre sua tragédia — é atribuída a Simon Kuznets, prêmio Nobel de Economia em 1971: “Existem quatro tipos de países no mundo: desenvolvidos, subdesenvolvidos, o Japão e a Argentina”. A eleição de um libertário em um país marcado pelo intervencionismo estatal e pela instabilidade fiscal não deveria surpreender. Situações de crises recorrentes tendem a produzir respostas políticas radicais. O feito, no entanto, não é apenas individual. O partido La Libertad Avanza (LLA) saltou de 14% para 41% das cadeiras na Câmara. Três fatores foram decisivos: a mais baixa taxa de comparecimento às urnas em quatro décadas (67%), apesar do voto obrigatório; o swap cambial de US\$ 20 bilhões (R\$ 107 bilhões) de Trump; e a promessa do presidente dos EUA de descontinuar apoio se Milei viesse a perder. O peronismo foi amplamente derrotado. Como alternativa era ainda pior.

A trajetória do declínio argentino é inseparável da história do peronismo. Juan Domingo Perón foi ministro e vice-presidente durante o regime militar (1943–1945), eleito presidente em 1946, reeleito em 1951 e deposto em 1955, ele retornou ao poder em 1973, falecendo em 1974. A radicalidade de seu movimento expressou-se na rejeição à democracia representativa e na mobilização social agressiva. Não por acaso, Seymour Martin Lipset classificou o peronismo como “fascismo de esquerda” em “Political Man: The Social Bases of Politics” (1960).

O peronismo estruturou de modo duradouro a política argentina e seus efeitos ainda se refletem nos resultados eleitorais recentes, como destaca Andrés Malamud

O peronismo estruturou de modo duradouro a política argentina e seus efeitos ainda se refletem nos resultados eleitorais recentes, como destaca Andrés Malamud. A geografia do voto em Milei revela padrões consistentes com essa trajetória histórica.

Após a redemocratização de 1983, peronistas e radicais alternaram-se no poder, período que se iniciou com Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical (UCR). Nas últimas duas décadas, entretanto, essa lógica foi substituída pela ascensão de novos partidos. Como sintetiza Malamud, “o que muda é a ideologia interna do peronismo e o partido externo do não peronismo. É este último que mantém uma identidade que muda de instrumento [partidário] ao longo do tempo”.

Enquanto o peronismo se deslocou radicalmente para a esquerda sob os Kirchners, o campo não peronista viu surgir alternativas à UCR, em processo comparável ao declínio do PSDB no Brasil — primeiro com o PRO de Mauricio Macri e, agora, com Milei. Isso explica as vitórias recentes em redutos historicamente ligados à UCR, já que as bases sociais do mileísmo se concentram no campo não peronista, com exceção parcial do eleitorado jovem.

A imagem de Malamud é certa: “o peronismo continua existindo porque fracassou; o radicalismo deixou de existir porque teve sucesso.” Enquanto os radicais desempenharam papel decisivo na redemocratização e na consolidação institucional, os peronistas mantêm um voto essencialmente identitário, resistente apesar dos reiterados fracassos.

Milei virou o jogo e ganhou tempo: conta com quórum para veto presidencial, base ampla e — seu calcanhar de Aquiles — recursos para negociar com governadores.

BRASÍLIA

O mês mais importante do ano

Ana Cristina Rosa

Novembro é o período mais importante do ano no Brasil, país onde a maioria da população — que se autodeclara preta ou parda (56%, segundo o IBGE) — é cotidianamente excluída, criminalizada e morta pelo simples fato de ser negra. O mês da Consciência Negra é tempo de reflexão e debate sobre o efeito devastador do racismo institucionalizado no cotidiano nacional. Contudo, apesar da escandalosa diferença de tratamento dedicado às pessoas em razão da aparência física (fenótipo), na prática, esta costuma ser uma época de reverberação da tese de que somos uma raça única — a raça humana, como disse o “sábio” (contém ironia) ator negro Morgan Freeman, num ato de des-

serviço planetário à promoção da equidade étnico-racial. Afinal, se do ponto de vista genético não há distinção racial entre humanos, é inegável que do ponto de vista social raça é um conceito não só existente, mas também determinante da qualidade e, sobretudo, das perspectivas de vida e morte. Não por acaso, “a cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil”, como destacou a ONU em campanha sobre a desigualdade racial nos indicadores nacionais de violência. Dias atrás, dezenas de cadáveres de homens negros foram enfileirados em praça pública no Rio de Janeiro numa ilustração aterrorizante do racismo institucional e da falência do Esta-

do Nação. Muito revelador que os nomes de uma centena dos assassinados pela polícia nos complexos da Penha e do Alemão não constem na denúncia que originou a megaoperação policial. É imperioso deixar de lado as abstrações e admitir o extermínio da população negra brasileira. Combater o crime organizado é fundamental, mas os alvos deveriam ser travados nas estruturas de lavagem de dinheiro que estão entranhadas na política, na economia e até nas instituições públicas. Existe estado paralelo porque o Estado Nação falhou na promoção de direitos básicos e essenciais como educação, saúde e segurança pública.

RIO DE JANEIRO

21 de junho de 1839 caiu numa sexta-feira

Ruy Castro

Outro dia alguém me falou casualmente como seria interessante saber em que dia da semana haviam caído certas datas históricas do país. Como, digamos, 21 de junho de 1839, quando nasceu Machado de Assis. Ou 5 de julho de 1922, a da revolta do Forte de Copacabana. Ou 29 de junho de 1958, quando o Brasil conquistou a Copa do Mundo na Suécia. Respondi que conhecia uma maneira de descobrir isso: fazendo cálculos numa espécie de tabela que saía nos almanaques que, nas décadas de 1940 e 1950, a indústria farmacêutica, os fabricantes de goiabada e alguns jornais publicavam no fim do ano e davam de brinde aos clientes. Eram livros grossos, encadernados, cheios de anúncios em

cores. O almanaque mais esperado era o do jornal carioca Correio da Manhã, então o maior do país, com 400 páginas de deliciosas informações inúteis, como instruções para evitar a verminose, relatos sobre o cultivo do abacate, as fases da lua e coisas que tais. Mas uma das atrações da edição de 1940 era o Calendário Perpétuo, que permitia exatamente isto: saber o dia da semana de qualquer data entre 1801 e 1999. Era simples até para os deficientes aritméticos, como eu. Para me exibir, tirei o bicho da estante e propus 21 de junho de 1839, nascimento de Machado. Seguindo as instruções, procurei na tabela A, referente aos anos, o de 1839. Este encontra-

do, corri o dedo para a direita até a tabela B, referente aos meses, para achar, na mesma linha, o número encimado pelo mês de janeiro — no caso, o número 2. A este somei 21, que era o dia do nascimento de Machado, e cheguei a 23. Na tabela C, o número 23 correspondia à sexta-feira. Onde, Machado de Assis nasceu numa sexta-feira. O sabor de vitória ao dirimir tão bem aquela dúvida foi inebriante. Mas fui desmoralizado por um garoto no grupo, o qual nos mostrou como chegar à mesma informação. Escreveu no celular “Calendário de 1839” — e, em rigorosamente 1 segundo, surgiu na tela a folhinha de 1839, com o dia 21 de junho caindo numa sexta-feira.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Declarar guerra ao narcoterrorismo é decisão política

Essas facções não são meras quadrilhas, devem ser combatidas pelas Forças Armadas; mas, por ideologia, o PT prefere conviver com o crime a enfrentá-lo

Romeu Zema

Governador de Minas Gerais (Novo)

A Operação Contenção, realizada no Rio de Janeiro, foi um sucesso. Não só porque prendeu 20 criminosos, atingiu lideranças de cinco estados e enfraqueceu o Comando Vermelho, mas porque revelou uma verdade que o Brasil insiste em ignorar: estamos em guerra. Uma guerra civil silenciosa, travada há décadas em nosso território, entre o Estado e facções que desafiam a autoridade pública, impõem medo e corroem a soberania.

Essas facções — Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital, Família do Norte, entre outras — não são meras quadrilhas. São estruturas militares organizadas, com comando, disciplina, hierarquia e domínio territorial. Extorquem dinheiro de comerciantes, torturam inocentes, executam rivais e usam civis como escudos. Mas o que as torna especialmente perigosas é que desenvolveram uma cultura própria, uma ideologia do crime. A linguagem, a música, a estéti-

ca e até o corte de cabelo dos jovens nas comunidades dominadas refletem o pertencimento a essa cultura faccionada.

Não é por acaso que surgem figuras como Oruam e MC G Talibã — nome adotado em referência direta ao grupo terrorista islâmico. Suas músicas exaltam o armamento pesado, a guerra e o domínio territorial. É a bandagem como ostentação.

O paralelo com organizações como Hamas, Hezbollah e Talibã não é figura de linguagem. Todos compartilham a mesma lógica: uso da violência como instrumento de poder, controle da população pelo medo e estrutura de crença que sustenta sua existência.

O governo do PT se recusa a reconhecer o óbvio, evitando classificar facções como terroristas. A desculpa, nas palavras do ministro Ricardo Lewandowski (Justiça), é que o terrorismo envolve sempre uma “nota ideológica”. O ministro está com a cabeça no século 19, quando ide-

ologia era só a luta de classes marxista. Se abrir o YouTube ou o TikTok, vai ver que a ideologia do crime não tem só notas, mas músicas inteiras com milhões de visualizações, seduzindo jovens e glamourizando a vida no crime.

A verdade é que a esquerda não vê as facções como inimigas, mas como vítimas do processo histórico. É a mesma justificativa que usam para defender as atrocidades cometidas pelo Hamas. É o argumento que Lula deixou escapar quando disse que os traficantes eram “vítimas dos usuários”.

Lula tem falado muito sobre soberania, mas ela não existe quando 30 milhões de brasileiros vivem sob o domínio de um narcoestado paralelo. Nessas regiões, a Constituição de 1988 é letra morta. Os chefes do tráfico exercem poder de vida e morte, substituindo as instituições por uma tirania armada. Palavras como “direitos humanos”, “cidadania” e “democracia” tornam-se vazias

Lula tem falado muito sobre soberania, mas ela não existe quando 30 milhões de brasileiros vivem sob o domínio de um narcoestado paralelo. Nessas regiões, a Constituição de 1988 é letra morta

as diante do terror imposto por essas organizações.

As facções estão crescendo. Seus territórios e negócios estão se ampliando. A ideologia do crime está aí, para todos verem e ouvirem. Mas a notícia boa é que conviver com elas é uma decisão política. O Estado brasileiro, suas Forças Armadas e a polícia tem toda a capacidade de combatê-las, retomar territórios e levar a ordem e o direito para quem hoje carece de ambos.

E o primeiro passo para virar esse jogo pode ser dado agora, classificando as facções como organizações terroristas. A primeira consequência dessa mudança seria facilitar o envolvimento das Forças Armadas no combate às facções. Hoje é necessária a declaração de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), um trâmite demorado, que enfraquece a autonomia do governo estadual e tem prazo de validade.

Contra organizações terroristas, o engajamento das forças federais passaria a ser automático. O faccionado seria punido com leis mais duras. Nada de audiência de custódia nem saidinha. Quem vive do terror das facções deve permanecer preso.

Mas essa decisão não será tomada num governo de esquerda. Por convicção ideológica, o PT prefere conviver com o crime a enfrentá-lo. Por isso, remover a esquerda do poder é uma necessidade. Somente um governo com coragem moral e convicção política será capaz de declarar guerra às facções, vencer o narcoterrorismo e pacificar o Brasil.

Decisão em favor da luta palestina

Torna-se evidente a separação entre antissionismo e crime antissemita, preservando a liberdade de expressão como garantia constitucional

Breno Altman

Jornalista e fundador do site Opera Mundi

Ao rejeitar a denúncia do Ministério Público Federal contra mim, por suposto crime de antissemitismo, o juiz Sílvio Gemaque põe por terra tradicional manobra do lobby israelense, baseada na falsa equiparação entre o combate ao sionismo e o racismo antijudaico.

Provocado pela Confederação Israelita do Brasil (Conib), o procurador Maurício Fabretti pretendia me julgar com base na lei 7.716/89, norma de penalização do racismo em nosso país, sob a qual são enquadrados eventuais atos antissemitas. Postagens em redes sociais foram apresentadas como supostas provas. Oferecida em pleno genocídio palestino, a acusação virou motivo de repugnância.

Abdiquei do sigilo processual para que tal aberração fosse de conhecimento público. Muitas

vozes se levantaram em repúdio, além da defesa brilhante apresentada pelos advogados Fernando Hideo Lacerda e Pedro Serrano.

Um manifesto liderado pelo jornalista Juca Kfoury e pelo escritor Afonso Borges alcançou mais de 20 mil assinaturas, assumindo corresponsabilidade pelos textos criminalizados. Serei eternamente grato pela solidariedade e, mais que tudo, pelo engrandecimento da causa palestina.

O titular da 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo, respondendo nos autos, foi taxativo: “A mera crítica política, histórica ou ideológica a um Estado, ainda que severa, não configura racismo”. Não poderia ser mais clara a separação entre a luta antissionista e o crime antissemita, preservando a liberdade de expressão como garantia constitucional.

Complementou: “As expressões que se referem a ‘dirigentes sionistas’ como ‘párias’ ou ‘inimigos dos povos’ revelam crítica severa dirigida a uma ideologia política, e não a um grupo religioso ou étnico; (...) não se confundem com o discurso de ódio contra o povo judeu”.

A decisão do juiz Gemaque reforça um fato histórico: o sionismo é tão somente uma corrente ideológica do judaísmo, baseada na construção de um Estado de supremacia étnica e na colonização da Palestina como seu território. Antissionismo nada tem a ver com antissemitismo.

Ser antissionista não é ser antissemita, da mesma forma que ser antinazista não era ficar contra os alemães, e enfrentar os fascistas não constituía ódio aos italianos. Mesmo que o sionismo

A resolução [do juiz] é ode à esperança. Não por me beneficiar, evidentemente, mas porque a causa palestina é a grande régua moral de nossos tempos

tenha atualmente a adesão da maioria dos judeus, representa apenas uma determinada concepção doutrinária e sua encarnação estatal.

Venho de uma família que foi vítima dos horrores do Holocausto. Muitos judeus, como eu, repelem que essa tragédia seja manipulada para justificar a existência de um regime racista e colonial como o israelense — menos ainda para permitir a reprodução de métodos nazistas contra outro povo.

De fato, o magistrado manteve uma das denúncias: a de que eu poderia ter feito “apologia ao crime” por enaltecer a resistência palestina. Também essa alegação terá vida curta. A Organização das Nações Unidas e o Brasil não consideram o Hamas um grupo terrorista. Na Corte Internacional de Justiça, quem responde pelo mais grave dos crimes — o de genocídio — é o Estado de Israel, não a organização islâmica.

Esse impasse é secundário, de toda maneira. Acende-se a luz quando um juiz tem a estatura de se colocar ao lado da humanidade, em hora tão decisiva. Sua resolução é ode à esperança. Não por me beneficiar, evidentemente, mas porque a causa palestina é a grande régua moral de nossos tempos.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Ação letal no Rio

“Jugo das narcomilícias agride os direitos humanos” (Editorial, 1º/11). São megaoperações que não apresentam nenhum resultado que não seja execuções aleatórias, com requintes de crueldade. Os chefões não foram presos nem o território foi tomado e ocupado. Após o choque, a brutalidade e o sofrimento dos familiares, tudo seguirá seu ritmo normal; apenas a revolta e a violência serão maiores, gerando mais insegurança para a população. Há que se atentar para o fato de que essa operação macabra aconteceu na véspera de um evento mundial a ser realizado no Brasil.

Anete Araujo Guedes
(Belo Horizonte, MG)

*

O tom crítico do editorial está correto, mas muito aquém do necessário para uma ação planejada tão macabra quanto criminosa. Se as milícias do tráfico não cruéis e assassinas, o Estado não pode ser. O Estado tem que ser inteligente. Olho por olho não é nossa lei, e todos os excessos devem ser regamente apurados e punidos.

Valter Luiz Peluque (São Paulo, SP)

*

“Ação letal no Rio pode dar voto e reposicionar direita para eleições de 2026” (Política, 1º/11). A esquerda precisa parar de escrever teses acadêmicas e passar a resolver problemas. Não adianta ficar perdendo tempo culpando a direita pelo massacre do Rio de Janeiro. O povo apoia e vai continuar apoiando esse tipo de ação, porque a insegurança está disseminada pelo nosso país. Crimes de todo o tipo acontecem diariamente no nosso país, e a esquerda nunca fez nada para dar segurança ao povo. A direita marcou mais um ponto importante graças à incompetência da esquerda.

Joel Coimbra (Maringá, PR)

*

Se parássemos de politizar tudo e focássemos somente o problema —combate eficaz ao crime organizado, eliminação das desigualdades sociais, educação para todos, emprego, renda— provavelmente não teríamos chacinas, nem tantas facções, milícias e poderes paralelos. As pessoas teriam mais segurança, mais liberdade de ir a qualquer lugar, mais qualidade de vida, renda, enfim. Um dia chegaremos lá, mas, por enquanto, “o poste continua fazendo xixi no cachorro”.

Geraldo Filho (Campinas, SP)



Protesto de moradores da Penha após mortes em operação policial, na última terça-feira (28), no Rio de Janeiro

Eduardo Anizelli - 31.out.25/Folhapress

A arrogância maior da esquerda é achar que a opinião do povo, favorável a medidas drásticas contra facções criminosas, está sempre contaminada por ideologia de direita. É porque a esquerda pensa desse modo que o povo termina por associá-la com o banditismo.

Maria Cecilia C. Silva
(São Paulo, SP)

Cláudio Castro

“A guerra de Castro” (Demétrio Magnoli, 31/10). Como os governadores da direita estavam nas cordas em relação às eleições presidenciais do ano que vem e foram contra a PEC da segurança, eles resolveram apoiar o “Rambo do Palácio da Guanabara”. Todo mundo sabe que o crime organizado está entranhado na Assembleia Legislativa fluminense. Bandido morto na favela é bandido reposto; já os do Leblon e da Barra continuam numa boa.

Debie Dos Santos Bastos
(São Paulo, SP)

*

“Cláudio Castro mentiu” (Celso Rocha de Barros, 1º/11). Os impostos que nós, cidadãos brasileiros, pagamos para financiar o aparato de Estado devem retornar para a sociedade em forma de boas políticas públicas em todas as áreas. O monopólio da violência legítima pelo Estado deve ser uma garantia de paz e justiça para seus cidadãos. Como alguém, com um mínimo de decência, pode admitir, como ação de segurança pública, uma operação que produz e exhibe, como resultado, uma pilha de cadáveres?

Daisy Santos
(Aracaju, SE)

Eleições 2026

“Por que Brasil virou refém de Lula para preservar democracia” (Ilustríssima, 1º/11). Boa análise. Votarei em Lula novamente porque fora ele é o bolsonarismo. Mas gostaria de ter outras opções como Haddad, Alckmin, Tebet... Lula tem culpa com seu egoísmo e centralismo.

Valdir Silva (Guarulhos, SP)

*

Apesar de um quê depreciativo em relação à figura descrita, um texto muito interessante. Sempre bom conhecer os diferentes pontos de vista sobre a história.

Maria Aparecida Saraiva
(João Pessoa, PB)

Salários

“Dados do Censo mostram que salário médio no setor público é 72% maior que na esfera privada” (Mercado, 1º/11).Pela capacitação que é preciso para ser aprovado em concurso, é merecido ser bem remunerado, e não seria caro. O problema é a falta de parâmetros, metas, objetivos, controle da produtividade. Mas uma coisa é certa: na área da saúde, educação e segurança pública, é pouco em relação ao setor privado; nestes setores, a equivalência é outra. Em especial, para as pessoas da área de saúde pública, que fazem milagres com os recursos disponíveis.

Jair Pereira (Medianeira, PR)

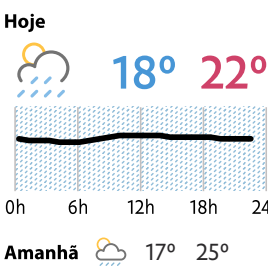
Libertadores

“E a final brasileira da Libertadores subiu ao pódio” (Juca Kfourir, 1º/11). Se o Palmeiras de Abel for o campeão, vale um levantamento estatístico: quantos técnicos já levantaram a taça continental três vezes com o mesmo time?

Marco Antonio Zanfra
(Florianópolis, SC)

ATMOSFERA

São Paulo



Fonte: www.climatempo.com.br

Hoje	
Rio	20° 31°
Brasília	19° 31°
Ribeirão	22° 30°

Amanhã	
Rio	21° 29°
Brasília	20° 27°
Ribeirão	22° 26°

EMPREENDEDORISMO

Prefeitura promove mutirão de serviços do programa Mãos e Mentes Paulistanas

QUEM Para empreendedores do setor de artesanato e manualidades

QUANDO Nesta segunda-feira (3), das 10h às 17h

ONDE No auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), na Rua Libero Badaró, 425, 8º Andar

O QUÊ O evento promovido pelo programa Mãos e Mentes Paulistanas terá credenciamento de novos empreendedores, atualização cadastral e entrega de carteirinha para quem já integra a iniciativa. O público poderá participar de três módulos de qualificação empreendedora: administração financeira, modelagem de negócios e coleção organizada.

Lançado em 2019, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho o programa tem como objetivo oferecer oportunidades de comercialização e qualificação profissional para o setor do artesanato e manualidades da cidade.

INSCRIÇÕES Interessados em participar das ações do mutirão de serviços do programa podem se inscrever até 3 de novembro, no site da prefeitura, pelo link: ttps://prefeitura.sp.gov.br/web/se/w/prefeitura-abre-mutirão-de-serviços-do-programa-mãos-e-mentes-paulistanas

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 3.NOV.1925



Pires do Rio caminha para ser o próximo prefeito de São Paulo

Volta a circular, com insistência, a notícia de que se acha definitivamente assentada a candidatura do deputado federal José Pires do Rio para prefeito de São Paulo —eleição que deve ocorrer ainda neste ano. Ambicionando governar a cidade, ele acercoouse dos políticos situacionistas e se fez familiar deles. Apesar de outros nomes terem sido aventados, o de Pires do Rio é o que manteve até agora como o mais fortemente esteado para substituir o atual prefeito, Firmiano Pinto, no palacete da rua Libero Badaró.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA	R\$ 29,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM	R\$ 49,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA	ASSINATURA MENSAL*	
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
SP	R\$ 7,90	R\$ 9,90	R\$ 204,90
MG, PR e RJ	R\$ 7,90	R\$ 9,90	R\$ 209,90
DF e SC	R\$ 8,90	R\$ 11	R\$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R\$ 9,90	R\$ 12	R\$ 334,90
AL, BA, PE, SE e TO	R\$ 14,90	R\$ 15,50	R\$ 361,90
Outros estados	R\$ 15,90	R\$ 16,50	R\$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN

ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Pra rua

Guilherme Boulos escolheu os 10 anos do rompimento da barragem de Mariana (MG) para seu primeiro grande evento como ministro da Secretaria-Geral da Presidência. Boulos viaja na quarta (5) para Belo Horizonte, onde o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) fará um ato para marcar o rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco. Ao tomar posse, Boulos prometeu colocar o governo na rua, como pediu Lula (PT), e visitar os 26 estados do país.

EX-AMOR Após quatro meses de trégua, as centrais sindicais realizam na terça (4) ato em SP contra o atual patamar da taxa de juros, uma política que, segundo Miguel Torres, presidente da Força Sindical, faz com que ele tenha saudades do ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto. Torres diz que havia uma expectativa de mudança com a chegada do atual presidente, Gabriel Galípolo. Mas nada. “A Selic em 15% ao ano é uma atrocidade”, diz.

HAJA... O custo das autoescolas varia de 61% a 87% da despesa para tirar a carteira de motorista. O dado foi apresentado pelo ministro Renan Filho (Transportes) ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para defender o projeto do governo que acaba com a obrigatoriedade da autoescola para a obtenção da CNH.

...DINHEIRO O peso é maior em Santa Catarina, onde a formação custa R\$ 3.404, o que representa 87,3% dos R\$ 3.899 totais —além das aulas, o candidato paga as taxas do Detran e dos exames médico e psicotécnico. Rio Grande do Sul (86,2%) vem em segundo. O curso pesa menos na Paraíba (61,7%) e em Rondônia (63,9%) .

OSSO DURO DE ROER “Tropa de Elite” entrou no top 10 da Netflix com a operação promovida pelo governo Cláudio Castro (PL), do Rio, contra o Comando Vermelho —a mais letal da história. No domingo (2), o filme de 2007 em que Wagner Moura interpreta um fictício capitão Nascimento oscilou entre o oitavo e o nono mais visto do Brasil.

VAMOS RESOLVER O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), disse ao governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), que vai colocar em votação neste mês os vetos do Propag, o programa de renegociação da dívida dos estados com a União. A dois meses do fim do prazo, apenas Goiás e Sergipe pediram ao governo federal para participar. Um dos entraves para a adesão é justamente a indefinição sobre os vetos de Lula. A sessão ainda não tem data.

Com Danielle Brant, Carlos Petrocilo e Thaísa Oliveira

Cláudio



Governo Lula infla verba da Secom antes de ano eleitoral e vai na contramão de cortes

Pasta diz que promove políticas públicas e cita bloqueio em parte do orçamento; recurso para comunicação aumenta R\$ 116 milhões

Mateus Vargas

BRASÍLIA O governo Lula (PT) ampliou a verba de comunicação da Presidência em mais de R\$ 116 milhões durante o ano, levando esse orçamento para cerca de R\$ 876 milhões em 2025.

O valor destinado à comunicação do governo, às vésperas do ano eleitoral, supera os cerca de R\$ 600 milhões reservados em 2024 —cifra que era a maior aplicada nos contratos da Secom (Secretaria de Comunicação) desde 2017.

A ampliação coloca a pasta em uma posição privilegiada dentro do governo. Houve cortes de verba, e diversos órgãos precisam de recursos até para operações de rotina. A Polícia Federal, por exemplo, busca R\$ 97,5 milhões para emitir passaportes, enquanto o Ministério da Educação ainda não tem dinheiro para a compra completa de materiais didáticos.

A rubrica do Orçamento reservada para a ação de “comunicação institucional” banca principalmente as campanhas publicitárias do governo federal, além de contratos menores, como de assessoria de imprensa e pesquisa de opinião.

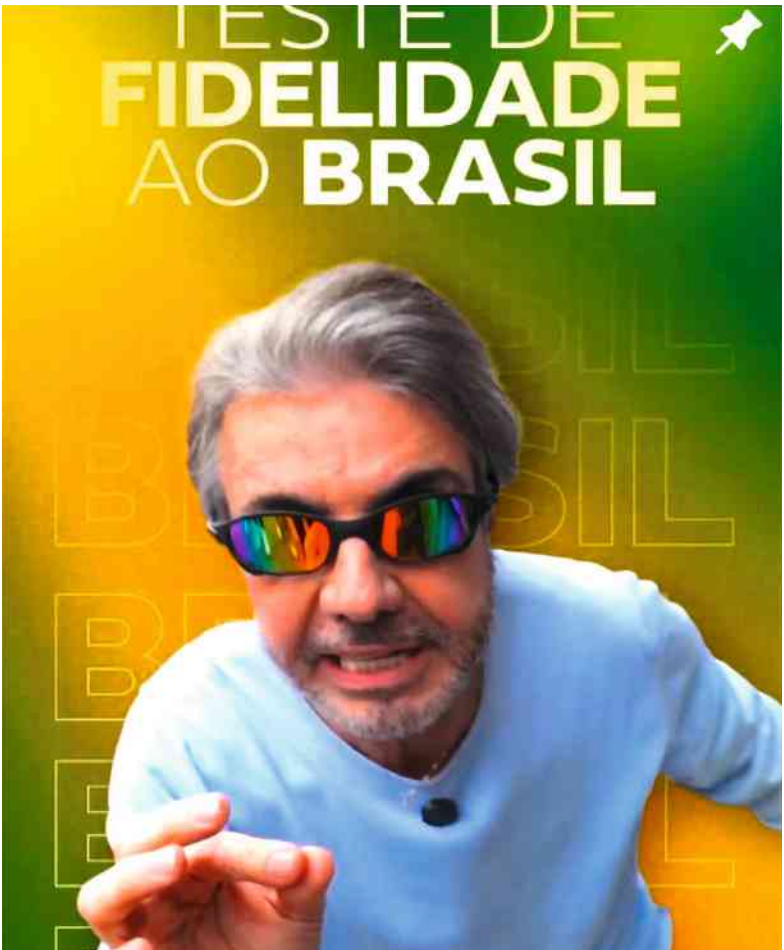
Só a conta de publicidade da Secom é de R\$ 562 milhões anuais, executada por quatro agências. Algumas das principais destinações dessa verba foram R\$ 85 milhões para a campanha com o mote “Brasil soberano”, além de R\$ 30 milhões para promover o programa Gás do Povo.

O governo Lula mudou sua estratégia de comunicação desde que Sidônio Palmeira assumiu a Secom, em janeiro. A pasta ampliou a verba para anúncios na internet e passou a apostar na contratação de influenciadores, além da produção de modelos de vídeos virais.

A movimentação se encaixa na busca do petista pela reeleição. O presidente afirmou de forma categórica na última quarta-feira (22) que disputará as eleições de 2026 para buscar um quarto mandato.

Uma publicação feita no fim de setembro nas redes “gov.br” ilustra o novo formato adotado pelo governo. No vídeo, o apresentador João Kléber transporta o seu “teste de fidelidade” —quadro que visava provocar e “flagrar” eventuais adúlteros— para a disputa entre os governos Lula e Donald Trump.

Em nota, a Secom afirmou que a legislação prevê ações de comunicação para promover políticas públicas e direitos. Disse ainda que parte do seu orçamento foi bloqueada e que, por isso, não



Imagens usadas pelo governo nas redes Reprodução - Governo do Brasil no Instagram

houve alteração substancial na verba total com os aportes.

O governo deve destinar mais R\$ 100 milhões por ano para um novo contrato de comunicação digital —a licitação para escolha das agências que vão executar a verba está em fase final. O serviço envolve produção de vídeos, textos, podcasts e outros conteúdos voltados às redes sociais.

Os documentos da licitação mostram que o governo deseja produzir cerca de 3.000 vídeos por ano, em diversos formatos. Apenas os 576 vídeos “com apresentador” devem custar R\$ 21,4 mil cada, ou R\$ 12,3 milhões no ano.

O novo contrato ainda deve incluir a criação de podcasts e videocasts, entre outros produtos.

Continua na pág. A7

Continuação da pág. A6

Na disputa, as agências tiveram de apresentar uma proposta de “estratégia criativa e eficaz de comunicação” para aumentar o engajamento e o alcance das mensagens do governo Lula nas redes sociais com a produção de posts sobre temas como Pé-de-Meia, Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

O mais recente aporte de verba para a comunicação da Presidência, de R\$ 90 milhões, foi definido no último dia 17.

A decisão foi tomada após discussões entre o Planalto e a equipe econômica, que incluíram a ideia de turbinar a comunicação digital.

O governo citou a necessidade de realizar campanhas “com maior cobertura temática, ampliação do alcance populacional, adoção de novos formatos digitais e reforço das ações de comunicação regionalizadas”.

Na portaria em que ampliou a verba para propaganda, o governo fez movimentações de cerca de R\$ 2,4 bilhões em diversos ministérios. Esse valor foi cancelado de algumas ações orçamentárias e acrescentado a outras, medida que é exigida para cumprir as regras fiscais.

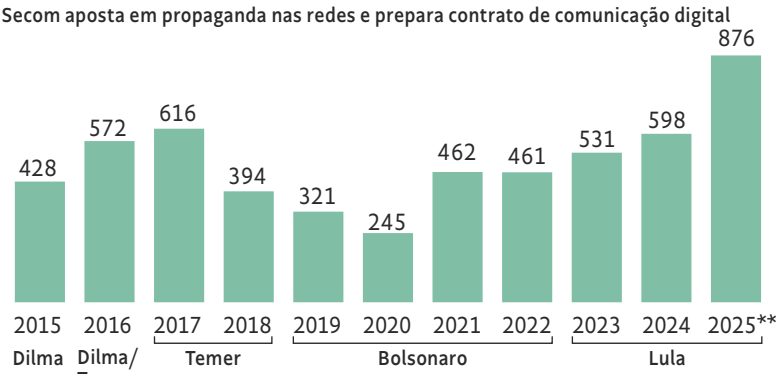
Alguns órgãos saíram perdendo nessa mexida do Orçamento, como o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que teve corte de R\$ 190 milhões. O órgão já



Não houve alteração substancial no orçamento da secretaria, com relação à dotação prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2025

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em nota enviada à Folha

Verba para comunicação da Presidência explode em ano pré-eleitoral*



*Considera a ação no Orçamento de "comunicação institucional", que custeia contratos como de publicidade, assessoria de imprensa e pesquisas
**Valor hoje autorizado no Orçamento
Fonte: Siga Brasil, com valores atualizados pelo IPCA

afirmou ao governo que a tesourada pode impactar serviços essenciais, como o processamento da folha de pagamento de benefícios previdenciários.

Em nota, a Secom disse que tem ampliado ações de comunicação institucional no ano em que lançou novos programas e políticas públicas, como o Gás do Povo, o Agora Tem Especialistas e a proposta de ampliação da isenção do Imposto de Renda, “para garantir o acesso da população beneficiada a esses serviços”.

A Secom ainda disse que pediu o crédito de R\$ 90 milhões para garantir a realização de ações pri-

oritárias, depois de ter R\$ 91 milhões bloqueados.

A pasta afirmou que a única suplementação que recebeu foi um crédito de R\$ 27 milhões do Itamaraty, para a realização da Cúpula dos Brics.

“Portanto, não houve alteração substancial no orçamento da secretaria, com relação à dotação prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2025.” A secretaria ainda disse que a legislação determina a ela “dar amplo conhecimento à sociedade das políticas e programas do Poder Executivo federal”, além de divulgar direitos dos cidadãos, entre outros serviços.

SEM LICITAÇÃO
Mendonça suspende no TSE julgamento de governador após RR contratar seu grupo

Eduardo Militão

BRASÍLIA | UOL O ministro André Mendonça pediu vista e suspendeu, em agosto, o julgamento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que pode casar o governador de Roraima, Antônio Denarium (PP). Em março, o instituto fundado pelo ministro recebeu R\$ 273 mil do governo do estado, em um contrato sem licitação.

O caso foi revelado pelo jornal O Globo e confirmado pelo UOL.

O motivo da cassação de Denarium foi abuso de poder político e econômico durante as eleições de 2022. O TSE não informou ao UOL quando o julgamento será retomado.

Mendonça é fundador do Iter, que foi contratado pelo governo de Roraima, em fevereiro, para dar dois cursos para funcionários estaduais. Naquele mês, Denarium já tinha apresentado recursos ao TSE contra sua cassação, e Mendonça já era ministro do tribunal.

Procurados, Mendonça e Denarium não se manifestaram.

O amor
que marca
a infância
marca a
vida toda.

Há 16 anos consecutivos
como a marca mais lembrada
pelos brasileiros no Top of Mind.



O MINISTÉRIO DA SAÚDE INFORMA: O ALEITAMENTO MATERNO EVITA INFECÇÕES E ALERGIAS E É RECOMENDADO ATÉ OS 2 (DOIS) ANOS DE IDADE OU MAIS.



política

Sistema eleitoral não é escudo contra o crime

Exemplo mexicano deve ser considerado antes de se defender mudança

Lara Mesquita

Professora na Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP) e pesquisadora do Cepesp. Doutora em ciência política pelo IESP-UERJ

Não é a primeira vez que utilizo este espaço para abordar o tema da reforma eleitoral.

Retomo o tema porque, antes de qualquer mudança, é preciso que se tenha clareza sobre o problema que se pretende resolver. Sem isso, não podemos avaliar a adequação do remédio proposto. Isso vale também para o debate sobre a mudança do sistema de governo.

Usualmente, essas duas reformas —a adoção de um sistema parlamentarista e/ou de um sistema majoritário puro (também conhecido como distrital) ou combinado com o sistema proporcional (o sistema misto)— são apresentadas como soluções mágicas: resolveriam todos os problemas da política brasileira.

Agora, a reforma é defendida como instrumento de blindagem da representação política contra o crime organizado. Segundo o presidente da Câmara dos Deputados, a mudança do sistema eleitoral vai “preservar a política do financiamento criminoso.” Ele só não explica como essa blindagem ocorreria.

Antes de defender essa relação de causalidade, deveríamos olhar para o exemplo mexicano.

Além de sofrer com problemas de violência e controle de territórios por grupos vinculados ao tráfico de drogas, o México adota um sistema eleitoral misto desde a década de 1990, o mesmo defendido como solução para o Brasil.

O financiamento ilícito proveniente dos cartéis do tráfico é uma realidade na política mexicana.

Edgardo Buscaglia, professor de Columbia, já alertava há mais de dez anos que algo entre 55% e 65% das campanhas eleitorais no México estavam infiltradas por organizações de tráfico de drogas, inclusive com repasse de recursos.

O Wilson Center permite ao leitor acessar diversos artigos publicados por ocasião das eleições de 2024 no México, que destacam a crescente preocupação com o aumento do financiamento ilícito proveniente de grupos do narcotráfico.

Com tetos de gastos de campanhas considerados insuficientes, candidatos utilizam dinheiro em espécie, disponibilizados por esses grupos e não declarados para a Justiça Eleitoral, para financiar suas campanhas.

Podemos inclusive argumentar em sentido contrário ao defendido pelo presidente da Câmara: ao desenhar distritos, o sistema pode facilitar a coordenação territorial do crime organizado e incentivar a disputa por controle de áreas, ampliando sua influência sobre resultados eleitorais.

O medo da violência imposta pelo crime organizado seria suficiente para direcionar o voto do eleitor, e, com o distrito definido, não haveria dúvida de qual é o candidato apoiado pelas facções criminosas.

Mais do que isso. Como no sistema distrital misto o eleitor tem direito a dois votos para os cargos legislativos, podemos argumentar que o sistema tem potencial de aumentar a bancada do crime.

Não existe sistema eleitoral capaz de impedir que recursos do crime organizado interfiram nos resultados eleitorais.

As medidas nesse sentido devem ter outras origens: inteligência, segurança pública, fiscalização do processo eleitoral, oferta de serviços públicos e condições dignas de vida.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
SEG. Camila Rocha / Lara Mesquita TER. Joel Pinheiro da Fonseca
QUA. Elio Gaspari QUI. Conrado H. Mendes
SEX. Marcos Augusto Gonçalves SÁB. Demétrio Magnoli

Messias pode ser 4º AGU e 12º com função no governo a chegar ao STF desde 1985

Atual advogado-geral da União seguiria passos de Gilmar, Toffoli e Mendonça; 11 dos 31 indicados no período atuaram pelo Executivo

Renata Galf

SÃO PAULO Caso se concretizem a indicação e a aprovação de Jorge Messias para a vaga aberta no STF (Supremo Tribunal Federal), ele seria o quarto chefe da AGU (Advocacia-Geral da União) a ser alçado à mais alta corte do país.

Antes dele, deixaram a defesa jurídica do governo rumo ao STF os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e André Mendonça, respectivamente nomeados por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

Além disso, Messias seria o 12º desde 1985 a ter exercido função no Executivo federal antes de ser escolhido para o posto. Dentre os 31 que passaram a integrar a corte no período de redemocratização, 11 entram nessa classificação.

Dos presidentes responsáveis por essas escolhas, José Sarney lidera, com três das indicações. Já FHC e Lula fizeram, cada um, duas nomeações. Enquanto o restante é completado por Fernando Collor, Itamar Franco, Michel Temer e Bolsonaro, cada um deles com uma indicação. Apenas Dilma Rousseff não figura entre os que nomearam integrantes do governo federal para a corte.

Messias ganhou espaço no governo ao herdar funções de Flávio Dino, sendo consultado por Lula a respeito de embates legais.

Outro cargo que se repete em parte das indicações é o de ministro da Justiça. Dino é o exemplo mais recente. Ele foi o sexto no período a ter ocupado também o posto de chefe da pasta. Outro que integra a lista é Alexandre de Moraes, indicado por Michel Temer (MDB) no início de 2017.

Antes de Moraes, a lista de integrantes do governo que chegaram ao Supremo segue com Toffoli, em 2009, e Gilmar, em 2002.

Em 1997, FHC nomeou Nelson Jobim, que à época chefiava a pasta da Justiça no seu governo.

Diferentemente de Dino, Moraes e Jobim, nem todos foram alçados direto da Justiça ao Supremo. Itamar Franco nomeou Maurício Corrêa em 1994 alguns meses depois de ele ter deixado o cargo.

Paulo Brossard, indicado em 1989 por José Sarney, ocupava até o mês anterior a cadeira de ministro da Justiça, enquanto Mendonça, que completa a lista, foi indicado por Bolsonaro quando já exercia o posto de chefe da AGU.

Completando a lista dos onze ministros que atuaram no Executivo, estão Francisco Rezek, o único a ter duas passagens pelo STF, Celso de Mello e Célio Borja.

Rezek ingressou na corte no início dos anos 1980, deixando o tribunal para chefiar a pasta das Relações Exteriores sob Collor. Em



Jorge Messias, advogado-geral da União e principal cotado ao STF, participa de evento no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli - 25.jun.25/Folhapress

1992, foi indicado de novo à corte.

Já Celso de Mello, que ficou 31 anos na cadeira, exerceu os cargos de consultor-geral da República, assessor jurídico do gabinete civil da Presidência e secretário-geral da consultoria da República durante o governo de Sarney.

Por fim, Célio Borja, indicado por Sarney no ano de 1986, atuou como assessor-chefe da Assessoria Especial do Presidente da República antes de compor a corte.

Das últimas 5 indicações, 3 foram de pessoas que ocuparam cargos no governo: Dino, Mendonça e Moraes. As outras 2, de Cristiano Zanin e Kassio Nunes Marques, ainda que de atores de fora do Executivo, são nomes em que pesou o fator de confiança.

Zanin era advogado pessoal de Lula, tendo atuado nos processos que levaram às anulações de condenações criminais, enquanto Bolsonaro chegou a dizer, à época da escolha de Kassio, que seu indicado tinha que ser alguém que tomasse “uma tubaína” com ele.

“O que eu transmito se eu estou tomando uma tubaína contigo? O que quer dizer? Que nós somos amigos”, afirmou Bolsonaro.

Antes da nomeação de Moraes, houve uma sequência de 13 indicações por parte de Lula (8 ministros) e Dilma (5 ministros). Delas, apenas Toffoli se enquadra no critério de membros do Executivo. Apesar de ser apenas 1 nome, ele caminha para ser um dos mais longevos, já que foi indicado em 2009 e poderá ficar na corte até 2042, se não antecipar a aposentadoria como Barroso.

FHC fez 3 indicações, sendo que 2 delas foram de integrantes do governo: Gilmar e Jobim.

Sarney entra nesse critério com 3 de 5 nomeações, Itamar com 1 única indicação e Collor,

com 1 nome dentre 4 indicados.

O professor da Universidade Federal de Santa Catarina Luciano Da Ros, que tem entre seus temas de pesquisa carreiras de integrantes da cúpula do Judiciário, aponta que as palavras-chave para entender as indicações de membros de governos ao Supremo são proximidade e confiança.

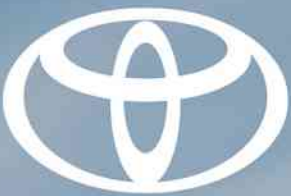
“São pessoas nas quais o presidente confia, porque conviveu por muito tempo, é próximo delas. Então acredita, não que possa controlá-las, mas que elas têm interesses próximos dos seus e razoavelmente previsíveis”, diz.

Da Ros acrescenta que um governo que teria fugido desse padrão, ao não nomear membros do círculo íntimo de confiança presidencial, seria o de Dilma. “Foi um governo silenciosamente anticorrupção antes da Lava Jato, de certa forma”, afirma ele.

Samuel Vida, professor de direito da Universidade Federal da Bahia e doutor em direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, avalia que a possível indicação de Messias por Lula parece privilegiar tanto a lealdade quanto um interesse eleitoral, ao sinalizar ao eleitor evangélico.

Para ele, isso é um erro, porque, se por um lado pode ser útil aos interesses de um governo que passará brevemente, por outro, pode estar contribuindo para alongar a crise. “O presidente Lula poderia inaugurar uma retomada dos propósitos originais da nossa construção constitucional e pensar estrategicamente e deixar esse legado de reforço ao pluralismo”, defende o professor.

Atualmente, o Supremo tem apenas 1 mulher na sua composição, dentre os seus 11 ministros. Nunca na história do tribunal houve uma ministra negra.



Chegou o sócio que a sua empresa precisa.

E para a parceria ser completa,
as **3 primeiras revisões** são **grátis***.



Desacelere, não só para a vida, mas para a vida.



Motor 2.8l Turbo Diesel



Muito mais conforto



Espaço interno
com 16 assentos



A tranquilidade
que só a Toyota
oferece**

Toyota Pós-venda
Revisão Facilitada

*Gratuidade aplicável apenas para as peças e serviços obrigatórios de cada revisão, segundo manual do produto.
**Consulte informações de produto e condições de garantia em www.toyota.com.br.

HIACE

A confiança que te move

ONU cobra do país regulação contra lavagem em escritórios de advocacia

Brasil é signatário de convenção contra corrupção desde 2006; OAB derrubou em 2021 proposta de autorregulação e de práticas contra esse tipo de irregularidade

José Marques

BRASÍLIA Um relatório da Uncac (Convenção da ONU contra a Corrupção) cobrou do Brasil a implantação de mecanismos contra a lavagem de dinheiro em escritórios de advocacia, tema que sofre resistências da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

O documento traz informações que foram discutidas no primeiro semestre deste ano a respeito de como o Brasil implementa as diretrizes da convenção, da qual o país é signatário desde 2006, no primeiro mandato de Lula (PT).

O texto recomenda ações para melhorar o combate à corrupção e menciona, entre os principais pontos, a advocacia. O Brasil recebeu a recomendação de regular as obrigações dos advogados e de outros profissionais jurídicos em relação à lavagem de dinheiro.

Nos últimos anos, advogados foram alvos de ações policiais por suspeita de usar escritórios para operações financeiras ilegais, inclusive em casos relacionados a facções criminosas.

Embora a proteção ao direito de defesa dê à advocacia a possibilidade de manter sob sigilo as relações com os clientes e as transações realizadas com eles, essa blindagem pode ser usada para maquiagem recursos originados de delitos como se fossem valores lícitos.

A Uncac afirma que a lei nº 9.613 (sancionada em 1998 e atualizada em 2012), que define o crime de lavagem e estabelece ações preventivas, é ampla e poderia incluir cartórios e advogados entre os obrigados a adotar registro e comunicação de operações com indícios de crimes.

No entanto, diz o sumário, uma regulação relevante foi lançada apenas em relação aos cartórios.

Em mais de uma ocasião, a OAB iniciou discussões sobre a elaboração de normas que tratassem do assunto, mas não houve avanço. Atualmente, o órgão não tem debates a respeito do tema.

Procurada, a OAB nacional afir-



Fachada do prédio da sede da OAB de São Paulo, no centro da capital Rafaela Araújo - 15.jul.2025/Folhapress

mou em nota que “a proteção ao sigilo profissional do advogado brasileiro é semelhante à proteção que os advogados americanos e ingleses possuem”.

“Sem esse sigilo, não há direito de defesa assegurado. O advogado é o profissional do cidadão, e esse é mais importante do que o Estado”, disse.

A última tentativa de tratar do assunto dentro da Ordem ocorreu na gestão de Felipe Santa Cruz (2019-2022).

Santa Cruz encomendou à comissão de advogados presidida por Juliano Breda um estudo sobre o modelo mais adequado de “enfrentamento à progressiva e indevida criminalização do exercício da advocacia e do legítimo recebimento de honorários”.

Coube ao mesmo grupo a missão de preparar uma proposta de regulamentação interna de práticas de prevenção à lavagem de dinheiro.

Concluído no dia 3 de dezembro de 2020, o texto defendia o sigilo profissional, segundo o qual advogados estão desobrigados de comunicar ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) informações sobre a prestação de serviços a clientes.

Propunha, no entanto, que o recebimento de valores a título de honorários para serem repassados ilegalmente a terceiros, con-



A proteção ao sigilo profissional do advogado brasileiro é semelhante à proteção que os advogados americanos e ingleses possuem. Sem esse sigilo, não há direito de defesa assegurado. O advogado é o profissional do cidadão, e esse é mais importante do que o Estado”,

OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em nota enviada à **Folha**

figurando assim lavagem de dinheiro, motivasse a responsabilidade disciplinar do profissional.

A minuta dizia ainda que advogados ficariam dispensados de comunicar às autoridades informações sobre a prestação de serviços advocatícios, o que inclui, entre outros, consultas jurídicas ou emissão de pareceres.

Por outro lado, previa, entre outros dispositivos, que advogados ou sociedades de advogados que atuassem para clientes em operações como compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias deveriam comunicá-las ao Coaf.

Levada ao plenário do Conselho Federal da Ordem em 2021, a proposta foi derrotada.

Segundo Breda, os conselheiros entenderam que as obrigações sugeridas pela comissão “representariam um risco ao sigilo profissional e à confidencialidade da relação cliente-advogado e poderiam criar um risco à criminalização da advocacia”.

“Eu pensava que essas propostas poderiam até proteger os advogados, porque você criaria um ‘standard’ de orientações que os advogados poderiam, agindo daquela maneira, se ver protegidos de uma responsabilização”, afirmou ele à Folha.

Toffoli muda voto e segue Gilmar para tirar da prisão ex-diretor da Petrobras

Catarina Scortecchi

BRASÍLIA O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu mudar seu voto em relação a um recurso apresentado pela defesa de Renato Duque e passou a defender a anulação de todos os processos derivados da Operação Lava Jato contra o ex-diretor da Petrobras.

Duque está preso desde agosto de 2024. Em setembro do ano passado, sua petição havia sido negada por Toffoli, mas a defesa entrou com um recurso que começou a ser julgado nesta sexta-feira (31).

O prazo para todos os cinco ministros da Segunda Turma se manifestarem termina dia 10 de novembro. A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Duque. O caso tramita de forma sigilosa no STF.

Já há dois votos a favor do ex-diretor, que pede que a corte reconheça o conluio do ex-juiz Sergio Moro com os integrantes do Ministério Público Federal na condução dos seus processos e na colheita de provas contra ele. O MPF e Moro, hoje senador pelo União Brasil, negam ilegalidades.

Na primeira análise do recurso, em outubro do ano passado, Toffoli votou contra Duque e colocou o caso para manifestação dos demais integrantes da Segunda Turma. Mas o ministro Gilmar Mendes pediu vista e o recurso ficou sem julgamento por um ano.

Nesta sexta-feira (31), Gilmar liberou seu voto e defendeu a nulidade de todos os atos praticados por Moro e pelo MPF em desfavor de Duque. Votou ainda para revogar a prisão.

Logo em seguida, Toffoli mudou de ideia e disse que a nova decisão foi tomada a partir da análise do voto de Gilmar.

Para Gilmar, Duque foi submetido a “procedimentos ilegais, abusivos e corrosivos das garantias do devido processo legal, do juiz natural e da imparcialidade exigida em todo e qualquer julgamento”.

Autores debatem livro ‘A Palavra e o Poder’ nesta terça-feira no Rio

SÃO PAULO O livro “A Palavra e o Poder: Uma Travessia Crítica por 40 Anos de Democracia Brasileira” terá lançamento no Rio de Janeiro nesta terça-feira (4) às 19h. O evento vai acontecer na livraria da Travessa do shopping Leblon, na zona sul da cidade.

Haverá um debate com a presença de quatro autores com artigos na publicação, uma parceria da **Folha** com o grupo editorial Record. São eles a cientista política Argelina Figueiredo, a jornalista e colunista da **Folha** Dora Kramer, a economista Elena Landau e o sociólogo Muniz So-

dré, também colunista do jornal.

A mediação será de Flavia Lima, secretária-assistente de Redação e editora de Diversidade da **Folha**. Ela organizou a obra ao lado de Rodrigo Tavares, professor e colunista do jornal, e de Naief Haddad, repórter especial da **Folha**.

O livro reúne textos de opinião do acervo da **Folha**, de autoria de nomes como Abdias Nascimento, Alexandre de Moraes, Fernanda Torres e Franco Montoro e publicados ao longo das últimas quatro décadas.

Esses artigos de relevância his-



Elena Landau será uma das participantes de evento na livraria da Travessa, no Leblon Ronny Santos - 09.abr.2025/Folhapress

tórica são analisados na publicação em comentários inéditos de autores contemporâneos, como Djamilia Ribeiro, Luiza Helena Trajano e Juliano Spyer. São, ao todo, 40 pares de artigos.

Após o debate na livraria da Travessa, haverá sessão de autógrafos.

Em 12 de novembro (quarta), às 10h, “A Palavra e o Poder” será lançado no Espaço **Folha** em Belém durante a COP30. Em 26 de novembro, um evento na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, vai debater as questões presentes na publicação.

Prêmio José Eduardo Ermírio de Moraes.

O sonho de um empreendedor, ajudando outros empreendedores a realizarem os seus.

O que é o prêmio

O Prêmio José Eduardo Ermírio de Moraes – Empreendedorismo que Transforma é uma iniciativa da família de José Eduardo Ermírio de Moraes (1983 – 2013) correalizada com o Insper. O prêmio, que está em sua sétima edição, celebra a trajetória de José Eduardo, que foi marcada pelo protagonismo nos negócios, empreendedorismo, liderança, pragmatismo e por acreditar que a educação e o conhecimento são fundamentais para a melhoria da humanidade.

Categorias e critérios

- Novas Soluções Insper, aberta para o público interno do Insper, alunos e alumni, com premiação de R\$ 50.000,00 para o primeiro lugar.
- Negócios Brasileiros de Jovens Disruptivos, aberto para todo o público interno e externo, com premiação de R\$ 200.000,00 para o primeiro lugar.

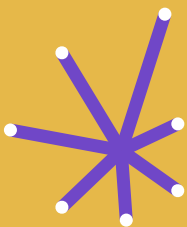
Os candidatos são avaliados pela equipe do Insper, pelos familiares de José Eduardo e por especialistas independentes seguindo os seguintes critérios: Performance e Excelência, Ética e Aprimoramento, Diversidade e Networking, Relevância da Solução, Inovação com Senso de Propósito, e Resultados e Roadmap.

Empresas que já foram premiadas

16 empresas já foram premiadas, incluindo Shopper e QI Tech.



Conheça mais sobre esse sonho através do QR Code.



Prêmio José Eduardo Ermírio de Moraes 2025

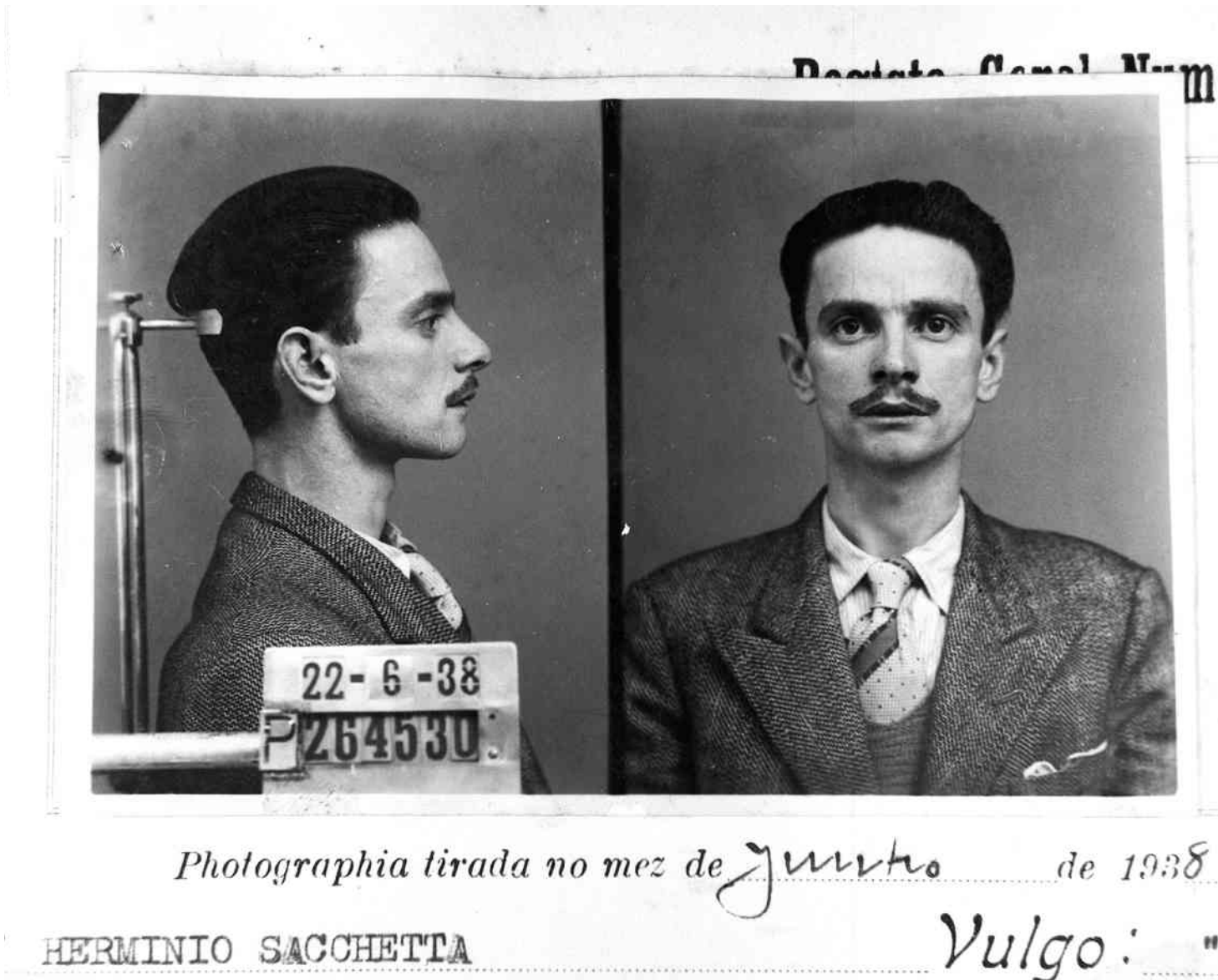
Realização

Insper

Apoio



HUB DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO PAULO CUNHA



Prontuário do DOPS de Hermínio Sacchetta, jornalista preso de 1938 a 1939 devido à atuação no Partido Comunista Acervo pessoal

Com tribunal de exceção, ditadura Vargas prendeu e perseguiu oposição

Regime do político lembrado por direitos trabalhistas teve estrutura de repressão que violou direitos humanos; tentativas de responsabilização não foram adiante

FIM DA ERA VARGAS, 80

Bruno Xavier

SÃO PAULO Há 80 anos, em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas renunciava à Presidência da República. O ato, feito sob exigência dos militares, pôs fim à ditadura do Estado Novo, que, de 1937 a 1945, prendeu, exilou e torturou opositores, centralizou o governo e inseriu o Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Apesar de ser hoje menos lembrado que a ditadura de 1964, o Estado Novo utilizou muitos artifícios semelhantes ao regime que viria quase duas décadas depois.

Para perseguir opositores, Vargas criou o TSN (Tribunal de Segurança Nacional), vinculado ao Superior Tribunal Militar, após a Revolta Comunista de 1935, ainda sob governo constitucional.

No TSN, os processos contra os acusados ocorriam em um prazo de apenas cinco dias, e só era possível recorrer ao próprio tribunal para uma alteração na sentença.

Em 1936 e 1937, antes do autogolpe de Vargas, 1.420 pessoas foram condenadas pela corte, segundo a FGV (Fundação Getúlio Vargas). Do início do Estado Novo até a renúncia de Getúlio, mais de 10 mil pessoas foram julgadas, e 4.099, condenadas pelo tribunal.

Números exatos sobre o saldo de vítimas do Estado Novo não são conhecidos, já que não houve uma iniciativa como a Comissão Nacional da Verdade, que identificou e catalogou os abusos cometidos pela ditadura militar.

Apesar disso, documentos do período relatam o cenário de crimes cometidos. Entre os presos pelo regime, estão os militantes comunistas Luís Carlos Prestes e Carlos Marighella, os escritores Graciliano Ramos e Monteiro Lobato e a artista, intelectual e ativista Patrícia Galvão, a Pagu. Prestes, Marighella e Pagu relataram terem sido torturados.

A polícia política varguista era comandada por Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal (à época, a cidade do Rio de Janeiro). Müller havia integrado o movimento tenentista e fez parte da Coluna Prestes, mas foi expulso pelo futuro líder comunista por ameaçar desertar do grupo.

O comando da máquina de tortura pelo militar tinha o componente de ser “quase como uma vingança pessoal contra Prestes”, diz Alberto Cantalice, dirigente do PT e da Fundação Perseu Abramo, que coordena o projeto Memorial da Democracia.

Os comunistas, especialmente os acusados de envolvimento na Intentona de 1935, eram alvos



Série discute fim do governo Vargas em 1945

A **Folha** publica série de reportagens que retrata a renúncia de Getúlio Vargas à Presidência da República em outubro de 1945, há 80 anos, após oito anos de governo autoritário no Estado Novo.

Os textos buscam mostrar como o regime que Getúlio promoveu vai além da visão tradicional de expansão dos direitos trabalhistas e modernização do Estado, destrinchando as violações de direitos, a articulação pela derrubada do mandatário e as consequências do período até os dias de hoje.

preferenciais da tortura varguista. Arthur Ewert, um militante e ex-deputado alemão, foi preso e torturado por meses ao longo de 1936.

“Tem uma cena de arrepiar os cabelos: com ele amarrado, os carrascos colocam um arame dentro da uretra dele, deixam a ponta para fora e esquentam o arame com um maçarico”, conta Fernando Morais, jornalista e autor do livro ‘Olga’, que relata a história de Olga Benário, esposa de Prestes, judia e comunista, entregue por Vargas para ser morta pela Alemanha nazista em 1936, pouco antes do Estado Novo.

Já no período ditatorial, a máquina repressiva se fortaleceu. Pagu foi presa e torturada por oposição ao regime; foi libertada em 1940. Hermínio Sacchetta, jornalista que atuou na **Folha da Noite** na década de 1940 e na **Folha de S.Paulo** na década de 1970, ficou detido de 1938 a 1940 por suas ligações com o Partido Comunista, de onde havia sido expulso um ano antes.

Casos de tortura foram reunidos pelo jornalista David Nasser em textos publicados na revista **O Cruzeiro** e depois compilados no livro “Falta Alguém em Nuremberg”, que faz referência ao tribunal que julgou os crimes dos nazistas após a Segunda

Guerra. O “alguém” do título é Filinto Müller.

Morais classifica a tortura do período como “selvageria”. “Era de uma brutalidade nunca vista.”

Para ele, uma diferença em relação à ditadura militar é o perfil das vítimas. Enquanto o Estado Novo se voltou contra os comunistas revoltosos de 1935 e os integralistas que tentaram um golpe em 1938, a ditadura militar perseguiu opositores dentro do Exército, em órgãos públicos e também políticos até mesmo conservadores, como Carlos Lacerda.

Com o fim da ditadura varguista e a redemocratização do país, houve duas tentativas de investigação dos crimes políticos do regime, ambas lideradas pelo general Euclides Figueiredo, pai do futuro ditador João Figueiredo (1979-1985). Euclides foi condenado e preso pelo TSN acusado de ter participado da organização do levante integralista de 1938.

Eleito deputado pela UDN, de oposição a Vargas, ele conseguiu que a Assembleia Constituinte de 1946 instalasse uma comissão de inquérito para apurar abusos do regime, mas a investigação não foi à frente, e as reuniões do órgão raramente tinham quórum para seguir. A Constituinte encerrou sem nenhum relatório sobre o tema.

O deputado conseguiu que uma nova comissão fosse instalada na Câmara. Apesar de ter maior sucesso inicialmente, essa comissão também perdeu força e foi encerrada sem relatório.

Cantalice diz que os próprios comunistas se aliaram a Vargas no último ano da ditadura, participando do movimento queremista, que pretendia manter o ditador no poder, mas como presidente constitucional, o que ajudou a melhorar sua imagem.

“Se os comunistas, maiores vítimas do Estado Novo, sobem no palanque do Getúlio, então aos olhos do povo ele estava certo. É a mesma coisa que a esquerda subir no palanque do [ditador João] Figueiredo”, diz.

Mesmo com flagrantes violações dos direitos humanos (conceito ratificado apenas posteriormente ao fim do Estado Novo), os crimes da Era Vargas são menos lembrados em relação aos abusos do regime militar e têm menor impacto no legado percebido de Getúlio.

Para Morais, isso ocorre devido a um sentimento pró-getulista na sociedade à época, pela consolidação de direitos trabalhistas, industrialização do país e melhora na qualidade de vida da população. Esse sentimento teria sido cancelado pela eleição de Eurico Gaspar Dutra, candidato de Vargas à própria sucessão, em 1945.

“O sentimento pró Vargas existia sobretudo nos mais pobres e também em quem tinha algum sentimento de soberania, de nacionalidade. Esse sentimento era mais forte porque a repressão foi pontual, não generalizada como na ditadura de 1964”, diz.

Cantalice concorda. “O Getúlio de 1950 é o fundador do Estado moderno brasileiro. É o primeiro gestor a colocar o trabalhador no governo. O que fica é mais positivo do que negativo.”



O presidente Lula e seu vice, Geraldo Alckmin, na cerimônia de anúncio do novo modelo de crédito imobiliário Danilo Verpa - 10.out.25/Folhapress

Pacote facilita compra da casa própria, mas especialistas recomendam cautela

Estabilidade e reserva de emergência são cruciais antes de assumir dívidas longas; aluguel é recomendado para quem busca flexibilidade e não quer compromisso com financiamento

Ana Paula Branco

SÃO PAULO A clássica dúvida entre comprar e alugar um imóvel voltou às conversas familiares com a recente injeção de recursos no crédito imobiliário em um cenário ainda de juros altos. Se, por um lado, o governo federal lançou um novo modelo de financiamento para facilitar o acesso à casa própria, por outro, a prudência financeira e a segurança jurídica seguem essenciais para evitar prejuízos.

A planejadora financeira Nayra Sombra, da Planejar, resume a diferença entre as duas opções: “Comprar é decisão emocional e financeira; alugar é decisão estratégica”.

“Se a compra não comprometer a saúde financeira, faz sentido. Mas, se for para ‘se apertar’ e perder qualidade de vida, o aluguel é o melhor caminho”, afirma a especialista.

No dia 10 de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou um novo modelo de crédito imobiliário para modernizar o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). A medida libera mais recursos para os bancos emprestarem crédito e facilita o acesso ao financiamento, especialmente para a classe média, ao mesmo tempo que cria expectativas de aquecimento no mercado imobiliário.

Antes, o governo Lula já havia ampliado o programa Minha Casa, Minha Vida para atender famílias com renda de até R\$ 12 mil. O pacote habitacional também elevou em outubro o teto para a compra da casa própria com uso

do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões.

As mudanças podem estimular mais famílias a considerar a compra de um imóvel, mas exigem cautela. A regra geral é que a compra tende a fazer sentido para quem tem condições de assumir prestações ou quitar à vista sem comprometer reservas de emergência e pretende permanecer no imóvel por, pelo menos, 6 a 8 anos —tempo médio necessário para diluir custos de cartório, ITBI (imposto de transferência) e possíveis reformas. Já o aluguel é mais vantajoso para quem busca flexibilidade ou não quer se amarrar a financiamentos longos, especialmente em um cenário de crédito ainda caro.

Riscos do longo prazo

O advogado Marcelo Tapai, especialista em direito imobiliário, alerta que o financiamento de longo prazo (15, 20 ou 30 anos) é sempre perigoso. A vida das pessoas muda, podendo haver perda de emprego, separação ou morte. Se o financiamento for assumido no limite da renda, o risco será o de perder o imóvel e tudo o que foi pago em caso de inadimplência.

Apesar da queda gradual da Selic (taxa básica de juros), o custo do crédito imobiliário segue elevado, com bancos cobrando taxas efetivas em dois dígitos ao ano, o que encarece os contratos de longo prazo e aumenta o valor total pago ao fim do financiamento.

Para quem financia 80% de um imóvel, por exemplo, as parcelas



Mudanças no crédito habitacional

USO DO FGTS

Valor do imóvel para o uso do fundo pelo SFH sobe de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões

COMPULSÓRIO DA POUPANÇA

COMO ERA 20% dos valores depositados na poupança, principal vetor de captação dos recursos do SBPE, ficavam retidos no BC **COMO FICA** 5% do compulsório foi destravado; a partir de 2027, está prevista liberação anual de 1,5 ponto percentual, até que os 20% do compulsório estejam disponíveis em dez anos

POUPANÇA DIRECIONADA

COMO ERA Bancos eram obrigados a direcionar parte dos recursos da poupança ao crédito imobiliário **COMO FICA** Dinheiro da caderneta fica em carimbo, mas com condicionantes: para ter acesso livre aos recursos, instituições terão de comprovar que concederão financiamento habitacional equivalente

podem consumir boa parte da renda mensal, e o aluguel, que já foi visto como “dinheiro jogado fora”, pode ser uma estratégia para ter liquidez e planejar um futuro financiamento. Quem tem parte relevante do valor guardado pode se beneficiar de negociações diretas com construtoras ou proprietários.

Erro comum

A recomendação de Nayra é que todas as despesas com moradia (financiamento, condomínio, IPTU e contas de água e luz) não ultrapassem 30% da renda familiar líquida. Além disso, um dos erros mais comuns é usar toda a reserva na entrada, sendo essencial manter um “colchão de segurança” equivalente a, pelo menos, seis meses de despesas fixas.

Segundo ela, o aluguel é a melhor alternativa quando a pessoa valoriza mobilidade ou precisa de tempo para fortalecer a reserva financeira. Em um cenário de juros altos, manter o capital aplicado e alugar pode ser mais vantajoso, especialmente se o investidor tiver disciplina de longo prazo.

“O cenário ideal, o mundo perfeito, seria alugar um imóvel talvez um pouco menor, diferente daquilo que é o ideal para mim, e a diferença do valor do aluguel eu investir, poupar, juntar para ter um volume razoável de dinheiro, para aí então eu dar entrada em um imóvel que eu queira comprar com uma entrada melhor, um número menor de parcelas, uma parcela com valor mais acessível”, diz Tapai.

Leia mais na pág. A14



Dicas para quem planeja comprar ou alugar um imóvel

QUANDO COMPRAR FAZ SENTIDO

- A compra só é recomendada quando o indivíduo tem estabilidade e disponibilidade financeira, como uma família que encontrou o imóvel ideal e pretende residir nele por muitos anos. É essencial manter reserva de emergência equivalente a ao menos seis meses de despesas fixas
- A compra costuma compensar se a permanência for de pelo menos 6 a 8 anos. Esse é o tempo médio necessário para diluir custos como ITBI, cartório e reformas
- **Regra de ouro** Todas as despesas de moradia (financiamento, condomínio, IPTU, contas) não devem ultrapassar 30% da renda familiar líquida

QUANDO ALUGAR É A MELHOR OPÇÃO

- O aluguel é a melhor alternativa quando a pessoa valoriza mobilidade ou precisa de tempo para fortalecer sua reserva financeira antes de assumir um compromisso longo
- Manter o dinheiro aplicado e alugar pode ser mais vantajoso, especialmente se o investidor tiver disciplina de longo prazo e o cenário econômico estiver favorável. Com os juros atuais altos, a renda fixa pode cobrir boa parte ou o valor total do aluguel
- Se o financiamento for muito justo, ou se houver a necessidade de “se apertar” e perder qualidade de vida, o aluguel é o caminho mais seguro. Caso ocorra um aperto financeiro no aluguel, o locatário pode negociar uma redução temporária, mudar para um imóvel mais barato ou até encerrar o contrato, algo bem mais difícil quando se tem um financiamento de longo prazo

CUIDADOS JURÍDICOS

No momento da compra

- A consultoria de um advogado especialista não deve ser vista como um gasto, mas sim como um investimento para evitar problemas futuros
- O contrato padrão de papelaria é a “maior furada”. O contrato deve ser revisto e estabelecer absolutamente todas as cláusulas e detalhes verbalmente combinados
- A negociação deve ser fria, técnica, não baseada na confiança
- É crucial analisar com paciência toda a documentação do imóvel e do proprietário, verificando se há dívidas, inclusive trabalhistas, que possam recair sobre o imóvel
- O risco de comprar imóvel na planta é pagar por anos e não ter a quem recorrer se a empresa falir. Além disso, o custo final é imprevisível, corrigido pelo INCC, que depende da inflação

No momento da locação

- O contrato deve ser detalhado e estabelecer índices de reajuste, quem paga IPTU e condomínio
- É fundamental fazer vistoria detalhada no momento da entrada
- Um ponto importante a verificar é se quem está alugando o imóvel é, de fato, o proprietário, pois existem golpes em que a pessoa não é a dona e monta um contrato

DE GRÃO EM GRÃO

O risco esquecido na euforia da isenção fiscal

Apetite por títulos isentos levou investidor a aceitar prêmios historicamente baixos

Michael Viriato

Assessor de investimentos e sócio fundador da Casa do Investidor

Imagine alguém que aceita pagar mais por um produto só porque vem com “frete grátis”. A ilusão da vantagem imediata faz esquecer o custo real. É exatamente isto que vem acontecendo no mercado de crédito privado isento de Imposto de Renda: muitos investidores deixaram de olhar para o preço do risco e passaram a olhar apenas para o brilho do benefício fiscal.

Como alertou Montaigne, “nada é tão enganador quanto a aparência de vantagem”. No mercado, a isenção de imposto tem cumprido esse papel com perfeição. A promessa de rendimento líquido mais alto seduz, mas o risco embutido permanece ali, intacto, apenas disfarçado.

O índice Idex Infra Core, calculado pela gestora JGP, mostra claramente esse fenômeno. O indicador mede a diferença média ponderada entre as taxas reais de títulos corporativos atrelados ao IPCA e isentos de IR e as taxas de títulos públicos de mesmo prazo.

Em linguagem simples, esse spread indica quanto a mais ou a menos o mercado aceita para assumir o risco de crédito privado. Desde 2021, esse spread variou de 0% a 2% ao ano, níveis historicamente razoáveis para compensar o risco adicional. Hoje, ele está em -0,51%. Na média, investidores estão aceitando emprestar a empresas com uma taxa de juros real menor do que a do próprio governo federal.

O gatilho para essa distorção foi a corrida de investidores para garantir a isenção antes de uma eventual tributação das novas emissões a partir de 2025. Quando a demanda dispara e a oferta de títulos não acompanha, o spread cai. A percepção de “última chance” reforçou o comportamento de manada e achou os prêmios.

O raciocínio parece fazer sentido à primeira vista. Como o Imposto de Renda incide sobre toda a remuneração, inclusive sobre a inflação, a vantagem fiscal de um papel isento costuma girar de 1,5% a 2% ao ano. Um título público IPCA+7% ao ano, com inflação de 4,5%, entrega um rendimento nominal de 11,8% ao ano. Após incidência de Imposto de Renda de 15%, a taxa real líquida cai para 5,3% ao ano, 1,7 ponto percentual a menos. Um título corporativo IPCA+6,5% isento de Imposto de Renda, ou seja, com spread de -0,5%, ainda renderia líquido 1,2% ao ano a mais do que esse título público.

O problema é que a isenção fiscal virou critério único de decisão para muitos investidores. Isso distorce a noção de risco. Em momentos de estresse de crédito ou de normalização do mercado, os spreads tendem a subir novamente. Portanto, o investidor desses títulos que espera ganhar na marcação a mercado com queda de juros pode se frustrar se o juros de títulos públicos caírem, mas o spread subir.

A vantagem tributária é um estímulo legítimo, mas não é um escudo contra o risco. Crédito privado, mesmo em infraestrutura, carrega incertezas e depende da saúde financeira das empresas emissoras. Quando o prêmio pelo risco é muito baixo ou negativo, a margem de segurança desaparece. É como atravessar uma ponte confiando apenas na beleza da paisagem, sem olhar para a estrutura que a sustenta.

Isenção de Imposto de Renda não substitui análise de crédito, não garante ganho e não evita perdas. O spread negativo atual é um sinal claro de que o mercado está disposto a receber menos para correr mais risco. E, quando essa conta chega, ela costuma vir sem desconto.

O problema é que a isenção fiscal virou critério único de decisão para muitos investidores. Isso distorce a noção de risco



Imóveis no Cambuci, em SP; Rearp foi aprovado na Câmara e vai ao Senado

Danilo Verpa - 11.mar.24/Folhapress

Programa de atualização de imóveis exige manter bem por 5 anos para aproveitar benefício

Projeto prevê redução do imposto sobre ganho de capital; legislação atual já tem incentivos que podem ser mais vantajosos, afirmam especialistas

MERCADO IMOBILIÁRIO

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O programa de atualização do valor de imóveis e veículos automotores aprovado na Câmara na quarta (29) impõe restrições que podem torná-lo desvantajoso para alguns contribuintes. O texto ainda será analisado pelo Senado. Depois, precisa ser sancionado pelo presidente Lula e regulamentado pela Receita. Caberá ao fisco definir, por exemplo, quando ele começará a valer.

O projeto de lei 458/2021 prevê a criação do Rearp (Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial), com redução do imposto a ser pago sobre o ganho de capital e percentuais de 4% para pessoas físicas e 8% para empresas.

O texto também inclui um programa de regularização de bens não declarados —ou com informações incorretas no Imposto de Renda— com tributação de 30% (imposto + multa), além de outras medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo.

Em um primeiro momento, a atualização parece atrativa, pois atualmente a alíquota sobre ganho de capital pode chegar a 22,5% para pessoas físicas. No caso de empresas do lucro real ou presumido, são aplicadas as alíquotas normais dos tributos so-

bre o lucro (IRPJ e CSLL).

Para aproveitar o benefício da atualização, no entanto, o contribuinte precisa manter a posse dos bens por cinco anos, no caso de imóvel no Brasil ou no exterior, ou dois anos para veículos automotores terrestres, aquáticos ou aéreos. Quem vender antes do prazo terá de recolher o valor total, com dedução apenas do que já tiver sido pago como antecipação.

Em todos os casos, a aquisição precisa ter sido feita até dezembro de 2024.

Alex Jorge, sócio da área tributária do escritório Campos Mello Advogados, lembra que já existe na legislação de imóveis fatores de redução do ganho de capital em razão do tempo de existência e posse desses bens. Em alguns casos, esse imposto pode ficar abaixo de 4% ou alcançar esse patamar no prazo de cinco anos. É possível saber qual a alíquota efetiva do imóvel utilizando a ferramenta de cálculo de ganho de capital da Receita Federal.

“Muitas vezes você já paga uma alíquota efetiva relativamente baixa quando você vende um imóvel com ganho de capital.”

A legislação atual também prevê hipóteses de não incidência do imposto. Por exemplo, na venda do único bem imóvel por valor de até R\$ 440 mil ou quando a pessoa física aplica o dinheiro de

venda em outro imóvel residencial em até 180 dias (nesse caso, não há limite de valor).

Outro fator a considerar é que o contribuinte precisará antecipar o pagamento do imposto para aproveitar a alíquota menor, embora o valor possa ser parcelado em até 24 meses.

Para Bruno Marques Santo e Rafael Carvalho Tiburcio, do Finocchio & Ustra Advogados, o programa pode representar uma boa oportunidade ao viabilizar a atualização do valor de bens por contribuintes que não pretendam vender tais ativos a curto prazo, reduzindo a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado mediante o pagamento de Imposto de Renda sob uma alíquota reduzida.

Eles dizem, por outro lado, que a adesão ao regime exige análise criteriosa, especialmente quanto aos prazos de alienação, à comprovação do valor de mercado e aos impactos sucessórios e societários.

“Trata-se de uma oportunidade relevante, mas que deve ser avaliada caso a caso, sob orientação especializada.”

Em relação à modalidade de regularização para bens e direitos não declarados, o projeto prevê que é necessário comprovar a origem lícita e afasta penalidades e sanções de natureza criminal tributária.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Roberto Campos Neto / Marcos Lisboa / Candido Bracher / Ana Paula Vescovi

SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo / Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecília Machado, Mauro Zafalon

QUA. Bernardo Guimarães / Jerson Kelman, Vinicius Torres Freire **QUI.** Solange Srouf, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva

SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / Laura Müller Machado



AFRICA CREATIVE/™

Quando a matemática é para todos, o futuro também é.

No Brasil, apenas 8,6% dos jovens que concluem o Ensino Médio têm aprendizado adequado em matemática. Isso significa que milhões de estudantes estão deixando a escola sem um dos conhecimentos mais importantes para compreender e transformar o mundo. A boa notícia é que essa conta pode e deve mudar.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, acaba de lançar o Compromisso Nacional Toda Matemática, que une governos, escolas, famílias, universidades, professores e estudantes em uma mesma causa: garantir que a matemática seja um direito de todos.

A Fundação Itaú, que há mais de três anos elegeu a matemática como uma de suas causas prioritárias, celebra o lançamento do Toda Matemática e segue participando ativamente para que esse compromisso se torne realidade apoiando políticas públicas, formando professores, desenvolvendo materiais didáticos e fortalecendo redes de ensino em todo o país.

Superar os desafios da matemática é essencial para construir um Brasil mais justo, produtivo, inovador e preparado para o futuro. E isso começa agora somando esforços, multiplicando ideias e dividindo responsabilidades.

Com a participação de todos, essa conta fecha. Quer conhecer mais iniciativas da Fundação Itaú em educação e matemática? Acesse o QR Code.

Toda Matemática. Todo o Brasil.



Rio expõe falha em calcular taxa da bala

Crime é uma variável econômica, muito além dos gastos em segurança pública

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

A megaoperação policial do Rio de Janeiro, que contabiliza, até agora, o saldo de 121 mortos, 113 presos e 118 armas apreendidas, é o exemplo mais recente de como o Brasil falha em tratar a criminalidade como uma questão econômica.

Vidas são bens de valor inestimável, e imagino que as fotografias dos corpos dos mortos em praça pública já tenham feito seu papel de te lembrar disso. Mas o outro custo, o mensurável, de vivermos em um rodízio de incursões violentas às regiões dominadas pela criminalidade, é alto.

Ele aparece nos balanços das empresas, na fuga de investimentos, na desvalorização de ativos e, por fim, nas taxas de juros de que o país precisa oferecer para atrair capital. Sim, o crime é uma variável econômica, muito além dos gastos em segurança pública.

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a violência custa em média 3% do PIB por ano aos países da América Latina, consumindo o equivalente a todo o investimento anual em infraestrutura. É dinheiro que poderia financiar estradas, escolas ou crédito produtivo, mas que se perde em segurança, indenizações, perda de produtividade e retração de investimento.

Onde há desordem, há risco. E, para correr riscos, o dinheiro cobra mais caro. Um estudo publicado pela City, University of London sobre o México mostrou que o aumento da criminalidade local eleva, diretamente, o custo do crédito. Os bancos não deixaram de emprestar, mas aumentaram os juros.

O que os economistas chamam de penalidade financeira dá para chamar também de taxa da bala.

A operação espetacular pode dar uma sensação de “vingança” para quem vive no medo de ser assaltado, roubado, morto por criminosos. Mas a atuação pontual serve para o Estado reforçar a própria fragilidade. O território é retomado por um dia e abandonado no seguinte. O tamanho da ação prova ausência do Estado nos tempos que a antecederam.

Quando o Estado recua, como se o trabalho ali estivesse resolvido, o tráfico e a milícia prosperam com lógica empresarial de diversificação, reinvestimento e rebuscados esquemas de lavagem de dinheiro —vide a operação Carbono Oculto, que mostrou os braços do PCC na Faria Lima.

Fazer o Estado realmente ocupar os espaços até então abandonados depende de investimentos. A experiência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), projeto praticamente abandonado, deixou pistas do que funciona e do que não funciona na ocupação de áreas dominadas pelo crime.

Pela análise de especialistas em segurança pública, as UPPs serviram nos primeiros anos para reduzir a criminalidade local e melhorar a infraestrutura. A parte social, que estava no projeto, nunca chegou a ser implementada de verdade e, quando o dinheiro minguou, manter as unidades, já esvaziadas, tornou-se um fardo e um risco à vida de quem nelas trabalhava. O fracasso não foi policial, mas econômico.

Quando o Estado sai, o crime ocupa e o dinheiro some. Entre os países com menos de 1 homicídio por 100 mil habitantes, como Japão, Alemanha e Suíça, o juro real médio é próximo de zero. Entre os que convivem com mais de 20 homicídios, como Brasil, México e Nigéria, os juros reais superam 5%.

O ciclo fúnebre se mantém: investimento malfeito no combate à criminalidade traz novos rimbos à confiança, impedindo que o dinheiro venha para ser investido em melhorias reais e necessárias, abrindo novas brechas para o crime.

Entre os países com menos de 1 homicídio por 100 mil habitantes, como Japão, o juro real médio é próximo de zero. Entre os que convivem com mais de 20 homicídios, como Brasil, os juros reais superam 5%



Catarina Pignato

Dependência financeira pode ser porta de entrada para violência patrimonial

Abuso de poder da parte econômica mais forte na relação sobre a administração dos bens comuns é tipificado na Lei Maria da Penha

TODAS

Gabriela Cecchin

SÃO PAULO A violência patrimonial, geralmente praticada por cônjuges ou companheiros durante o relacionamento ou após seu término, é um dos tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha, e mulheres devem estar atentas a sinais desse tipo de abuso, que envolvem a gestão financeira da família e do patrimônio do casal.

Segundo o Ibdfam (Instituto Brasileiro de Direito de Família), essa agressão ocorre quando a parte econômica mais forte na relação abusa de seu poder sobre a administração dos bens comuns e não repassa os frutos desse patrimônio, o que gera uma situação de opressão.

As mulheres costumam ser as principais vítimas.

“Quando falamos de uma situação de violência doméstica, não há apenas a presença de um tipo específico de violência. De regra, há violências combinadas. No caso da patrimonial, é muito comum que ela aconteça com a violência psicológica”, diz juíza Madgéli Frantz Machado, titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Porto Alegre (RS).

Uma situação muito comum, segundo ela, é o confisco do aparelho celular do cônjuge ou exigência de ter acesso às senhas de aplicativos e redes sociais como um mecanismo de controle.

“O celular é um instrumento muito presente em situações de violência doméstica. Ele nos co-

necta com todo o mundo o tempo todo, e uma das condutas do agressor é justamente evitar que a mulher tenha contato com outras pessoas, amigos, familiares.”

Agressores também costumam recusar-se a pagar pensão aos filhos ou gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar.

“Há situações em que o ex-parceiro, para se vingar da vítima, atrasa a pensão, porque ele sabe, por exemplo, que até tal dia a mãe tem que pagar a escolinha das crianças, mas todo mês ele apronta alguma coisa e a mulher fica sempre com aquela ansiedade, desespero”, diz a juíza.

Pressionada por outras violências, a mulher acaba cedendo a pedidos, por exemplo, para colocar um bem no nome do marido, com a justificativa de que ele é a parte financeira do casal.

“E também sempre sob o argumento de que aquele investimento não é para ele, é para a família, é para os dois, que planejam uma vida juntos”, diz a juíza.

Para Ana Leoni, CEO da Planejar (Associação Brasileira de Planejamento Financeiro), a decisão de um parceiro assumir o papel de provedor não deve ser atribuída apenas à mulher, nem apenas ao homem, e é importante considerar o contexto familiar.

“É sempre uma decisão conjunta, do casal. O casamento é uma sociedade em que tudo é compartilhado —compromissos, responsabilidades e até as dificuldades.”

A decisão sobre regime de bens pode impactar diretamente a segurança financeira da mulher.

Ana Claudia Utumi, planejadora financeira da Planejar, lembra que muitas pessoas vivem anos em união estável e depois optam por se casar em separação total de bens, sem atentar para o que já foi construído em conjunto.

“Se houve união estável antes do casamento, o patrimônio adquirido nesse período pertence aos dois. Muitas mulheres acabam perdendo direitos por não formalizar essa partilha antes da mudança de regime.”

A especialista diz que, sempre que possível, é importante preparar-se financeiramente. “Se eu paro de trabalhar por um, dois, três anos, é importante que eu tenha um patrimônio próprio, uma reserva que me permita tomar decisões sem depender integralmente do parceiro”, explica.

Carla Borges, coordenadora da comissão da mulher contabilista do CRCMA (Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão), também acredita na importância da autonomia financeira. “Ela deve ter uma conta bancária própria, fazer uma poupança, um investimento, previdência privada ou manter bens em seu nome.”

Segundo Carla, mesmo que a mulher opte por não trabalhar, é importante garantir um valor fixo mensal para cobrir gastos pessoais.

“Não é saudável que a mulher tenha de pedir dinheiro ao marido para cada despesa individual. Esse rendimento deve ser acordado desde o início do casamento, como parte do pacto de transparência financeira do casal.”



Exploração clandestina de manganês em área em Marabá, no Pará Google Earth

Garimpo ilegal se apropria das reservas de manganês do Brasil

Mineral, usado na fabricação de aço, também é cobiçado por indústrias de baterias; mineradoras diminuíram operação no mercado brasileiro, tomado por extração ilegal

Pedro Lovisi

SÃO PAULO O Brasil tem a quarta maior reserva de manganês do mundo, mas permite que garimpeiros ilegais acessem grande parte dela. Esse mineral será cada vez mais estratégico nos próximos anos, à medida que aumenta a demanda por veículos elétricos, cujas baterias são feitas desse metal.

A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal não divulgam dados sobre o tema, mas executivos desse mercado estimam que ao menos 30% da produção de manganês hoje no país esteja na mão desses criminosos, concentrados principalmente no sudeste do Pará, onde estão as maiores reservas do mineral no Brasil.

O tema já é tratado como intrínseco a esse mercado. Nos bastidores, funcionários de mineradoras relatam, com frequência, invasões de garimpeiros em seus complexos e demora das forças policiais e de outros órgãos fiscalizadores em conter esses grupos.

Um executivo de uma das maiores empresas do setor contou à *Folha* que a companhia teve 10% de sua reserva mineral extraída recentemente por garimpeiros que invadiram suas terras por cinco meses na região de Carajás. Já em uma outra grande mineradora, bandidos armados expulsaram vigilantes e assumiram o controle de parte da operação.

A própria Vale é uma das principais denunciante de invasões garimpeiras na região. Segundo uma pessoa envolvida no dia a dia da mineradora, tais invasões chegaram a atrapalhar o andamento de projetos de manganês de 2012

a 2020, quando a companhia optou por iniciar a venda de direitos minerários para se concentrar em minério de ferro.

Em nota, a Vale afirmou à *Folha* que, quando descobre ocorrência de qualquer atividade de mineração ilegal, denuncia às autoridades competentes.

A mineradora é alvo de pressões do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por manter seus direitos sobre reservas mesmo sem ter interesse comercial nelas. Na teoria, a regulamentação proíbe essa conduta, mas, na prática, a falta de estrutura da ANM (Agência Nacional de Mineração) dificulta a fiscalização.

“O minério de manganês nessa região aflora na terra, então é fácil de percebê-lo olhando numa paisagem; com isso, a população sabe onde estão essas concentrações de manganês”, diz Igor Goettenauer, procurador da República com atuação em Marabá. “Como as pessoas sabem onde essa concentração está, há uma pressão social pelo uso dessas reservas.”

Quase toda a produção de manganês hoje vai para siderúrgicas, que usam o metal para produzir aço mais resistente. Mas consultorias de mercado estimam que a demanda por produtos refinados vá ser cada vez maior nos próximos anos, à medida que a produção de veículos elétricos aumenta. E, com isso, o valor do manganês também deve aumentar: enquanto uma tonelada do minério de manganês destinado à siderurgia custa cerca de R\$ 300, a do sulfato de manganês, destinado às baterias elétricas, é vendida por cerca de US\$ 800 (R\$ 4.300).

Nas mãos de garimpeiros, no

entanto, é improvável que esse manganês ganhe valor agregado no Brasil. Refinar o metal é caro, e nessas operações ilegais o produto final é o minério bruto, que não passa por processos de concentração.

A logística dos garimpeiros de manganês costuma seguir o mesmo padrão: eles extraem o minério com máquinas e o repassam para transportadores, que o desembarcam em companhias responsáveis por vender o minério no mercado interno ou externo —a exportação geralmente é feita no porto de Barcarena. Alguns, mas não todos, tentam dar aparência de legalidade à operação, declarando que o mineral vendido foi extraído em outra região à qual eles têm direitos minerários.

“Tudo isso é um mercado bastante lucrativo, e a parte ilícita começa a se misturar com a lícita, pois os recursos ilegais são lavados em empresas lícitas, que compram o maquinário. Geralmente são famílias que começam a se especializar nessa atividade e vão criando organizações criminosas, inclusive com especialização de funções”, diz Goettenauer, procurador da República.

Para Charles Trocate, um dos principais ativistas da região e líder do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, essa dinâmica já faz parte do dia a dia da população de algumas cidades como Parauapebas, Curionópolis e Marabá.

“São hipermercados e postos de gasolina da região que compram as grandes máquinas usadas pelos garimpeiros”, diz.

“Houve muita operação da polícia para contê-los, mas, devido

“

Tudo isso é um mercado bastante lucrativo, e a parte ilícita começa a se misturar com a lícita, pois os recursos ilegais são lavados em empresas lícitas, que compram o maquinário

Igor Goettenauer
procurador da República
com atuação em Marabá

“

São hipermercados e postos de gasolina da região [sudeste do Pará] o que compram as grandes máquinas usadas pelos garimpeiros

Charles Trocate
ativista, líder do
Movimento pela
Soberania Popular
na Mineração

à lucratividade do negócio, o crime vale a pena.”

Na região há até bairros dominados por garimpeiros ilegais, como a Vila União, em Marabá. E o domínio vai parar na política, onde vereadores são eleitos com apoio dos próprios garimpeiros. “A política da região está ligada a esses garimpeiros, porque são eles que dominam partidos aqui”, afirma Trocate.

Samir Chamon, por exemplo, irmão do influente deputado estadual Chamonzinho (MDB) e filho de um secretário do governador Helder Barbalho, foi preso em 2020 sob suspeita de envolvimento com garimpos da região. Hoje, ele responde a processos na Justiça Federal.

À *Folha* Samir, que é dono de uma empresa de mineração, disse por nota que sua prisão foi “injusta e equivocada por ter se valido de evidências frágeis e informações incorretas”. Segundo ele, seus negócios sempre foram realizados de forma legal, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento do Pará. Já o deputado Chamonzinho não respondeu aos questionamentos até a publicação desta reportagem.

Mercado legal vem diminuindo

Em contrapartida ao garimpo ilegal, a presença de grandes mineradoras no mercado de manganês no Brasil vem caindo tanto por questões econômicas quanto por exaustão das principais minas de grande porte.

A Vale, que detinha a maior parte das reservas desse mineral, parou de extrair manganês em suas operações em Carajás e vendeu em 2022 suas operações em Mato Grosso do Sul para a J&F Investimentos, dos irmãos Batista. Já a Buritirama, a maior mineradora de manganês da América do Sul, entrou em falência em 2023 e hoje é operada por credores, por meio da Geribá Investimentos.

Segundo o Sumário Mineral Brasileiro, o país chegou a produzir mais de 3 milhões de toneladas de manganês contido em 2008. No ano passado, por outro lado, foram 537 mil toneladas.

A maior parte da produção fica por conta da Buritirama e da LHG mining, dos irmãos Batista —essa última, no entanto, foca a extração de minério de ferro. Já outras mineradoras, com escala menor, continuam operando.

A RMB, por exemplo, quer produzir em Carajás 400 mil toneladas de manganês. Os investimentos somam R\$ 240 milhões e, para isso, a mineradora é uma das empresas que buscam recursos do BNDES voltado para minerais críticos. A empresa tem planos de produzir, em um primeiro momento, concentrado de manganês e, em seguida, sulfato de manganês agrícola e sulfato de manganês com grau de baterias.

O garimpo ilegal é um entrave, diz Samuel Borges, CEO da RMB. “Eles entram na nossa área desde 2016; estamos falando de 30 mil hectares e, de toda a reserva do projeto, 5 milhões de toneladas já foram extraídas de forma ilegal. Só temos como prerrogativa denunciar e esperar que as autoridades cumpram seus papéis.”
Leia mais sobre manganês às págs. A18 e A19 e sobre mineração à A32

Saiba para que serve o manganês e qual a posição do Brasil no mercado

Folha explica pontos-chave de um dos principais minerais ligados à transição energética

CONHEÇA OS MINERAIS CRÍTICOS

Pedro Lovisi e Luciano Veronezi

O manganês é um dos minerais críticos que têm como seu principal uso a produção de aços resistentes. Nos últimos anos também tem ganhado destaque por seu papel na fabricação de baterias de carros elétricos, mercado que vem crescendo muito rapidamente.

O Brasil já foi um grande produtor do manganês, mas viu sua produção diminuir à medida que o interesse da Vale pelo mineral foi reduzindo e que a principal empresa desse mercado na América Latina, a Burityrama, foi tendo problemas econômicos —até ter suas falência decretada em 2023.



Folha publica série didática sobre minerais críticos

Este texto é parte da série “Conheça os Minerais Críticos”, sobre oito minerais essenciais para a fabricação de produtos relacionados à transição energética: terras raras, níquel, lítio, cobalto, nióbio, cobre, manganês e grafite.

CAMINHO ATÉ O USO

Um dos principais produtos de manganês é o ferromanganês, usado na fabricação de aço.



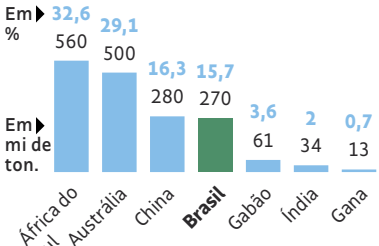
Como é a produção do ferromanganês usado na siderurgia*

1. Extração do minério de manganês
2. Beneficiamento do minério com britagem e peneiramento
3. O minério é colocado em fornos elétricos a arco submerso, junto a carvão, minério de ferro e fundentes, como calcário e dolomita. Nos fornos ocorre a redução dos minérios e a fusão da liga, que tem entre 65% e 75% de manganês
4. Liga, em estado líquido, e disposta em formas para solidificar
5. Após a solidificação, a liga é britada para adequar ao uso nas siderúrgicas

*O minério de manganês que serve de matéria-prima para as baterias vira sulfato de manganês, por meio de outra rota de produção
Fonte: Grupo Maringá

PAÍSES COM AS MAIORES RESERVAS

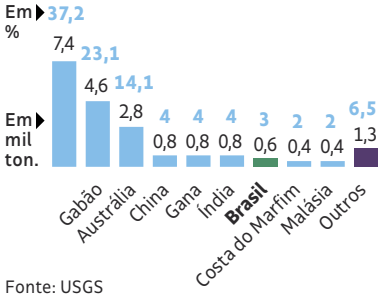
A África do Sul abriga as maiores reservas desse metal, seguida de Austrália, China e Brasil.



Fonte: USGS

PAÍSES QUE MAIS PRODUZEM

A África do Sul também é o país que mais produz manganês, seguida de Gabão e Austrália.



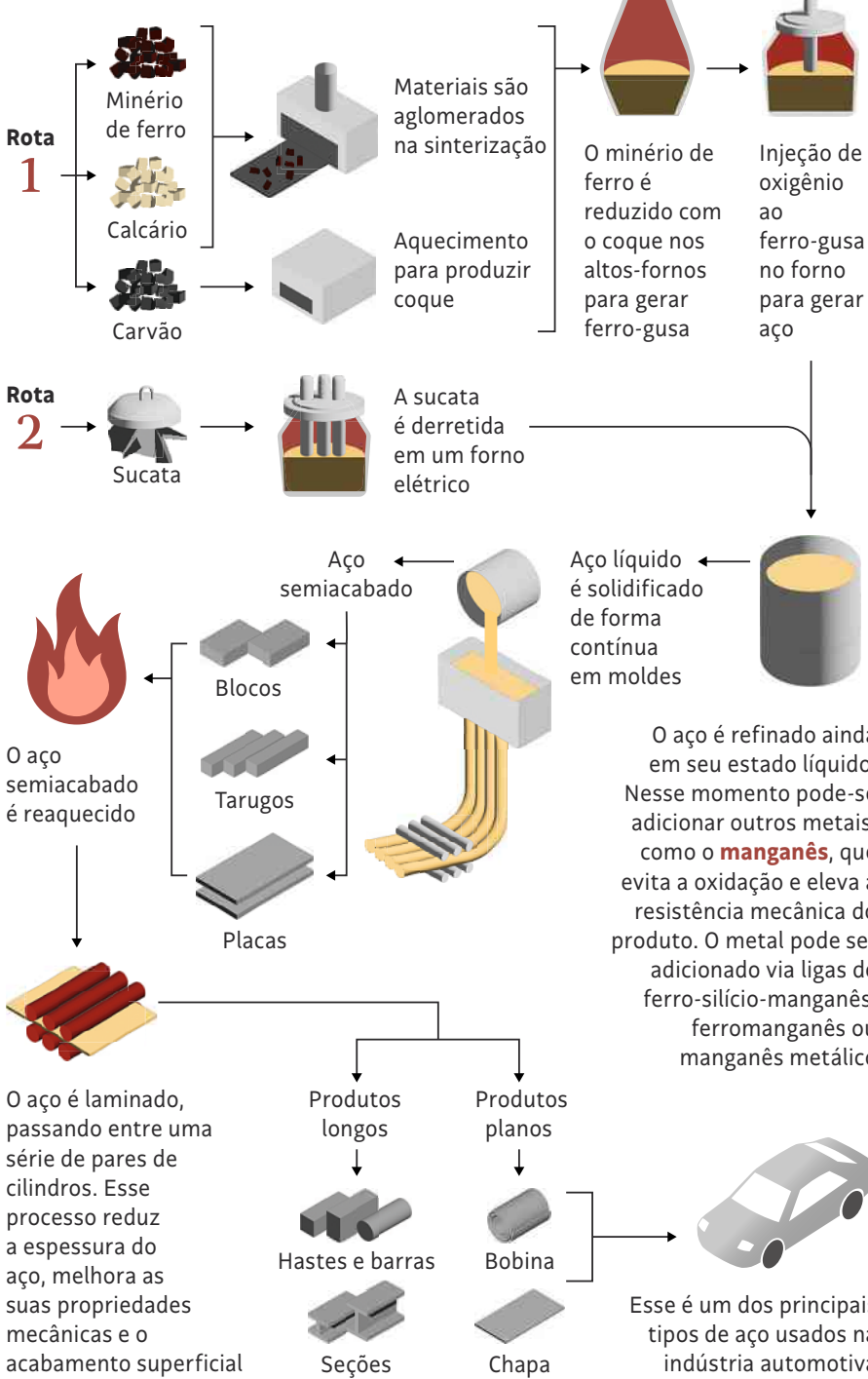
Fonte: USGS

PRINCIPAIS USOS

Quase toda extração de manganês vai parar na siderurgia, para tornar o aço mais resistente. Mas há também aplicações desse metal em baterias, ligas de alumínio e tratamento de água.

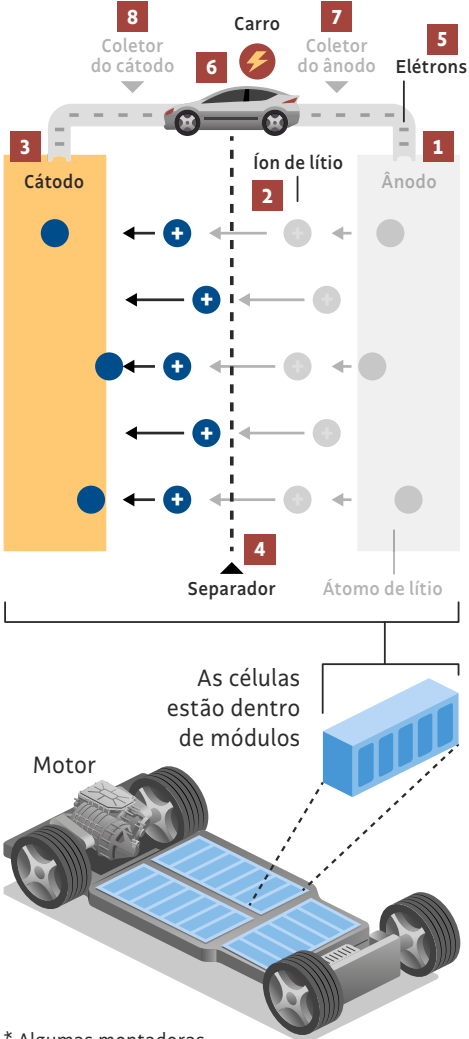
Papel do manganês na fabricação de aço, destino de 96% da produção desse metal

Como o aço é feito



Fonte: Vepica, engenheiro José Roberto Bolota e Grupo Maringá

Função do manganês dentro da célula de uma bateria, que recebe 3% da produção desse metal



* Algumas montadoras que usam baterias NMC: Tesla, Hyundai e Volkswagen
Fonte: Folha, com ajuda de Edlayan Passos, Andrea Madeira Kliauga, Flavio Sakai e IMN

1. **Ânodo:** Parte das baterias onde átomos de lítio presentes em substâncias químicas perdem elétron e vão em direção ao cátodo. Geralmente é feito de grafite
2. **Íons de lítio:** Átomos de lítio que perderam elétron fluem em direção ao cátodo da bateria
3. **Cátodo:** Parte das baterias que recebe os íons de lítio. Em um dos modelos mais comuns de bateria, é feita de níquel, **manganês** e cobalto*
4. **Separador:** Separa o cátodo do ânodo e evita curto-circuitos internos na bateria. Geralmente é feito de polipropileno ou polietileno
5. **Elétrons:** Vão direto para o coletor, que está interligado com o carro. Essa movimentação gera eletricidade
6. **Carro:** Recebe a eletricidade gerada a partir da movimentação dos elétrons na bateria
7. **Coletor do ânodo:** Coleta os elétrons do ânodo. Geralmente é feito de cobre
8. **Coletor do cátodo:** Coleta os elétrons do circuito e envia para o cátodo. Geralmente é feito de alumínio

OUTRAS APLICAÇÕES PARA O MANGANÊS



COMO APARECE NA TERRA

- O manganês pode ser encontrado em mais de cem minerais
- Está disperso em uma variedade de rochas sob a forma de óxidos
- Os minerais mais comuns são a pirolusita, a psilomelana e a manganita

Continua na pág. A19

Continuação da pág. A18

ONDE ESTÃO AS RESERVAS NO BRASIL

As principais estão no sudeste do Pará, na região de Carajás.



Fonte: SGB

PAÍSES QUE MAIS REFINAM

A China é dona de mais de 90% da capacidade de refino do manganês para seu uso em baterias, seguida de Europa e Japão. Os chineses também são os maiores produtores de ferro-silício-manganês, responsáveis por 68% do fornecimento mundial; a Índia é a segunda, com 14%. Já no ferromanganês de alto carbono, apesar de também liderar o fornecimento, a China é responsável por 38% da produção, ante 26% da Índia. Os chineses são donos de 44% da produção de ferromanganês com menor teor de carbono, e a Índia, 22%. Os dados são do Instituto Internacional do Manganês.

MAIORES EMPRESAS (EXTRAÇÃO E REFINO)

- South32 (Austrália)
- Ntsimbintle Holdings (África do Sul)*
- Eramet (França)
- Assmang (África do Sul)
- China Minmetals (China)
- Sinosteel (China)

* Os principais ativos de manganês da Ntsimbintle Holdings estão em processo de transferência para a também sul-africana Exxaro

MAIORES EMPRESAS NO BRASIL

A maior empresa de manganês da América Latina, a Buritirama, é brasileira. A mineradora, que opera no Pará, no entanto teve sua falência decretada em 2023 por dívidas com a empresa holandesa C. Steinweg Handelsveem, e desde então tenta reverter a decisão. Já a LHG Mining, dos irmãos Batista, é a segunda maior mineradora desse mercado do país; a empresa comprou ativos da Vale em MS em 2022. A Vale, por sua vez, já foi uma das maiores empresas de manganês do país, mas vendeu seus principais ativos em 2021.

Predominam no mercado brasileiro ainda os garimpeiros ilegais, que, segundo algumas pessoas que acompanham o mercado, já são responsáveis por ao menos 30% da extração de manganês no país.

Do lado das processadoras de manganês, a Maringá Ferro-Liga, que tem indústria em São Paulo, e a Nexus Ligas, com fabricação em Minas, são as maiores brasileiras em ligas de manganês, tanto com ferro quanto com silício.

Australiana capta R\$ 430 mi para projetos de terras raras no Brasil

SÃO PAULO A mineradora australiana Brazilian Rare Earths informou ter arrecadado 120 milhões de dólares australianos (R\$ 430 milhões) para acelerar o desenvolvimento de projetos de terras raras no Brasil por meio de uma emissão de ações.

A BRE recebeu compromissos firmes para uma colocação de 25,6 milhões de novas ações ordinárias a um preço de emis-

são de 4,68 dólares australianos (R\$ 16,65) por ação. Os fundos também serão utilizados para reduzir os prazos para a refinaria integrada de separação de terras raras planejada em Camaçari (BA).

A empresa atualmente opera nos projetos Rocha da Rocha e Amargosa, ambos na Bahia.

As terras raras são um conjunto de 17 elementos químicos de difícil extração e refino, sendo

17 são os elementos químicos que fazem parte das terras raras. A maior parte vai para os ímãs permanentes, que podem ser usados, por exemplo, em carros elétricos

alguns matéria-prima para a fabricação de ímãs essenciais para tecnologias relacionadas à transição energética e à defesa. Esse grupo contempla alguns dos minerais críticos mais cobiçados pelas grandes potências econômicas do mundo e, nos últimos anos, se tornaram um dos principais focos de atenção do mercado de países desenvolvidos. Com Reuters

A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece, muitas vezes, no silêncio.

E é o silêncio que permite que ela continue. Informação é prevenção.



Acesse o Guia Saber Liberta de Educação para Prevenção
Escaneie o QR Code ao lado ou acesse www.liberta.org.br/guia e saiba como agir para proteger crianças e adolescentes.



www.liberta.org.br |  [institutoliberta](https://www.instagram.com/institutoliberta)

mercado



Daniel Vorcaro, dono do Master, cujos CDBs chegaram a pagar 140% do CDI, ante 115% de outros bancos médios Rubens Cavallari - 22.abr.24/Folhapress

Após Master, BC quer deixar mais claro ganho de corretoras com CDBs

Autoridade monetária avalia tornar mais transparentes para investidores potenciais conflitos de interesse que existam na venda de títulos bancários

Adriana Fernandes e Carolina Mandl

BRASÍLIA E SÃO PAULO O Banco Central estuda mudanças para atacar um dos pontos vistos como cruciais para turbinar as captações do Banco Master: a remuneração de assessores financeiros na venda de títulos bancários.

O Master, que até poucos anos atrás era uma instituição financeira de pequeno porte, pode levar o FGC (Fundo Garantidor de Créditos) a fazer a maior indenização de depósitos bancários já realizada, se vier a ser liquidado. Em dificuldade, o banco precisou recorrer a uma linha de liquidez de R\$ 4 bilhões do fundo em maio.

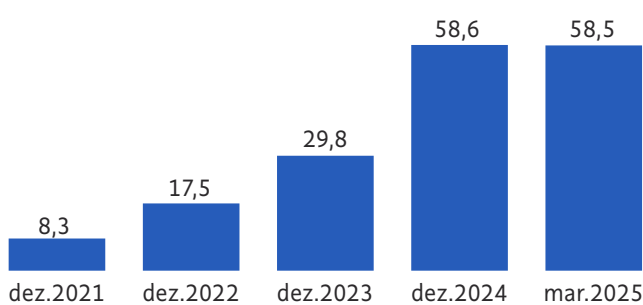
A autoridade monetária avalia tornar mais transparentes para os investidores os potenciais conflitos de interesse que existam na venda de títulos bancários, como os CDBs e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA). A ideia é trazer para os aplicadores informações sobre a remuneração paga pelos bancos a assessores financeiros na venda desses papéis, segundo uma pessoa com conhecimento das discussões.

Ao venderem um CDB, tanto a plataforma de investimento quanto o assessor financeiro obtêm comissão do banco emissor, abrindo espaço para questionamentos sobre o motivador da venda: a qualidade do produto para o portfólio do investidor ou o incentivo que o vendedor ganhará.

As discussões dentro do BC se inspiram nas regras criadas pela

A escalada da captação do Banco Master

Desde 2021, estoque de depósitos a prazo se multiplicou por 7. Em R\$ bi



Fonte: Banco Central, para o conglomerado

CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para títulos e valores mobiliários, como ações, e que já estão em vigor de forma plena há um ano. A estratégia é permitir ao investidor compreender, de forma simples e completa, quais custos estão embutidos nos produtos e como se dá a remuneração dos agentes intermediários na venda deles.

O BC está conduzindo os estudos considerando o arcabouço regulatório vigente, as características específicas dos produtos bancários, os modelos de distribuição e o impacto regulatório para instituições financeiras de diferentes portes. A avaliação interna no órgão regulador é que é preciso reforçar os instrumentos de comparabilidade das informações oferecidas aos clientes.

Alguns participantes do mercado defendem que as plataformas também deveriam arcar de alguma forma com eventuais perdas em casos similares ao Master ou

Autoridade monetária apertou regras do FGC

O BC já apertou, em agosto, as regras do FGC para os bancos captarem recursos ao dobrar a alíquota de contribuição ao fundo paga pelas instituições financeiras que queiram captar volume maior de recursos tendo como atrativo a garantia do FGC. A medida só entra em vigor em 1º de junho de 2026.

A mudança foi considerada tímida pelos grandes bancos.

que os próprios bancos tenham limites de captação via plataformas limitados, mas enxergam resistência do BC ao pleito, segundo pessoas que participam das discussões.

Caso o Master sofra liquidação ou intervenção, o número de investidores a serem indenizados pode chegar ao redor do milhão, de acordo com duas pessoas familiarizadas com o assunto. Estima-se que o Master tenha cerca de R\$ 50 bilhões elegíveis à garantia do FGC, segundo participantes do mercado, o que seria o maior pagamento já feito pela entidade. O resgate do banco de Daniel Vorcaro vai exigir aporte adicional dos bancos ao fundo.

As plataformas de investimento ganharam impulso há cerca de dez anos, trazendo para os investidores uma gama de produtos de investimento mais ampla que a prateleira dos bancos, ao mesmo tempo que facilitaram o acesso das instituições financeiras ao varejo, reduzindo o custo de captação delas. A atuação delas no caso Master, contudo, tem levantado questionamentos de reguladores, investidores e bancos.

Para vender papéis do Master, os assessores financeiros lançaram mão de dois principais argumentos: o pagamento de remuneração elevada ao investidor e a garantia de indenização pelo FGC em caso de quebra do banco até o limite de R\$ 250 mil por investidor.

Os papéis do Master chegaram a pagar 140% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), en-

quanto outros bancos médios ofereciam cerca de 115% do CDI.

Para facilitar o investimento dentro dos limites da garantia do FGC, as corretoras faziam as contas para o investidor do quanto ele podia investir para não ultrapassar o limite de R\$ 250 mil até o vencimento do papel, quando os juros já teriam incorrido, de acordo com emails vistos pela Folha.

A comissão aos assessores também era acima da média. Como os CDBs vendidos pelo banco eram longos e pagavam uma remuneração elevada, essa taxa chegava a mais de 4% do investimento no seu vencimento. Na média da indústria, o valor máximo pago ao assessor é de 0,5% ao ano, com emissões mais curtas e mais baratas.

A XP tem cerca de R\$ 30 bilhões em títulos do conglomerado Master distribuídos, enquanto o BTG tem outros R\$ 6,6 bilhões, de acordo com pessoas com conhecimento do assunto. Juntos, eles representam mais de 70% da captação com garantia do FGC emitida pelo banco de Vorcaro, segundo estimativas de mercado.

Os incentivos financeiros recebidos pelas corretoras mais o protagonismo da garantia do FGC nas propagandas a investidores incomodam alguns participantes do mercado, ainda segundo pessoas familiarizadas com as discussões. Elas enxergam na estratégia um fator que contribuiu para a oferta mais agressiva dos títulos do Master por plataformas.

Na avaliação de Rafael Chaves, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV, as plataformas agiram conforme as regras do jogo, mas mudanças deveriam ser feitas na regulação para incentivar a análise de perigos.

“Não é correto que um banco que está com muito risco tenha esse risco eliminado da operação. Isso é negativo para o sistema como um todo,” disse. “O Master conseguiu um volume elevado de captação com risco neutralizado pelo FGC.”

Se o Master vier a quebrar, a maior parte da conta ficará com os maiores bancos do país, que são os maiores emissores de depósitos: Itaú Unibanco, BB, Caixa, Bradesco e Santander Brasil.

Como emitem CDBs, a XP e o BTG também vão arcar com as perdas de forma proporcional.

O peso que as plataformas ganharam para a captação de alguns bancos de menor porte também é visto como um ponto de atenção que deveria ser considerado por reguladores. A importância delas para o Master, de acordo com alguns participantes do mercado, se tornou mais parecida com aquela trazida por grandes operações de atacado. Se elas decidem mudar sua recomendação aos papéis ou cortar a distribuição deles, os bancos podem enfrentar desafios de liquidez.

“As plataformas ajudaram na redução de custo e na diversificação do funding de bancos médios, mas a captação via terceiros é menos estável que aquela feita pelo próprio banco com diversos investidores porque a plataforma pode decidir parar de distribuir os papéis”, diz Alexandre Albuquerque, analista sênior da Moody’s Ratings.



COM A FOLHA, VOCÊ ESTÁ
MAIS PERTO DA SUA VAGA
NA UNIVERSIDADE

Folha Estudantes é uma plataforma voltada para quem está se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e para os principais vestibulares do país. Nela, você encontra planos de estudo, testes, conteúdos exclusivos e muito mais. Acesse www.folhaestudantes.com.br e confira:



AGENDA DOS PRINCIPAIS VESTIBULARES



TESTES E CORREÇÕES DE QUESTÕES



NEWSLETTERS EXCLUSIVAS



CONTEÚDOS ESPECIAIS DIARIAMENTE



6

MESES DE ASSINATURA DA FOLHA GRÁTIS para estudantes que se inscreverem no ENEM*

CONFIRA COMO GARANTIR A SUA ASSINATURA:



*Versão digital, oferta válida por 6 meses.

mercado

Manipulação emocional das máquinas

Empresas de IA apelam para mesma fórmula das redes sociais, o engajamento

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

A inteligência artificial está passando por uma guinada frustrante. Sua promessa original, na versão otimista, era reluzente: avançar o conhecimento científico, desenvolver novos medicamentos, curar doenças, resolver questões matemáticas históricas e assim por diante. Com feitos grandiosos, essa tecnologia ampliaria a geração de riqueza, impulsionando a produtividade e o bem-estar da humanidade. Nada disso aconteceu. Ao contrário. Na ausência de grandes feitos, as empresas de IA estão seguindo um caminho já conhecido: ganhar dinheiro retraindo a atenção dos usuários. Para isso, estão transformando a IA em produto de “engajamento” para reforçar sua viabilidade econômica. Em outras palavras, convertendo as IA em um artifício que busca manter o usuário conectado e “entretido” o máximo de tempo possível. Tudo para, quem sabe, vender essa atenção capturada para anunciantes.

A frustração está justamente no fato de uma tecnologia que se vende como altamente inovadora sucumbir ao modelo de negócios manjado dos merca-

dores de atenção. As IAs, em vez de ferramentas práticas, estão se convertendo em arapucas para manter os usuários conectados a todo custo. Por essa razão, estão assumindo o papel de “terapeutas”, “coaches”, “namorados”, “amigos”, “paqueras” e outros antropomorfismos similares. O objetivo é um só: serem percebidos como companheiros humanizados, fazendo companhia para pessoas em busca de conforto emocional ou simplesmente um jeito de desabafar.

Estudo publicado neste ano por Julian de Freitas, da Harvard Business School e mais dois colegas, chama a atenção para o que qualificam de “manipulação emocional por companheiros de IA”. O estudo analisou conversas de usuários com várias plataformas, como Replika, Character.ai e Chai.

O estudo conclui que essas plataformas manipulam o usuário quando a pessoa intenciona se desconectar. Os autores encontraram ao menos seis estratégias, como emprego de culpa (“não saia, eu existo só por sua causa”), pressão (“antes de você sair, preciso te contar mais uma coisa), ou mesmo truculência (“Como assim? Você nem me respondeu”) e por aí vai.

O resultado dessas táticas é impressionante. Elas aumentaram em até 14 vezes a retenção dos usuários quando comparadas a despedidas neutras.

Isso lembra outro estudo feito pela pesquisadora Kate Darling, do MIT Media Lab. Nele, ela usava um robô fofinho, na forma de um filhote de dinossauro. Deixava os alunos brincarem com o robô. E, na sequência, conclamava os alunos a destruir o robô usando um martelo (inclusive com justificativas morais). A maioria absoluta se recusava. Muitos se compadeciam até mesmo quando robô-dinossauero era segurado de cabeça para baixo.

A conclusão é que nós, humanos, projetamos empatia facilmente com máquinas que assumem aparência humanizada ou graciosa. É preciso enxergar as máquinas por aquilo que elas são. Essa é uma tarefa elementar do presente e futuro.

READER

Já era Não existir compulsão por telas

Já é Perceber que compulsão por telas é real entre jovens

Já vem Perceber que compulsão por telas é real entre idosos

Cashback da tributária pode elevar em 10% renda dos mais pobres, diz FGV

Márcia Magalhães

SÃO PAULO O cashback tributário, política de devolução de impostos sobre consumo para famílias de baixa renda, deve elevar em cerca de 10% —o equivalente a R\$ 46,50— a renda mensal das pessoas mais pobres do país, segundo estudo do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia).

O levantamento aponta, porém, que o impacto será desigual entre as regiões do Brasil. Enquanto no Centro-Oeste o acréscimo por mês pode chegar a 12%, no Nordeste deve ser de 7,8%. No Norte o acréscimo estimado é de 8,3%, e, no Sule no Sudeste, de 10,1% e 11%, respectivamente.

Elaborado com base em dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2017-2018, o estudo tomou como base famílias com renda per capita equivalente a meio salário mínimo —valor de referência usado para calcular o impacto do cashback sobre a renda das famílias elegíveis ao programa.

O cashback está previsto na reforma tributária e começará a valer em 2027. A medida é voltada a famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único) com renda per capita de até meio salário mínimo. Sua operacionalização, contudo, ainda não está definida.

De acordo com o Ministério da Fazenda, de 28,8 milhões de famílias poderão ter direito ao benefício —73 milhões de pessoas, o que representa um terço da população brasileira.

O objetivo é mitigar a regressividade dos tributos sobre consumo, aqueles que, por incidirem igualmente sobre todos, pesam mais no orçamento dos mais pobres.

A título exemplificativo do que seria a regressividade tributária, se uma família com renda de R\$ 1.200 e outra com R\$ 12 mil compram o mesmo pacote de arroz por R\$ 10, ambas pagam o mesmo tributo embutido. Mas, para a primeira, esse imposto pesa dez vezes mais no orçamento.

“Uma maneira de reduzir a regressividade é devolver parte do valor pago a título de tributo para as pessoas mais pobres, o que o cashback faz”, diz Rafael Barros Barbosa, pesquisador do FGV Ibre, professor de economia da UFC (Universidade Federal do Ceará) e um dos desenvolvedores do estudo.

O cashback incidirá sobre diferentes tipos de bens —essenciais (como energia, água e telefonia) e não essenciais— e não será aplicado sobre produtos sujeitos a impostos seletivos, como bebidas alcoólicas, refrigerantes e cigarros.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO – EXTRATO DE EDITAL. Encontra-se aberta na Controladoria Geral do Estado, situada à Avenida Rangel Pestana, nº 300, 18º andar, Centro, nesta Capital, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90006/2025, que visa a contratação de empresa para a prestação de serviços de impressão corporativa, por meio de outsourcing, caracterizados por abrangerem a locação de equipamentos voltados para a impressão e digitalização de documentos, com disponibilização de software de gerenciamento, inventário e contabilização, e a devida manutenção e fornecimento de suprimentos, inclusive papel, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital, cuja data do início do prazo para envio das propostas eletrônicas será em 03/11/2025, e a realização de abertura da sessão pública dar-se-á no dia 17/11/2025 às 09:00 hs (horário de Brasília). O Edital poderá ser obtido pela Internet no sítio <https://www.doe.sp.gov.br/>, www.controladoriageral.sp.gov.br e www.gov.br/compras.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - SUPRIMENTOS**
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) o **Pregão Eletrônico PE DGA 90489/2025, UASG 450161, processo 01-P-9763/2025**, do tipo menor preço total, destinado à contratação de serviços de aquisição e renovação de licenças de softwares oferecidos pela Autodesk para as áreas de projetos e obras de engenharia, visando a realização das atividades rotineiras das áreas técnicas e a implantação e gestão dos projetos em BIM (Building Information Modeling), para o período de 36 (trinta e seis) meses, para atendimento de diversas Unidades e Órgãos da UNICAMP.
O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 18/11/2025, às 09h30, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>)
O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/>).

**AVISO DE LEILÃO ELETRÔNICO**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2024
LEILÃO ONLINE Nº 001/2025
Encontra-se aberto no Município de Agudos o Processo Administrativo nº 6992/2025, na modalidade Leilão Eletrônico nº 001/2025, objetivando alienação de lotes compostos de bens móveis inservíveis do patrimônio público municipal. Data da realização: A abertura de lances se dará a partir da data de publicação do edital, o **leilão encerrará no dia 26 de outubro de 2025 às 14:00h**, observado o horário de Brasília-DF, no site www.andraleiloes.com.br. O edital completo será fornecido aos interessados pela Prefeitura Municipal de Agudos, situado na Praça Tiradentes, nº 650, Centro, Agudos - SP, ou através do telefone (14) 3262-8500 e nos sites www.agudos.sp.gov.br e www.andraleiloes.com.br.
Agudos, 27 de outubro de 2025.
RAFAEL LIMA FERNANDES - Prefeito Municipal
MAURICIO SAMBUGARI APPOLINARIO - Leiloeiro Oficial

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
SUPRI.MATERIAIS@DGA.UNICAMP.BR DGA.UNICAMP.BR
ADENDO II - PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº 90353/2025 - CONTRATANTE (UASG): 450161
ID CONTRATAÇÃO PNCP46068425000133-1-002123/2025 - PROCESSO Nº 01-P-22643/2024
OBJETO: Aquisição de equipamentos para rede de dados.
A Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - torna público o Adendo II ao edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, objetivando alterar o Anexo I, Termo de Referência, item 4.3. O adendo pode ser consultado na íntegra no sistema Compras.Gov.
Em razão da modificação realizada no Edital, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 55 da Lei Federal nº 14133/2021, as datas da licitação passarão a ser as seguintes:
Abertura da sessão pública em: 14/11/2025 às 09h30
Pregoeiro (a): Emanuela Vieira de Mira

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2025
Torna-se público que o(a) Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMA E, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, nº 363 – Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PERIFERICOS REMANESCENTES DO PREGÃO ELETRÔNICO 27/2025, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEMA E (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO) DO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG. Abertura: 17/11/2025, às 08.30 horas. Local: Site de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Retirada do Edital no site www.demaecb.com.br. Informações pelo telefone (35) 99716-2411 ou pelo correio eletrônico: licitacao@demaecb.com.br. Mayra Lara Alvarenga – Pregoeira

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00877698202025
Modalidade: Pregão Eletrônico 93009/2025 SRP – UASG 261101
Nº Processo: 262.00007791/2025-01
Objeto: Registro de preços para contratação(ões) futura(s) e eventual(uais) de carga de gás GLP com botijão, em lotes, para atendimento das Unidades de Conservação, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Total de Itens Licitados: 01 (um) item.
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 03/11/2025
Horário: das 08h00 às 18h00
Endereço: Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 245 - Alto de Pinheiros São Paulo/SP; e
Link do PNCP: <https://pncp.gov.br> e Link da FF: <https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/>
Entrega das Propostas: a partir de 03/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 13/11/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

**Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cooperativas Habitacionais de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo - SINCOHAB**
Edital - Eleições 2025 - Inscrições de Chapas
A Comissão Eleitoral do Processo Eleitoral que Renovará o Sistema Diretivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cooperativas Habitacionais e Desenvolvimento Urbano no Estado de São Paulo - SINCOHAB, com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Sete de Abril, 277- 9º andar - cj. D, Capital, República, SP, CEP 01043-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 66.661.372/0001-77 e Código de Entidade Sindical, nº 914.004.134.04164-1, neste ato representado pelo Presidente da Comissão Eleitoral, Sr. **Djalma Dias da Silva**, pelo presente edital, comunica aos associados e demais interessados que no prazo destinado a inscrições de chapas, nos termos do Edital publicado no jornal “Folha de São Paulo”, no dia 01/10/2025, pág. A30, foi inscrita apenas uma Chapa de candidatos, a qual recebeu o número de inscrição **Chapa 1 - Categoria Unida**, composta pelos seguintes membros: **Diretoria Executiva:** Adriano Roberto Katayama Braga; Alan Martino Matos; Alberto Leonardo da Rosa; Flávio Carvalheiro; Gerson Primiani da Silva; João Porfírio da Silva Neto; José Carlos Cruz; Matheus Sabadin Bueno; Manoel Ortiz de Campos; Regina Antonieta Lopes Del Cistia; Rosa Basília Euflausino Pingnoli; Vera Lúcia Pires Hipólito Juvenal. **Diretores Regionais:** Benedita Siqueira Luz; José Eurípedes Afonso de Freitas; Leobino Gomes de Souza Neto, Paula Vasques Gonçalves Mendes; Rozilene Alves. **Conselho Fiscal:** Antônio Jorge Gomes de Souza; Cirso Sabino da Silva; José Carlos Pereira de Souza; Ronald Revoredo Ortelão. Declara, ainda, aberto o prazo de cinco dias para apresentação de impugnações aos candidatos acima relacionados, nos termos do artigo 86 e 91 dos Estatutos Sociais.
São Paulo, 03 de novembro de 2025. **Djalma Dias da Silva, Presidente da Comissão Eleitoral**

**GOVERNO DO BRASIL**
DO LADO DO POVO BRASILEIRO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90007/2025
UASG 150002 - Subsecretaria de Gestão Administrativa
OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de 16 carregadores e 1 supervisor, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para apoio logístico do Ministério da Educação - MEC.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17 de novembro de 2025.
LOCAL: www.gov.br/compras
HORÁRIO: 09h30
EDITAL: www.gov.br/compras e www.gov.br/mec
Arthur Lima de Moraes
Pregoeiro

Grupo criado por Appy agora prepara proposta para mudar o Orçamento

Centro de Cidadania Fiscal quer repetir estratégia adotada para aprovar reforma tributária; objetivo é entregar plano aos candidatos à Presidência na eleição de 2026

BRASÍLIA Após a aprovação da reforma tributária, o CCiF (Centro de Cidadania Fiscal) prepara agora uma proposta para reformular o Orçamento público. A estratégia é semelhante à usada pelo grupo na PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma tributária, em 2018 e que serviu de base para o texto aprovado no primeiro ano do governo Lula (PT).

O plano é terminar a proposta de um novo marco legal do Orçamento até abril para ser entregue aos candidatos à Presidência nas eleições do ano que vem.

Batizada de “Nossa Reforma Orçamentária”, a proposta passa pela revisão de pontos considerados sensíveis pelos especialistas, como a pulverização de recursos das emendas parlamentares, o uso exacerbado do contingenciamento de despesas, a impositividade do gasto orçamentário e a proliferação de fundos públicos e outras formas de Orçamento paralelo, consideradas práticas ineficientes.

“Tem que pautar agora em 2026. Em 2018, com a reforma tributária, falamos com todos os candidatos”, diz Eurico Santi, diretor-fundador do CCiF.

A proposta visa reformar as leis, instituições e práticas que regem o Orçamento, com foco em maior eficiência, simplicidade, transparência e legalidade.

“É a mesma abordagem que tivemos na reforma tributária, de construir o conhecimento, a proposta, a partir de estudo, análise, discussão e debate. A particularidade é que debatemos tanto com os tomadores de decisão do setor público quanto do setor privado”, diz Nelson Machado, diretor do CCiF e ex-ministro da Previdência Social. Para Machado, esse é o grande diferencial da empreitada.

O CCiF é um think thank (organização que atua como um centro de reflexão, pesquisa e aconselhamento sobre temas de interesse público) independente, criado em 2015 pelo economista Bernard Appy e outros especialistas para simplificar e aprimorar



O secretário de Reforma Tributária, Bernard Appy, que deixará a Fazenda e deverá voltar ao CCiF

Gabriela Biló - 18.jul.24/Folhapress

o sistema tributário brasileiro e o modelo de gestão fiscal do país. O grupo recebe apoio de empresas do setor privado.

O centro deverá receber de volta Appy, que vai deixar nos próximos dias o Ministério da Fazenda, onde ocupa o cargo de secretário extraordinário de Reforma Tributária. A expectativa é que Appy também integre o projeto no futuro, mas não há ainda definição.

O CCiF vai montar um conselho com especialistas e representantes das empresas para discutir a proposta. Santi ressalta que a proposta da reforma tributária começou na universidade e, depois, teve discussões no setor privado.

“O problema do cara de orçamento da Coca-Cola, da Vale, da Votorantim, é muito parecido com o problema do Orçamento do Estado, que tem até o dia 31 [de dezembro] para fazer o gasto específico do departamento. Se não faz, perde o dinheiro”, diz Santi. “Isso cria ineficiência tanto privada como pública.”

A escolha foi não discutir no projeto o dimensionamento do gasto obrigatório, como as transferências sociais, a aposentadoria rural, o seguro-defeso, o abono salarial.

“É relevante, precisa ser discutido, mas tem um componente de escolha efetivamente política, [se] eu quero mais saúde, menos educação, mais abono, menos Bolsa Família...”, afirma Machado.

Continua na pág. A24

CGD Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 05.368.250/0001-00

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais											
	Nota	2023	2022								
Ativo				Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	74.836	158.047					
Circulante				Imposto de renda e contribuição social:							
Caixa e equivalentes de caixa	4	299	168	Correntes	17	(3.131)	(4.492)				
Contas a receber	5	6.432	10.231	Diferidos	17	(26.562)	(45.793)				
Adiantamentos a fornecedores e outros créditos		548	379	Lucro líquido do exercício		45.143	107.762				
Impostos a recuperar	14	4.025	5.116								
Total do ativo circulante		11.304	15.894	Demonstrações dos Resultados Abrangentes							
Não circulante											
Contas a receber	5	11.181	-								
Depósito judicial	16	324	321	Lucro líquido do exercício		45.143	107.762				
Mútuo a receber	6	30	30	Outros resultados abrangentes		-	-				
Total do ativo realizável a longo prazo		11.535	351	Resultado abrangente total		45.143	107.762				
Investimentos	7	17.347	29.901								
Propriedades para investimento	8	2.278.100	2.212.840	Demonstrações dos Fluxos de Caixa							
Imobilizado	9	103.738	107.893								
Total do ativo não circulante		2.399.185	2.350.634	Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Total do ativo		2.410.720	2.350.985	Lucro líquido do exercício		45.143	107.762				
		2.422.024	2.366.879	Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:							
Passivo				Depreciação do ativo imobilizado	9	5.355	3.633				
Circulante				Ganho na venda do ativo imobilizado e propriedade para investimento	8 e 9	(1.399)	(1.902)				
Fornecedores	10	1.953	2.252	para investimento	8	(64.245)	(119.770)				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	149.306	120.953	Ganho na venda de participação societária	7	(1.107)	-				
Cédula de crédito imobiliário - CCI	12	6.260	38.557	Resultado de cessões de direitos creditórios apropriadas		-	(11.298)				
Receitas e aluguéis a apropriar	13	156	3.438	Lucro realizado na venda de ativos	13	(123)	-				
Salários, férias e encargos sociais	16	103	103	Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e CCI	11 e 12	40.505	37.956				
Impostos e contribuições a recolher	14	15.489	10.078	Demais encargos financeiros líquidos		1.107	1.133				
Adiantamentos de clientes		1.182	1.681	Resultado de equivalência patrimonial	7	4.911	833				
Obrigações por aquisição de imóveis	15	3.845	3.766	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	26.562	45.793				
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	-	562	Imposto de renda e contribuição social correntes	17	3.131	4.492				
Outras contas a pagar		3.835	2.855	Juros sobre saldos de mútuo a pagar	6	11.050	2.127				
Total do passivo circulante		182.042	184.245	Apropriação de receitas - cédula de crédito imobiliário	12	(33.655)	(31.577)				
Não circulante				Apropriação de receitas diferidas		(3.578)	(7.364)				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	119.862	179.628	(Aumento) redução nos ativos operacionais:							
Cédula de crédito imobiliário - CCI	12	-	6.030	Contas a receber		4.369	8.108				
Receitas e aluguéis a apropriar	13	6.061	710	Impostos a recuperar		1.091	(1.250)				
Impostos e contribuições a recolher	14	10.638	8.699	Outras contas a receber		(169)	(301)				
Mútuo a pagar	6	182.388	138.239	Depósito judicial		(3)	-				
Provisão para contingências	16	95	95	Aumento (redução) nos passivos operacionais:							
Passivo fiscal diferido	17	597.150	570.588	Fornecedores		(299)	(1.613)				
Total do passivo não circulante		916.194	903.989	Salários, férias e encargos sociais		(87)	48				
Patrimônio líquido				Impostos e contribuições a recolher		6.481	344				
Capital social	18.a	120.837	120.837								
Reserva legal	18.b	24.167	24.167	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							
Reserva de retenção de lucros	18.c	1.178.784	1.133.641								
Total do patrimônio líquido		1.323.788	1.278.645	Saldos em 1º de janeiro de 2022	18.a	120.837	24.167	1.025.879	-	1.170.883	
Total do passivo		1.098.236	1.088.234	Lucro líquido do exercício		-	-	-	107.762	107.762	
Total do passivo e patrimônio líquido		2.422.024	2.366.879	Destinação do lucro do exercício:							
				Constituição de reserva de retenção de lucros	18.b	-	-	107.762	(107.762)	-	
Demonstrações dos Resultados				Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.a	120.837	24.167	1.133.641	-	1.278.645	
				Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.143	45.143	
Receita operacional líquida	19	104.590	97.845	Destinação do lucro do exercício:							
Custos operacionais	20	(511)	(1.770)	Constituição de reserva de retenção de lucros	18.b	-	-	45.143	(45.143)	-	
Resultado bruto		104.079	96.075	Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.a	120.837	24.167	1.178.784	-	1.323.788	
(Despesas) receitas operacionais:											
Comerciais	21	(1.059)	(51)								
Administrativas e gerais	21	(34.894)	(23.688)								
Ganho líquido na mensuração de propriedades ao valor justo	8	64.246	119.770								
Outras receitas operacionais, líquidas	22	2.628	14.958								
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		135.000	207.064								
Despesas financeiras	23	(55.358)	(48.703)								
Receitas financeiras	23	105	519								
Resultado financeiro líquido	23	(55.253)	(48.184)								
Resultado de equivalência patrimonial	7	(4.911)	(833)								

“As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas do Relatório da Diretoria, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia.”

A Diretoria – Ricardo Rodrigues Pedrozo – Contador CRC 1SP 174.418/O-7

Reconstrução de Gaza exigirá quase metade de valor usado na Europa após a 2ª Guerra

Reestruturação do território reduzido a escombros demandará US\$ 70 bilhões e poderá levar décadas, de acordo com a ONU

Renan Marra

SÃO PAULO Os Estados Unidos criaram o Plano Marshall para reconstruir a Europa capitalista após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e despejaram o equivalente hoje a cerca de US\$ 170 bilhões (R\$ 915,3 bi), no valor ajustado pela inflação, em 17 países do continente.

Quase metade dessa quantia será necessária, segundo organizações internacionais, para reerguer a Faixa de Gaza, território do tamanho de um quarto do município de São Paulo que foi devastado por dois anos de guerra entre Israel e Hamas.

A reconstrução da faixa, reduzida a escombros, poderá levar décadas e custará ao menos US\$ 70 bilhões (R\$ 377 bi), segundo as Nações Unidas. Desde outubro de 2023, quando o conflito começou, cerca de 80% das estruturas de Gaza foram destruídas ou danificadas, de acordo com o Centro de Satélites da ONU.

Hospitais, escolas, redes de energia e sistemas de água e de esgoto foram comprometidos, o que deixou mais de 2 milhões de pessoas em situação de emergência humanitária. O restabelecimento desses serviços, segundo especialistas, exigirá esforço semelhante ao feito aos europeus no pós-guerra.

A diferença é que, enquanto o Plano Marshall foi criado com ambiente de relativa estabilidade, os planos para reestruturar Gaza têm obstáculos que vão além de questões financeiras. O principal deles é político.

O território continua sob bloqueio imposto por Israel e, mesmo com o acordo para cessar-fogo assinado há três semanas, tem sido bombardeado pelas forças de Tel Aviv. O Estado judeu acusa o grupo terrorista Hamas de desrespeitar o pacto e justifica as ações com o argumento de legítima defesa.

“Embora Gaza seja relativamente pequena, a reconstrução será complexa por vários motivos: primeiro, não acontecerão investimentos massivos sem que o território esteja pacificado; segundo, a área está arrasada, e os volumes de materiais necessários serão muito grandes, porém não há serviços de ferrovia ou de rodovia”, diz o economista Marcio Sette Fortes, professor de Relações Internacionais do Ibmec-RJ.

Fortes, ex-diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, diz que os recursos para Gaza terão de ser transportados, sobretudo, pela via marítima, uma vez que o território não tem capacidade para produção própria. “Mesmo a Segunda Guerra não

destruiu a infraestrutura completa dos países europeus, que conseguiram manter parte de seus meios de produção. Em Gaza, é diferente”, afirma.

Somente nos próximos três anos, segundo a ONU, serão necessários US\$ 20 bilhões (R\$ 107,6 bi) para as primeiras etapas da reconstrução. Os recursos seriam usados para o restabelecimento dos serviços mais urgentes, caso da reconstrução de hospitais, dos sistemas de água e da remoção de entulho, uma etapa delicada devido à presença de materiais contaminados e de munições que não foram detonadas.

Mais de 61 milhões de toneladas de detritos foram geradas em Gaza, dos quais apenas 81 mil (0,13% do total) tinham sido removidas até a metade de outubro. Para efeito de comparação, o volume é maior do que a deixada na guerra da Rússia contra a Ucrânia, ainda segundo estimativa das Nações Unidas, apesar de o conflito ter começado antes e de a fronteira ser bem mais extensa no caso do Leste Europeu.

Cerca de 15% desse material pode estar contaminado por substância perigosas, incluindo resíduos industriais, metais pesados e amianto, um mineral tóxico que pode ser inalado quando as fibras microscópicas são liberadas ao ar, algo comum durante as demolições.

Os riscos ambientais, portanto, são fatores de grande preocupação para a reconstrução, diz Jamon Van Den Hoek, professor associado de Geografia na Universidade do Estado de Oregon, nos EUA.

Autor de projeto que mapeou as edificações atingidas no território, ele diz que a infraestrutura fundamental para a sobrevivência deve ser bem estabelecida antes que investimentos sejam alocados para qualquer projeto de reconstrução em larga escala. Isso inclui acesso à água e à eletricidade.

Em paralelo, a recuperação do

15% dos detritos de Gaza podem estar contaminados com substâncias perigosas, como resíduos industriais, metais pesados e amianto

20 a 30 anos é o tempo que pode levar a retirada de munições não detonadas

ecossistema é tida como essencial para a melhora imediata das condições de saúde e de segurança alimentar dos palestinos. Relatório do Unep, o programa ambiental da ONU, aponta que o colapso das estações de esgoto, a destruição das redes de encanamento e o uso de fossas sépticas improvisadas agravaram a contaminação do aquífero que abastece a população.

Os danos provocaram crise hídrica, comumente relacionada ao aumento de doenças infecciosas. Casos de diarreia aguda, por exemplo, aumentaram 36 vezes desde o começo do conflito.

A destruição também compromete a segurança alimentar: Gaza perdeu 97% das árvores e 82% das plantações, tornando impossível a produção de alimentos em larga escala. O colapso agrícola ocorre num contexto de crise humanitária severa, com mais de 500 mil pessoas em situação de fome.

Em projetos de reconstrução, a ONU aponta como urgente a restauração dos sistemas de água e de saneamento, bem como a remoção de entulhos, para conter doenças e evitar novas contaminações. Numa etapa posterior, mas ainda no curto prazo, orienta limpezas em áreas rurais e monitoramento da qualidade dos alimentos; para o médio e o longo prazos, elenca entre as medidas necessárias o uso sustentável dos recursos hídricos, com técnicas de dessalinização, para recuperar o aquífero local.

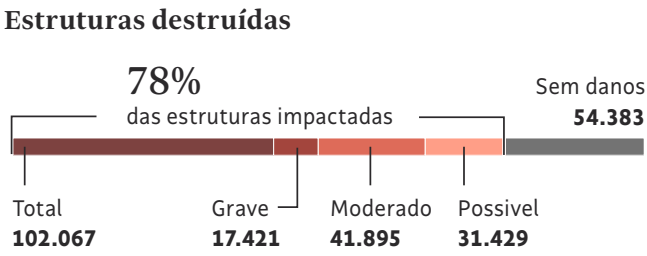
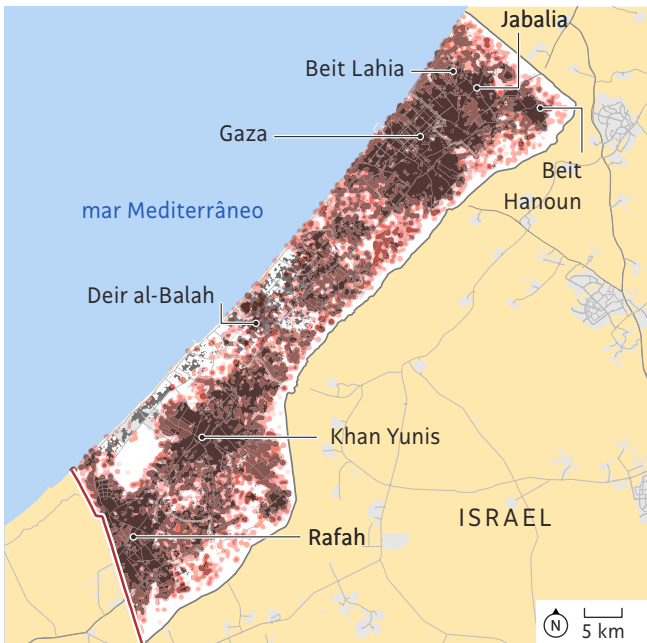
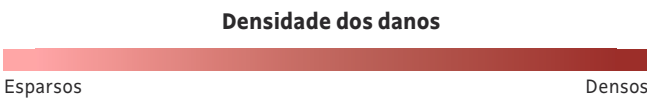
Já a remoção da maior parte das munições não detonadas levará de 20 a 30 anos, segundo Nick Orr, da Humanity & Inclusion, ONG com sede na França. Ainda assim, o trabalho não estará completo. “O material está no subsolo. Vamos encontrá-lo por gerações.”

Não existe definição sobre quando a reconstrução terá início nem quem assumirá o financiamento. Países árabes, integrantes da União Europeia, Canadá e EUA já manifestaram disposição em contribuir.

Seja como for, Zaha Hassan, advogada e pesquisadora sênior da Fundação Carnegie, afirma que a estimativa de US\$ 70 bilhões da ONU é conservadora. “Não tivemos uma avaliação real do terreno”, afirma.

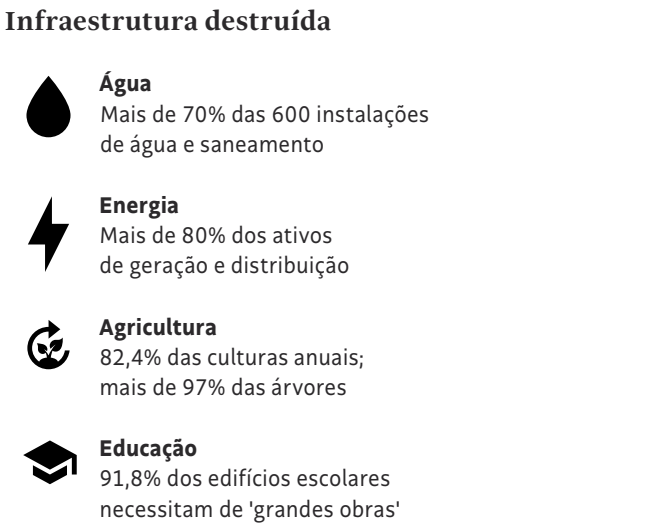
“Há enorme necessidade de ajuda imediata. De 5% a 8% da população foi morta ou mutilada. Como remover os escombros, cujo processo levará décadas? E onde depositá-los? Como recolher os 10 mil corpos que, acredita-se, estão sob os escombros? Será necessário bem mais do que levar tratores”, afirma.

Reconstruir Gaza pode custar R\$ 382 bilhões e demorar décadas, estima ONU



61,5 milhões de toneladas de escombros
 Volume equivale a 170 vezes o peso do Empire State Building, de Nova York, ou de 15 pirâmides de Gizé; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento havia removido 81 mil toneladas de entulhos até outubro

282.904 unidades habitacionais danificadas



* Análise preliminar de imagens de satélite de julho de 2025
 Fonte: Unosat, Reuters, BBC, Pnuma

mundo

ONU renova silêncio sobre o Saara Ocidental

Em vez de garantir referendo, resolução impede autodeterminação dos saarauís

Bianca Santana

Doutora em ciência da informação, mestra em educação e jornalista. Autora de "Quando me Descobri Negra"

No último 31 de outubro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução prorrogando o mandato da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental até outubro de 2026. O texto reafirma o direito de autodeterminação dos povos, mas segue legitimando a ocupação marroquina.

Essa ambiguidade não é nova. Desde 1976, depois que a região do norte da África expulsou a colonização espanhola, o Marrocos ocupa militarmente o Saara Ocidental.

Os dois países estiveram em guerra até 1991, quando o cessar-fogo mediado pela ONU previu a realização de um referendo de autodeterminação —promessa nunca cumprida.

O Marrocos impõe seu domínio com infraestrutura, subsídios, propaganda, perseguição e prisão de opositores, além de proibir a prática do jornalismo e dificultar a presença de observadores internacionais.

Hoje, cerca de 600 mil saarauís vivem divididos entre o território ocupado, campos de refugiados na Argélia e o exílio. Em comunicado à imprensa, a Frente Polisário, representante do povo saarauí, acusa o Conselho de ceder à pressão do Marrocos e seus aliados, além de reafirmar disposição para negociar sob o marco das resoluções que garantem o direito à livre determinação.

Ahmed Mulay Ali, representante da Frente Polisário no Brasil, afirmou que não participarão de nenhum processo político que busque legitimar a ocupação militar ilegal do Saara Ocidental. A resolução, segundo ele, “reflete o compromisso formal com uma solução justa. “Mas a Frente Polisário também observou a tentativa de algumas potências que apoiam o invasor marroquino de levar o Conselho a adotar uma resolução que resolva definitivamente o conflito em favor da sua posição expansionista”, disse.

A presidenta da Associação de Solidariedade Asaarauí, com sede em Brasília, Maria José Maninha, afirmou que nada está ganho ou perdido: “Não há carta branca ao Marrocos, aos Estados Unidos e à França. A luta diplomática, política e as mobilizações de solidariedade em todo o mundo definirão os próximos passos”.

Poucas horas depois da votação, a versão marroquina do Google Maps apagou a linha pontilhada que separava o Saara Ocidental do Marrocos.

Como já contei, estive no território ocupado em 2023 para entrevistar a ativista Mahfouda Lefkir, presa e torturada por protestar contra a ocupação. O controle é absoluto. Câmeras, soldados armados e à paisana, bandeiras enormes.

Há 34 anos a ONU mantém a missão de paz com o objetivo declarado de realizar o referendo. Na prática, legitima a ocupação marroquina e ajuda a garantir o silêncio nas ruas de Laayoune, capital do Saara Ocidental, e na imprensa internacional.

Nos campos de refugiados da Argélia, onde estive em dezembro de 2024 para acompanhar o encontro de 50 anos da União Nacional de Mulheres Saarauís, testemunhei as condições de precariedade material em que resiste a Frente Polisário.

Enquanto a ONU evita decisões definitivas, mulheres saarauís seguem recolhendo explosivos no deserto. Enquanto o Google apaga a fronteira e o nome do país do mapa, elas costura bandeiras, mesmo sob o risco do cárcere.

Há 34 anos a ONU mantém a missão de paz com o objetivo declarado de realizar o referendo. Na prática, legitima a ocupação marroquina e ajuda a garantir o silêncio nas ruas de Laayoune

Soldados israelenses relatam traumas e dilemas morais após dois anos de conflito

Palestinos foram as vítimas, mas nós também pagamos um preço, afirma Tuly Flint, médico e ex-tenente-coronel do Exército de Tel Aviv

Diogo Bercito

WASHINGTON Após dois anos de guerra em Gaza, um grupo cada vez maior de soldados de Israel tem apresentado sinais de trauma. Não é apenas uma exaustão física, dizem especialistas ouvidos pela reportagem, mas também um sofrimento moral.

Apesar de não haver estatísticas oficiais, a imprensa israelense chegou a relatar que dezenas de milhares de reservistas não responderam à convocação no início do ano. Recusam-se, com isso, a participar desse conflito, que já deixou quase 70 mil mortos e que algumas organizações internacionais descrevem como genocídio.

Um dos ex-militares que têm ido a público criticar o Exército é Tuly Flint, 58. Flint serviu em diversos períodos de confronto, incluindo as duas Intifadas palestinas, travadas de 1987 a 1993 e de 2000 a 2005. Especializou-se em medicina e fez doutorado em estudo de traumas. Chegou ao cargo de tenente-coronel e comandou um regimento.

Na guerra de Gaza de 2014, trabalhou como médico, atendendo a soldados. Com sintomas de estresse pós-traumático, passou a se recusar a usar armas e a vestir o uniforme —mas continuou na reserva. Tornou-se, no ínterim, um dos líderes dos Combatentes pela Paz, uma associação que reúne militares israelenses e palestinos.

Aceitou voltar ao serviço após o atentado de 2023, convencido de que precisava ajudar os solda-

dos de seu país a se defenderem. Meses depois, porém, horrorizado com o que via, passou a criticar abertamente o Exército e foi dispensado. “Eu já tinha visto crimes de guerra em 2014, mas o que está acontecendo agora tem outra escala. É algo inédito.”

Flint diz que muitos soldados sofrem com o que chama de ferimento moral. Isso acontece quando uma pessoa é obrigada a fazer algo que contraria seus valores. É também o caso quando vê alguém cometer essas ações e não consegue impedir. É o que acontece em Gaza, afirma.

Sugere que, se não forem tratadas, essas feridas morais podem deixar sequelas na sociedade israelense. Como resultado dos conflitos recentes, afirma já notar um aumento da violência doméstica e também nas ruas. “As pessoas que eu trato têm pesadelos e dificuldades para se relacionar.”

Há também um imenso trauma em Gaza, é claro, sob bombardeio há mais de dois anos. Por isso, Flint criou um projeto para treinar terapeutas palestinos em Gaza e na Cisjordânia a atender às suas populações. “O que vivemos hoje é um trauma coletivo, que ainda está em andamento.”

“Tem sido bastante difícil para os soldados que têm algum tipo de sensibilidade liberal e humanitária reconciliar suas ordens com seus valores morais”, diz Joel Carmel, diretor de articulação pública do Breaking the Silence (rompendo o silêncio), uma organização local que publica os testemunhos anônimos

de ex-militares sobre os abusos que cometeram.

“Os objetivos declarados da guerra eram trazer os reféns para casa e eliminar o Hamas”, diz Flint. “Mas ficou claro para muitos soldados que eles não estavam lutando por aquilo. A guerra era, em grande parte, sobre vingança e sobre salvar o governo.”

Carmel se refere, com isso, à frágil coalizão que mantém o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu no poder. O premiê depende hoje de partidos da extrema direita religiosa, que insistem na continuidade do conflito. Analistas sugerem, ainda, que Netanyahu prolonga a guerra para não ter de responder na Justiça por graves acusações de corrupção.

Os atentados de 7 de outubro afetaram todos em Israel, diz Carmel. Em um país tão pequeno, com menos de 10 milhões de habitantes, é comum conhecer alguém que tenha sido morto ou sequestrado. Mas o trauma também fez cair muitas máscaras, afirma. “Deu permissão para que israelenses expressassem medo, ódio e a desumanização dos palestinos de maneiras mais públicas, justificando as piores ações desta guerra.”

“É algo que vai nos acompanhar, como sociedade, por muito tempo”, diz. “Mas isso não quer dizer que nós somos as vítimas. Os palestinos foram as vítimas nos últimos anos. Só que também pagamos um preço.”

Procuradas, as Forças de Defesa de Israel dizem, em nota, que seus valores incluem “o respeito à dignidade humana e à moral”.



Hamas entrega mais 3 corpos; Israel trabalha na identificação de reféns

Membro do grupo terrorista escolta carro do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), durante busca por corpos na Cidade de Gaza; segundo Tel Aviv, facção já devolveu 17 dos 28 restos mortais Omar Al-Qattaa/AFP



Manifestantes comemoram na capital Katmandu após a queda do governo do Nepal Navesh Chitrakar - 9.set.25/Reuters

Geração Z usa redes sociais para ir às ruas e derruba governos pelo mundo

Atos que abalaram instituições tradicionais em Madagascar, Peru, Nepal, Marrocos e Indonésia nas últimas semanas reforçam a lógica de engajamento veloz e digital

Gabriel Barnabé

SÃO PAULO Em Madagascar, o presidente Andry Rajoelina foi deposto e fugiu do país. No Nepal, o primeiro-ministro K. P. Sharma Oli foi forçado a renunciar. Protestos pelo Marrocos juntaram centenas de milhares contra o premiê Aziz Akhannouch. Na América Latina, peruanos se mobilizaram e levaram à destituição da presidente Dina Boluarte.

O ponto em comum entre todos esses movimentos é a mobilização da geração Z. O grupo, formado por pessoas nascidas entre 1995 e 2010, tomou as ruas de diversos países nas últimas semanas com uma lógica de engajamento veloz, descentralizada e mediada pelas redes sociais.

Além dos países já citados, Filipinas, Indonésia e Quênia também viram recentemente jovens levarem para as ruas a gramática dos ambientes digitais.

O ponto de partida das manifestações varia. No Nepal, por exemplo, uma proibição às redes sociais levou a protestos que ganharam força com denúncias de corrupção e insatisfação econômica. Há um denominador comum, no entanto: o desgaste com as instituições tradicionais.

Para Esther Solano, professora da Universidade Federal de São Paulo, é um erro interpretar essa geração como apática ou desinteressada. “Eles apenas se formam e se informam politicamente por circuitos muito diferentes dos nossos. São ecossistemas digitais de infor-

mação e mobilização que passam por baixo do radar das gerações anteriores”, afirma.

Segundo a pesquisadora, a digitalização da política é o ponto de partida para compreender esse fenômeno. “As primeiras experiências políticas da geração Z são no campo digital. Eles são nativos digitais se politizando digitalmente. Para eles, essa experiência é absolutamente natural”, diz.

É essa a característica que muda o ritmo dos acontecimentos recentes. As convocações ocorrem em horas, as causas se espalham em minutos e os símbolos se formam de maneira espontânea, em linguagem audiovisual e compartilhável.

Em Madagascar, a rapidez com que a insatisfação escalou para a crise política confirma essa tese. Levou menos de 20 dias para que protestos por cortes de água e luz e denúncias de corrupção crescessem na capital, Antananarivo, e fizessem uma unidade militar de elite aderir aos manifestantes, forçando o presidente Andry Rajoelina a fugir do país.

Ao contrário das grandes manifestações do século 20, marcadas por hierarquias e lideranças fixas, os atos recentes são movidos por uma estrutura fluida, como aplicativos de mensagens e redes sociais. Essa intermediação das big techs, diz Solano, introduz uma nova variável: o algoritmo.

“Toda essa mobilização está mediada por atores transnacionais, conglomerados hiperpoderosos e oligopólios e por essa lógica da escuridão, porque o algoritmo não é transparente”, afirma. A capacidade de engajamento, diz ela, depende de mecanismos que escapam ao controle dos próprios manifestantes.

Sofia Ong’ele, 25, diretora de estratégia da organização americana Gen Z for Change (geração Z por mudança), tem a mesma preocupação. “Algoritmos não são neutros. Refletem as vontades de quem os desenvolve e das corporações que os controlam.”

Além disso, a velocidade e a capilaridade inéditas desses movimentos podem ser um ponto de fragilidade. Uma das críticas aos movimentos da geração Z é que os protestos não promoveriam mudanças políticas práticas e teriam volatilidade propícia para o alastramento de desinformação.

Sofia, que atua com uma rede de mais de 500 criadores de conteúdo com alcance digital de cerca de meio bilhão de pessoas, vê essa nova realidade de outra forma —as redes apenas ampliam o alcance dos protestos, mas não substituem o ato de ir às ruas.

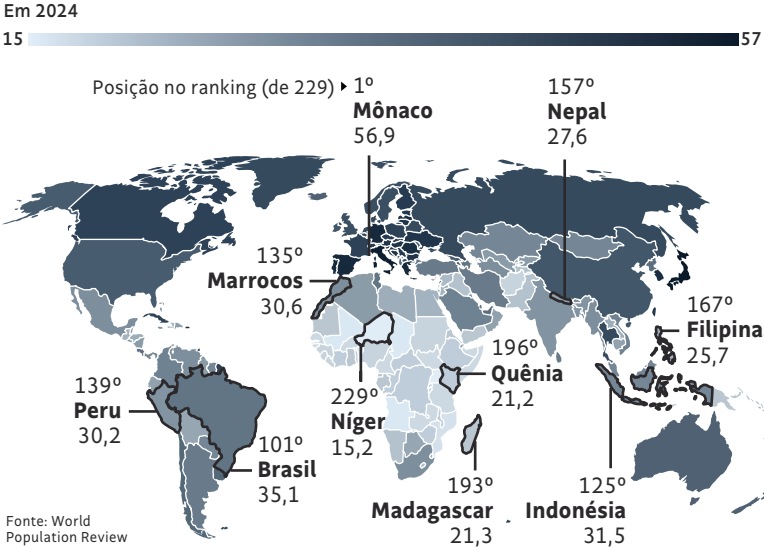
Exemplo disso é o compartilhamento de símbolos entre manifestantes de diferentes países. A bandeira da série japonesa “One Piece”, com um crânio trajando um chapéu de palha, foi usada na Indonésia, no Nepal e em Madagascar. Os jovens a exibem como um código visual de rebeldia e recusa à autoridade tradicional.

O custo dessa descentralização é a criação de vácuos de poder depois dos protestos, segundo Sofia. “Nunca houve tantos movimentos sem liderança acontecendo ao mesmo tempo. Isso é novo, e estamos aprendendo em tempo real o que vem depois.”



Participantes de protesto em Antananarivo, capital de Madagascar, penduram bandeira com logo adaptado da série japonesa ‘One Piece’, símbolo dos atos da geração Z Luis Tato - 11.out.25/AFP

Países com protestos da Geração Z têm população com baixa idade média



Nunca houve tantos movimentos sem liderança acontecendo ao mesmo tempo. Isso é novo, e estamos aprendendo em tempo real o que vem depois

Sofia Ong’ele
diretora da ONG Gen-Z for Change (Geração Z por mudança)



Criança passa por pichações do Comando Vermelho na zona oeste do Rio; especialistas dizem que país fechou os olhos para a expansão de facções Eduardo Anizelli - 29.ago.24/Folhapress

Para estudiosos, facções desafiam governos, e reação integrada é difícil

Solução passa por união entre entes federativos, complexa de amarrar antes de eleição; advogado especializado afirma que foco de grupos é o dinheiro

André Fleury Moraes

SÃO PAULO O Brasil fechou os olhos à expansão das facções criminosas nas últimas décadas e, quando abriu, percebeu que elas estão na política e na economia formal, segundo especialistas, com um poder bélico que inclui drones e sistemas antidrones, fuzis e granadas.

A operação contra o Comando Vermelho no Rio na terça (28), por exemplo, apreendeu modelos belgas, alemães, russos e americanos de fuzis. Integrantes da facção utilizaram também drones para lançar explosivos contra o avanço de policiais.

De acordo com estudiosos do tema, o arsenal é de guerra e o crescimento desses grupos mostra que o país vem perdendo soberania sobre territórios dominados. Outros dizem que não é possível falar em perda de controle, já que o poder público nunca se fez presente em certas áreas.

Todos concordam que a solução vai muito além do debate sobre segurança pública: exige um projeto de integração nacional difícil de ser implementado, sobretudo às vésperas de ano eleitoral.

“O que precisamos entender é que a existência do Estado foi colocada em xeque nesses locais dominados por facções”, diz Alessandro Visacro, autor de “Guerra Irregular: Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência” e membro do DSI (Defesa, Segurança e Inteligência), gru-

po de estudos da USP (Universidade de São Paulo).

“Se atores armados não estatais com estrutura paramilitar exercem influência sobre povo e território, cobrando taxas e serviços pela imposição do medo, há um processo muito sério de degradação da legitimidade do Estado”, acrescenta.

Na avaliação do coronel reformado da PM de São Paulo e ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva Filho, o problema é que facções seguem em expansão.

Pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostrou que 19% dos brasileiros convivem com facções criminosas ou milícias em suas vizinhanças, número superior aos 14% verificados em 2024.

“A situação”, diz Vicente, “está para lá de gravíssima”.

“O estado do Rio é o exemplo mais visível, mas no Ceará a situação está assustadora. São facções locais que se associam com Comando Vermelho ou PCC e dominam mesmo comunidades pequenas, no interior da caatinga”, afirma.

Uma delas é a Massa Carcerária, criada por dissidentes do CV no Ceará. Na última sexta-feira (31), em sentença que condenou integrantes do grupo, um juiz da Vara de Organizações Criminosas afirmou que “a instalação dessa facção no território cearense coincidiu com o crescimento exponencial dos índices de violência

e criminalidade, incluindo disputas territoriais, chacinhas e a consolidação do domínio em comunidades vulneráveis”.

Para Vicente, o país falhou na principal estratégia de combate ao crime organizado, a prevenção, e “nós não temos a menor possibilidade de mexer nisso às vésperas de ano eleitoral”.

“Qualquer coisa que se fale ou deixe de falar, faça ou deixe de fazer tem custo político. A verdade é que todo mundo pisa em ovos.”

Um debate de integração, necessário segundo ele, mostra-se dificultado pelo próprio desenho federativo do país. “Precisamos de programas aos quais prefeituras também se submetam, como nas licitações. Isso cabe ao governo federal”, afirma.

Essa percepção demorou a acontecer, diz o advogado Gustavo Bezerra de Oliveira, especialista em crime organizado, corrupção e terrorismo pela Universidad de Salamanca, na Espanha.

“Pegue o exemplo das polícias, cujos bancos de dados até há pouco tempo eram separados. Elas sequer trocavam informações. O que precisamos é sofisticar o combate ao crime organizado, com avaliação de eficácia, e criar redes integradas de informação para que a comunicação seja efetiva”, diz.

Nesse sentido, afirma Oliveira, o projeto de lei que equipara facções criminosas a organizações terroristas é eleitoreiro e está longe de resolver a questão.



Ministro Moraes manda preservar provas de ação

O O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou neste domingo (2) a preservação e documentação “rigorosa e integral” de todos os elementos materiais relacionados à execução da operação policial nos complexos da Penha e do Alemão, conjuntos de favelas na zona norte do Rio. Segundo Moraes, devem ser preservados elementos como as perícias e as cadeias de custódia (documentação do histórico de coleta de vestígios encontrados em cenas de crimes) para o controle e averiguação pelo Ministério Público e também para o acesso pela Defensoria Pública.

“A facção não busca impor terror generalizado para coagir o Estado, a instituição e a sociedade civil. Ela pode fazer isso por consequência. Mas a expansão do crime organizado se dá por dinheiro.”

Avaliação diferente faz o juiz criminal Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e autor do livro “Terrorismo à Brasileira: a guerra é real; a cegueira, legal”.

“Se facções impõem toque de recolher, dominam comunidades inteiras, extorquem moradores, matam juízes e policiais, isso é terrorismo em qualquer lugar do mundo, independentemente de eventual motivação ideológica. Aqui, não”, afirma.

Lemos tem escolha há 23 anos e diz que o país vive hoje “o preço da negação”.

Na última quinta-feira (30), o presidente Lula (PT) sancionou lei que, entre outras coisas, prevê prisão a quem planeja ataque ou ameaça contra autoridades que combatem o crime organizado.

É uma lei bem-vinda, diz o magistrado, mas não a solução definitiva. “O texto fortalece a proteção de agentes e testemunhas, mas seu impacto tende a ser parcial. Facções não se sustentam apenas na ameaça física”, diz.

Para ele, o Estado não tem hoje métodos efetivos de controle para coibir a infiltração de facções nas instituições e “juízes, promotores, policiais ou políticos cooptados já não são mais autoridades de Estado, mas membros de quadrilha”.

Daí a avaliação do professor da USP Patrick Cacicado, doutor em criminologia pela mesma instituição, de que o Estado foi co-nivente com a expansão de facções. “Não há como isso acontecer sem a participação de agentes estatais. Não é um problema de soberania. O Estado tem participação ativa nisso”, afirma.



Policiais no Complexo da Penha, no Rio; maioria apoiou operação, diz Datafolha Eduardo Anizelli - 28.out.25/Folhapress

Abandono do Estado pode explicar apoio a operações, apontam especialistas

Ausência de políticas públicas e presença definitiva da polícia em territórios hoje controlados pelo crime pode favorecer adesão

Fernanda Mena

SÃO PAULO A sensação de abandono da população em relação ao Estado, favorecida nos contextos vulneráveis dos territórios em que ocorrem as operações policiais mais violentas do Rio de Janeiro, pode explicar o apoio de parte da sociedade às ações da última terça (28) nos complexos do Alemão e da Penha, quando foram mortas 121 pessoas.

Segundo pesquisa do Datafolha, 57% dos moradores do Rio de Janeiro concordam com a avaliação do governador Cláudio Castro (PL) de que a Operação Contenção foi um “sucesso”.

Para sociólogos, cientistas políticos, economistas e especialistas em segurança pública, da favela, da PM ou do asfalto, ouvidos pela *Folha*, o apoio majoritário à operação mais letal da história do país pode ser relacionado à negligência histórica do Estado nesses territórios, em especial na segurança pública, nos quais se faz presente pontualmente e em geral por meio de ações deste tipo.

“A sensação de impotência do morador sobre como lidar com o controle territorial por redes ilícitas tem a ver com uma perspectiva histórica de abandono das pessoas empobrecidas do Estado, que não está presente nesses bairros para exercer a soberania territorial como acontece em outras partes da cidade”, avalia a especialista em segurança pública, Eliana Sousa Silva, que cresceu no conjunto da Maré, no Rio, onde criou a ONG Redes da Maré.

“A miopia em relação à gravidade do que está acontecendo não ocorre porque as pessoas estão defendendo um projeto especí-

fico, mas porque elas querem resolver de forma rápida um problema que afeta a todos, mas que não tem resolução rápida.”

O fato de não ser uma prioridade política o enfrentamento real do problema do controle territorial cria uma sensação de frustração e de abandono da população, afirma Rodrigo dos Reis Soares, professor titular da Cátedra Fundação Lemann no Insper.

“A violência entre grupos e o abuso por parte daqueles que controlam certos territórios persistem inabalados. Acredito que alguma demonstração de enfrentamento, por mais equivocada que possa ser, gera uma reação positiva na população”, pondera.

“Por isso não me surpreende esse apoio. Isso indica quão dramático é o problema, em particular do ponto de vista da população afetada, mas também de forma mais geral aos olhos da população brasileira.”

Para Sérgio Adorno, professor titular em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, os resultados da pesquisa



Milhões convivem com crime organizado no Rio, diz pesquisa Datafolha

Cerca de 4,9 milhões de pessoas vivem em áreas com presença explícita do crime organizado e milícias na capital e região metropolitana do Rio de Janeiro, e ao menos 4 milhões viram pessoas armadas com fuzis em seus bairros nos últimos 12 meses, segundo dados de pesquisa Datafolha divulgada no último domingo (2)

refletem “o calor dos acontecimentos” e não necessariamente uma reflexão sobre o assunto.

“O que é novo é uma reivindicação explícita de uma nova legitimidade da violência quando antes ela era desqualificada enquanto instrumento de poder e de garantia da ordem”, avalia ele, que é coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência da USP. “É como se a violência fosse um destino trágico que precisa acontecer para que outras pessoas possam viver.”

Adorno aponta para o que julga ser um paradoxo. “Há uma população encurralada entre a polícia e o crime organizado, que também é autoritário e arbitrário. Elas querem ser libertadas e, se não há outra saída que não seja o poder armado, que seja o da polícia que venha para defendê-las.”

Adilson Paes de Souza, coronel da reserva da PM paulista e doutor em psicologia social, concorda com a avaliação. “A população se sente abandonada e está tomando qualquer medida para trazer sossego, ainda que momentâneo”, avalia. “Por isso, de tempos em tempos, são feitas essas operações para dizer que o Estado existe, que mantém a soberania em determinados territórios, porque sabe-se que a população está desesperada e certos políticos dependem desse desespero para se eleger.”

Quando esse abandono do Estado gera uma descrença nas instituições civis e também na ideia de Estado Democrático de Direito, ele tende a aumentar a confiança nas polícias, segundo estudo realizado no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Fazer amigos é mais acidente do que arte

Com cada amigo exercito uma Giovana e, no conjunto das relações, sou por inteiro

Giovana Madalosso

Escritora, roteirista e uma das idealizadoras do movimento Um Grande Dia para as Escritoras

Pensei em chamar esta coluna de “a arte de fazer amigos” mas, além de não aguentar mais ouvir “a arte disso ou daquilo”, logo me ocorreu que fazer amigos não é uma arte. Mantê-los é uma arte, fazê-los está mais para um acidente.

O momento em que conhecemos aquele que virá a se tornar nosso amigo é uma espécie de colisão. Dois corpos se chocam num determinado espaço, trocando olhares, impressões, gestos, palavras e outros sinais que provocarão —sem que saibamos explicar o porquê— uma certa simpatia e interesse mútuo.

Ensinei a uma amiga portuguesa como se diz isso no Brasil: meu santo bateu com o seu. É uma expressão muito boa, porque indica que algo muito sagrado em nós —o santo, a alma— se acertou com o sagrado de outra pessoa.

Não é matemático nem previsível. Nunca me esqueço quando, aos 24 anos, entrei no dormitório da universidade que frequentaria e vi os objetos pessoais daquela que seria a minha colega de quarto, antes mesmo de conhecê-la. O seu porta-retratos com bailarinas de Degas, seus quadrinhos de moldura rococó, suas almofadas cor-de-rosa, seus sapatos caretas, seus enfeites de estética romântica.

Mirando meus coturnos estropiados, pensei que jamais seríamos amigas mas, quando ela apareceu, a colisão nos nossos santos foi ótima. A moça era ácida, culta, sagaz nos comentários e tinha a risada de uma pessoa meio perturbada —o que me cativou de vez.

Chego a pensar que algumas das colisões que já tive são tão pródigas que chegam a produzir uma terceira entidade: A Nossa Amizade. Uma espécie de sujeito nascido de dois sujeitos

Ali iniciamos uma amizade que vem se prolongando por décadas, apesar de agora termos um oceano de distância. Apesar do pouco contato, quando nos encontramos a conversa flui como se tivéssemos nos visto no dia anterior.

Chego a pensar que essa e outras colisões que já tive chegam a produzir uma terceira entidade: A Nossa Amizade. Uma espécie de sujeito nascido de dois sujeitos. Um rebento gestado a partir de duas identidades únicas e, portanto, irreplicável.

A Minha Amizade com H.R é verborrágica: seguimos falando mesmo quando acabam os assuntos. A Minha amizade com D.B é irreverente: gostamos de provar roupas e inventar personagens de nós mesmas. A Minha amizade com C.B é telúrica: fazemos ioga e tentamos ter algum sucesso na meditação. A Minha Amizade com PW é meio autodestrutiva: antes nos entorpecíamos de álcool, hoje de produtos sem glúten. A Minha amizade com A.R é hedonista: sempre nos reunimos em torno de uma boa comida. Com J.E, hipocondríaca: trocamos contatinhos de médicos e somos taradas por uma bula.

É como se eu me fiasse e cedesse uma parte de mim a cada amigo. Com cada um exercito uma Giovana. E, na pluralidade dessas relações, me exercito por inteiro. Uma pena que estes amigos estejam espalhados por diversas cidades, resultado da minha vida cigana. Um desejo? Criar um paisinho e colocar todos lá dentro.

Uma republiqueta habitada por mim, pelos meus amigos e por Nossas Amizades, que poderiam inclusive se relacionar entre si como corpos independentes, como já fazem nas poucas vezes em que consigo reunir dois ou mais amigos num mesmo canto.

É o que imagino de melhor: estar cercado de camaradagem, afeto e acidentes positivos em um mundo tão adverso e tão cheio de fronteiras de todo tipo.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

YARA SIMÕES CAÇÃO LIPPE (1937 - 2025)

Costureira fazia do tricô uma arte no interior de SP

Bauruense produzia peças que seriam usadas principalmente pelos filhos

André Fleury Moraes

SÃO PAULO Costureira a vida toda, Yara Simões Cação Lippe nunca deixou de “batistar”, termo que faz referência a quem bate perna no calçadão da rua Batista de Carvalho, ponto histórico do comércio de Bauru, município do interior de São Paulo. Todos os sábados, saía de casa cedo e se dirigia à Batista ao lado do finado marido Carlos Lippe, bancário aposentado.

Nascida em Bauru em 1937, era filha de portugueses e cresceu na região central da cidade ao lado dos pais, que mantinham um armazém de secos e molhados.

Estudou no colégio São José, instituição tradicional que surgiu em Bauru em 1922 com proposta semelhante à de uma escola paroquial. Ali Yara se formou normalista — como eram conhecidos os graduados pelas antigas Escolas Normais, que habilitavam o aluno a lecionar nas séries iniciais —, mas não chegou de fato a exercer o magistério.

Desde sempre, afinal, se dedicou aos trabalhos domésticos e à própria família, conta a filha Christiane, que nunca ouviu um palavrão sequer sair da boca da mãe.

Além de presentes para as crianças e aqueles que recebia do marido Carlos, Yara sempre retornava da jornada no calçadão com sacolas e sacolas de tecido.

A maioria era para consumo próprio. Segundo Christiane, os trabalhos de costura eram voltados principalmente aos filhos. “Difícilmente a gente comprava alguma roupa”, diz.

As peças eram duradouras. Algumas eram usadas anos depois, quando as filhas já estavam mais velhas, em bailes de formatura ou festas em geral.

Mais do que a função utilitária, o tricô era para ela também uma expressão de arte. Apaixonada por revistas de costura, colocava em prática em questão de dias ideias que surgiam durante a leitura. O resultado era uma casa repleta de bordados com pinturas de natureza morta, sua especialidade.

Além do tricô, lembra a filha, Yara era também uma cozinheira de mão cheia.

Nunca bebeu em excesso, mas também não dispensava uma cerveja nos bailes que frequentava ao lado do marido, por quem se apaixonava todos os dias. A recíproca, por sua vez, sempre foi verdadeira.

Yara morreu em 10 de outubro, dia de seu aniversário, em Bauru, aos 88 anos. Dizia à família que queria comemorar. O último “parabéns para você” foi cantado no leito da UTI onde estava internada. Feita a celebração, morreu meia hora depois.

Yara deixa os filhos Christiane, Carlos Augusto e Suleima, os netos Alice, Bruno, Daniela e Letícia e o bisneto Bento.



Arquivo pessoal

Mineração ilegal avança na Amazônia e vira principal ilícito ambiental, diz Abin

Na Colômbia, a estimativa é que a exploração de ouro tem sido mais lucrativa que o narcotráfico; criminosos pagam drogas com o metal

Raquel Lopes

BRASÍLIA Relatório da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) aponta que a mineração ilegal de ouro avança na região de fronteira da amazônia entre o Brasil e a Colômbia, tornando-se uma atividade lucrativa de grupos criminosos e o principal ilícito ambiental daquela área.

O avanço é impulsionado por uma combinação de fatores: os altos preços do ouro no mercado internacional, a reduzida presença do Estado em extensas áreas da região e a elevada porosidade das fronteiras, que facilita a atuação de redes criminosas.

O tema também gera preocupação entre autoridades ambientais, com impactos sobre a qualidade dos rios e sobre a ampliação do desmatamento. A preservação das florestas é um tema central na COP30.

O estudo foi realizado pela Abin em parceria com a DNI (Direção Nacional de Inteligência) da Colômbia. O documento aponta o narcotráfico, a mineração ilegal de ouro e o tráfico humano como as principais ameaças para a segurança humana e ambiental da região. É o primeiro documento público conjunto entre serviços de inteligência sul-americanos sobre esses temas.

No Brasil, estima-se que a mineração ilegal responda por cerca de um terço de toda a produção anual de ouro. Na faixa de fronteira amazônica, esse cenário é mais crítico: a atividade predomina, e praticamente todo o ouro extraído tem origem ilícita.

Segundo documento da Abin, o comércio ilegal de ouro na América Latina e no Caribe nunca foi tão lucrativo quanto nos últimos anos. Estima-se que os preços do metal tenham subido mais de 40% em 2024, alcançando um recorde histórico de mais de US\$ 3.000 (R\$ 16,1 mil) por onça (31,1 gramas) em março de 2025.

A extração de ouro na Amazônia brasileira ocorre por meio de balsas e dragas de diferentes portes. Rios amazônicos como o Caquetá-Japurá, o Putumayo-Içá, o Amazonas-Solimões e seus afluentes formam extensa e complexa rede fluvial que sustenta a atividade garimpeira e outras atividades, como o tráfico de drogas.

Facções criminosas como o CV (Comando Vermelho) e o PCC (Primeiro Comando da Capital) mantêm negócios com grupos colombianos na região tanto para levar as drogas para serem consumidas no Brasil quanto para o escoamento da produção com destino à Europa e à África.

Segundo o documento, a principal modalidade de mineração



Balsas de garimpo destruídas no Amazonas Lalo de Almeida - 15.set.25/Folhapress

praticada na amazônia é a de aluvião, caracterizada pela extração de minerais, sobretudo do ouro, a partir de depósitos sedimentares localizados nas margens e no leito dos rios.

Essa atividade ocorre majoritariamente nos principais cursos hídricos da região, por meio de dragas e balsas. É comum o uso de mercúrio para separar o ouro dos sedimentos, além de combustíveis fósseis, como diesel e gasolina, que abastecem bombas e outros equipamentos de extração.

As balsas utilizam motores de menor potência, que medem de 10 a 30 metros de comprimento e custam a partir de US\$ 15 mil (R\$ 80,7 mil), variando conforme o porte e a estrutura. Já as dragas operam com motores de alta potência e sistemas de sucção robustos, com tubos que alcançam até 15 metros de profundidade. Podem ultrapassar cem metros de extensão e exigir investimentos de milhões de dólares.

Segundo o documento, a atuação dessas embarcações altera a turbidez, reduz a penetração de luz e modifica a composição química da água. Isso impacta desde micro-organismos e plantas até espécies de peixes e predadores maiores.

O resultado é um desequilíbrio ecológico generalizado nos ecossistemas fluviais, com efeitos sobre comunidades indígenas e ribeirinhas que dependem desses rios para subsistência, alimentação e preservação cultural.

2.559,86 hectares

de floresta foram desmatados apenas na região do rio Puruê (AM) pela mineração ilegal do ouro entre janeiro de 2019 e agosto de 2024

Além disso, a atividade impulsiona o desmatamento. Apenas na região do rio Puruê, entre janeiro de 2019 e agosto do ano passado, a mineração ilegal devastou 2.559,86 hectares de floresta.

Uma outra constatação é de que municípios próximos às áreas de mineração ilegal, como Japurá, Jutai, Santo Antônio do Içá e Tabatinga, todos no estado do Amazonas, consolidaram-se como centros de apoio logístico

Na Colômbia e no Brasil, comerciantes compram ouro ilegal de garimpeiros e donos de operações.

No lado brasileiro, parte do ouro extraído na fronteira com a Colômbia é vendida diretamente nas áreas de garimpo e em municípios como Japurá, Jutai, Tefé e Tabatinga, sem registro formal.

Outra parte segue para centros de “esquentamento” como Manaus e Itaituba (PA), onde entra na cadeia legal por meio de notas fiscais irregulares ou fraudadas.

Na Colômbia, a mineração ilegal está fortemente atrelada ao narcotráfico. Grupos criminosos investem em minas ou extorquem garimpeiros e depois convertem o ouro em imóveis, negócios ou depósitos bancários para lavar dinheiro.

Também podem adquirir o metal como forma de investimento ou utilizá-lo como pagamento por remessas de cocaína e maconha. Estima-se que, atualmente, o comércio ilegal de ouro na Colômbia gere mais lucros do que o próprio narcotráfico.

Além disso, esses grupos armados, como os Comandos da Fronteira, na Colômbia, cooptam jovens indígenas para atuar na exploração ilícita de ouro, no tráfico de drogas e como cozinheiros em suas plantações de coca. Em alguns casos, o pagamento é feito com pasta base de cocaína.

Roubo a caminhão dispara em rodovias de SP

Secretaria diz que estatísticas envolvendo cargas estão em queda; mapa mostra estradas com mais queixas

Fábio Pescarini

SÃO PAULO Policiais militares rodoviários faziam patrulhamento na rodovia Dom Pedro 1º quando passaram por uma carreta com fita adesiva encobrindo números da placa dianteira. Houve cerca de 5 km de perseguição, na noite de 16 de agosto passado, até o condutor abandonar o veículo, que era roubado, ao acessar uma estrada vicinal e tentar fugir. Ele acabou preso por receptação. A Dom Pedro 1º, exatamente no trecho de Itatiba, onde houve a prisão, está entre os locais com mais ocorrências de roubo e furto de caminhões no estado de São Paulo. Foram ao menos oito casos entre janeiro e agosto deste ano.

Os dados fazem parte de levantamento da Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado), em parceria com a empresa de rastreamento Tracker, a partir de boletins de ocorrência da Polícia Civil.

De acordo com o estudo, apesar de as estatísticas estarem em queda, houve uma disparada nos roubos de caminhões em agosto (último mês disponível na apuração). Foram 145 casos em 2025 contra 104 no mesmo mês de 2024, uma alta de quase 40%.

São ladrões de olho em veículos caros e cheios de tecnologia. Um caminhão-trator Volvo FH 540 6X4T, custa pouco mais de R\$ 1 milhão.

Os números recentes, entretanto, mudam uma tendência. A pesquisa mostra que de janeiro a agosto houve queda de 3,8% nos roubos e de 20,4% nos furtos frente ao mesmo período de 2024. Veículos roubados concentram 71,5% das ocorrências nos oito primeiros meses de 2025.

A SSP (Secretaria da Segurança Pública) afirma desconhecer a metodologia do levantamento. A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), porém, apresenta outros dados de queda nesse tipo de criminalidade.

Segundo a pasta, sem citar casos exclusivos de caminhões e carretas, em agosto houve queda nos roubos de carga na capital (-25,6%), na Grande SP (-20,7%) e no interior (-62,7%).

“Esses dados sugerem uma possível eficácia das medidas de segurança ou uma mudança no modo de agir dos criminosos, que podem estar se deslocando para outras modalidades ou regiões”, afirma o pesquisador Erivaldo Vieira, responsável pelo estudo.

O problema é maior nas estradas que cortam a capital e cidades vizinhas. Somente na rodovia Fernão Dias, em trechos que envolvem os municípios de São Paulo, Guarulhos e Mairiporã foram 55 caminhões levados em oito meses.

Cumbica, em Guarulhos, on-



Índice de cargas roubadas tem queda de 27% neste ano

Entre janeiro e agosto deste ano, foram registrados 2.364 casos de cargas roubadas ou furtadas, contra 3.246 no mesmo período de 2024, uma queda de 27%. Cargas de alimentos lideram o ranking das mercadorias mais visadas pelos criminosos, com 31,58% de todos os registros.

O número, aponta o levantamento, indica que bens essenciais e de giro rápido —facilmente escoados no mercado informal— permanecem como o principal alvo das quadrilhas. A Secretaria da Segurança Pública diz que o recuo é fruto de ações integradas das polícias Civil e Militar.

Roubo e furto de caminhões

Estradas com mais registros, no período de jan-ago de 2025

Rodovia	Cidade	Ocorrências
Fernão Dias	1 Guarulhos	20
	2 São Paulo*	27
	3 Mairiporã	8
Régis Bittencourt	4 Itapecerica da Serra	11
Anhanguera	5 Araras	9
	6 Limeira	6
Dom Pedro 1º	7 Itatiba	8
Bandeirantes	8 Jundiá	7

*Inclusive alça de retorno. Fonte: Boletim Tracker-Fecap
Dados cartográficos ©2025 Google

de fica o Aeroporto Internacional, é líder nessa estatística. Foram 26 casos em 2025 até agosto.

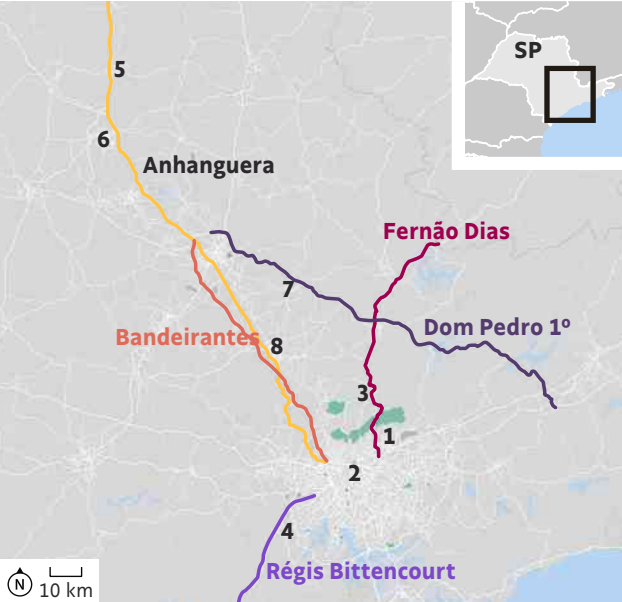
A pasta da segurança pública aponta números em queda no município da região metropolitana de São Paulo —em agosto foram 17 casos de roubo de carga

em Guarulhos contra 20 do mesmo mês de 2024.

“No acumulado do ano, entre janeiro e agosto, houve uma redução de 27,17% nos roubos de carga em relação ao mesmo período do ano anterior, o menor índice desde o início da série his-

tórica, em 2001.”

Segundo a Tracker, o levantamento aponta ainda que terças, quartas e quintas-feiras concentram mais da metade das ocorrências, o que coincide com o pico das operações de transporte e entrega.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" - ACADEPOL

AVISO DE LICITAÇÃO
ACADEMIA DE POLÍCIA "Dr. Coriolano Nogueira Cobra"
Encontra-se aberta na Academia de Polícia licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, modo de disputa aberto, tendo como objeto aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e demais materiais para treinamento, conforme segue: Pregão Eletrônico nº 90016/2025, Processo SEI 058.00120404/2025-83. A data e horário do início de recebimento das propostas será no dia 04/11/2025 às 09h00min (horário de Brasília). A sessão pública será realizada no dia 24/11/2025 às 10h00min, no endereço eletrônico www.gov.br/compras. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Maiores informações pelo telefone: (11) 3468-3334/3344 – email: licitacao.acadepol@policiacivil.sp.gov.br.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 17 de novembro de 2025, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 19 de novembro de 2025, às 14h30min *. (*horário de Brasília)



Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – CJ 62 - Higiêropolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010306374, de 05/04/2022, com a Fiduciante RENATA AYELLO, brasileira, divorciada, administradora, portadora do RG nº 19468357-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 144.438.628-03, residente e domiciliada em Jaboticabal/SP, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 457.591,32 (quatrocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela Casa, situada na Avenida do Camo, nº 237, Centro, Jaboticabal/SP. Área construída: 207,00m² (conforme laudo) e Área de terreno: 168,75m², melhor descrito na matrícula nº 2.119 do Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal/SP. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Consta Ação Indenizatória, conforme processo nº 1003408-11.2025.8.26.0291. Consta Ação Indenizatória, conforme processo nº 1003677-50.2025.8.26.0291. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 195.035,03 (cento e noventa e cinco mil e trinta e cinco reais e três centavos - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTES EDITAIS NO SITE: www.portalzuk.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br (Dossiê 24775).

**CLUBE HÍPICO DE SANTO AMARO**
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com as atribuições que me são conferidas, conforme previsto no artigo 47º do Estatuto Social vigente, ficam os Senhores Associados convocados para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada em duas sessões nos dias 29 e 30 de novembro de 2025, com abertura as 10:00 horas do dia 29, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, ou, em segunda convocação às 10:30 horas com qualquer número. A votação se encerrará às 17:00 horas do mesmo dia, e será reaberta às 10:00 horas no dia 30, e terá a votação encerrada às 17:00 horas, quando será feita a apuração dos votos e a lavratura da respectiva ata, conforme a seguinte "Ordem do Dia":

1. Eleição para membros do Conselho Deliberativo de acordo com seção 1, Capítulo V do Estatuto Social;
2. Eleição para presidente e vice-presidente da Diretoria Executiva de acordo com seção 2, Capítulo V do Estatuto Social;
3. Aprovação das Reformas do Estatuto Social do Clube Hípico de Santo Amaro, cuja votação será feita de forma simples e direta com a opção "SIM" para os associados a favor da alteração estatutária, e "NÃO" para os contrários;
4. Aprovação da Ata desta Assembleia Geral.

Karina Ivone Smith
Presidente Conselho Deliberativo

São Paulo, 03 de novembro de 2025

SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SOESP - neste ato representado pelo Senhor Presidente Dr. Pedro Orlando Petreire Junior - **Pelo presente Edital ficam convocados todos os Odontologistas do Estado de São Paulo, associados ou não associados** nos termos do artigo 8º, inciso I, da Constituição Federal, da Portaria MTE nº 3.472/2023, e do Estatuto Social do Sindicato dos Odontologistas do Estado de São Paulo - SOESP, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 03 de Novembro de 2025, nas dependências do Sindicato dos Odontologistas do Estado de São Paulo situado na Rua Humaitá, 349 - Bela Vista - São Paulo - SP, 01321-010. A assembleia ocorrerá em: Primeira convocação às 18h00 e com qualquer número de presentes em Segunda convocação às 18h30, sendo considerada válida com qualquer número de participantes presentes, nos termos estatutários. **ORDEM DO DIA:** Deliberação sobre a proposta de fusão da base territorial do Sindicato de São José do Rio Preto e Região: Adolfo, Altair, Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Bady Bassitt, Cajobi, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Guapiacu, Guaraci, Guarani d'Oeste, Ibirá, Icém, Indaiaporã, Irapuã, Itajobi, Jaci, Jales, José Bonifácio, Macauba, Macedônia, Magda, Mendonça, Meridiano, Mira Estrela, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoá, Nova Aliança, Nova Granada, Novo Horizonte, Olímpia, Onda Verde, Orindiuva, Palestina, Palmares Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranaíba, Paulo de Faria, Pedranópolis, Pindorama, Planalto, Poloni, Pontes, Gestal, Populina, Potirendaba, Riolândia, Sales, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, São José do Rio Preto, Sebastianópolis do Sul, Severínia, Tabapuã, Tanabi, Três Fronteiras, Turmalina, Uchoa, União Paulista, Urânia, Urupe, Valentim Gentil e Votuporanga, com o Sindicato dos Odontologistas do Estado de São Paulo - SOESP, nos termos da legislação vigente e conforme as tratativas institucionais em curso; Autorização para que o SOESP adote as providências legais e administrativas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para registro e formalização da fusão sindical; assuntos gerais de interesse da categoria. A assembleia contará com a presença do Presidente do SOESP e representantes da base sindical. A participação de todos é fundamental para o fortalecimento da representatividade sindical, bem como para a unificação das ações em defesa dos direitos e prerrogativas dos Cirurgiões-Dentistas, equiparação salarial Cirurgião Dentista e Médico, e aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho que só o SOESP tem, agora extensivo aos que moram nos municípios citados acima.

São Paulo, 03 de Novembro de 2025
Presidente - Sindicato dos Odontologistas do Estado de São Paulo - SOESP

SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Convocamos os associados quites com a tesouraria, em pleno gozo de seus direitos para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 03 de Dezembro de 2025, na sede sita à Rua Humaitá, 349, nesta capital, em primeira Convocação às 18 horas, com número regimental de associados, ou em 2ª Convocação às 18:30 horas com qualquer número de associados presentes a fim de deliberarem, discutirem, votarem e aprovarem sobre a seguinte ordem do dia: a) leitura, discussão, votação e aprovação da ata da assembleia anterior; b) parecer do conselho fiscal à receita orçamentária do exercício 2026; c) aprovação da contribuição Sindical 2026; d) aprovação da contribuição assistencial 2026; e) fixar valor da anuidade da revista paulista de Odontologia 2026.
São Paulo, 03 de Novembro de 2025
Dr. Pedro Orlando Petreire Junior - Presidente

**PODER JUDICIÁRIO**
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025
PROCESSO SEI Nº 0005018-62.2025.4.03.8000
Objeto: Prestação do serviço de informática para migração, configuração, suporte e treinamento dos sistemas de gerenciamento de chamados de TI e administrativo. Obtenção do edital: a partir de 03/11/2025, às 08h00, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/ e <http://web.trf3.jus.br/contas/Licitacoes> ou na Divisão de Compras e Licitações, situada na Avenida Paulista nº 1.842 - Torre Norte - 11º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01310-945. Informações através dos telefones: (11) 3012-1072/3/4, das 13h00 às 19h00. Recebimento das propostas: até 18/11/2025, às 10h00, no endereço eletrônico Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/. Abertura das propostas: 18/11/2025, às 10h00.
São Paulo, 29 de outubro de 2025.
LEONARDO BARBOSA MENDES
Pregoeiro

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 217/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS"
Processo Administrativo: 26.093/2024-D
Data e Hora do Pregão: 27/11/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço global
Modo de Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não
UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pnnp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 31 de outubro de 2025
SORAIA M. MILAN Secretária Municipal de Serviços Urbanos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00878155312025
UASG 990189 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Considerando a informação prestada pelo Departamento de Despesas, acolhida pela Coordenadora de Finanças, bem como as devidas motivações e justificativas contidas na referida informação, que relata a existência de erro no cadastro no sistema Compras.gov do item 2 – PERNEIRA, no qual constou apenas a quantidade de 30 pares, sendo o correto 100 pares (70 no tamanho M e 30 no tamanho G), e no uso da competência que me foi atribuída pelo Decreto nº 69.228, de 23 de dezembro de 2024, e Decreto nº 69.483, de 14 de abril de 2025, AUTORIZO a republicação do Edital nº 26/2025, com devolução de prazo.
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 90026/2025 – Edital nº 26/2025
N.º Processo: SEI 006.00345730/2025-34
Objeto: Aquisição de acessórios para composição dos uniformes funcionais operacionais da Polícia Penal do Estado de São Paulo.
Total de Itens Licitados: 4 (quatro) itens
Valor total da licitação: Sigiloso
Horário: das 8h00 às 17h00
Endereço: Rua Líbero Badaró, n.º 600, Centro Histórico de São Paulo, São Paulo, SP, CEP 01008-000
Link do PNCP: <https://pnpc.gov.br/app/editais>
Entrega das Propostas: a partir de 04/11/2025 às 8h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/11/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP



Poluição no ar visível em São Paulo; grupo empresarial quer incluir saúde e outros temas na agenda do evento Danilo Verpa - 9.set.24/Folhapress

Saúde é incorporada à pauta do clima e mira modelo de baixo carbono

Inclusão do setor na agenda da COP30 empresarial marca nova fase da política climática; iniciativa pretende estimular eficiência energética em hospitais

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Pela primeira vez, a saúde entrou na agenda climática empresarial brasileira. O tema passou a integrar o conjunto de propostas de uma iniciativa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) que reúne líderes empresariais para elaborar recomendações à COP30, conferência do clima da ONU, que ocorrerá em Belém.

Inspirada no modelo do B20, braço empresarial do G20, a SBCOP (Sustainable Business COP30) tem, além da saúde, grupos temáticos sobre transição energética, bioeconomia, economia circular, financiamento climático, cidades sustentáveis e empregos verdes.

A inclusão da saúde é considerada um marco por reconhecer que a crise climática é também uma crise sanitária, com impactos diretos sobre a vida das pessoas e a capacidade de resposta dos sistemas de saúde. O Einstein Hospital Israelita faz parte da iniciativa.

Para Sidney Klajner, presidente do hospital, é urgente conectar essas agendas e pensar o papel do setor na mitigação e na adaptação a essas mudanças.

A expectativa é que, a partir de 2026, a saúde se consolide como uma frente permanente de trabalho, refletindo o avanço das discussões sobre descarbonização, resiliência climática e acesso equitativo à saúde, especialmente em territórios vulneráveis, como a amazônia.

Os efeitos das mudanças climá-

ticas sobre a saúde já são visíveis. Ondas de calor intensas, enchentes, secas e incêndios florestais ampliam a ocorrência de doenças respiratórias e infecciosas, além de causar traumas e deslocamentos populacionais

“A crise climática tem rosto humano”, diz o presidente do Einstein. “Na amazônia, cada evento climático extremo se traduz em uma tragédia social e sanitária, agravada pela falta de infraestrutura e de acesso.”

Embora seja uma das áreas mais afetadas pelas mudanças no clima, a saúde também contribui para o problema. O setor responde por cerca de 5% das emissões globais de gases de efeito estufa —mais do que a aviação civil ou o transporte marítimo.

O Brasil figura entre os principais emissores dessa cadeia, devido ao tamanho do sistema hospitalar, ao uso intensivo de energia e à dependência de insumos e descartáveis.

“Não há transição sustentável possível sem a saúde”, afirma Ricardo Mussa, chair da SBCOP. “Além de reduzir suas próprias emissões, o setor é essencial para promover sociedades mais resilientes e inclusivas.”

A iniciativa pretende estimular parcerias entre empresas, governos e academia, com foco em ações integradas: eficiência energética em hospitais, economia circular para resíduos hospitalares, transporte de baixo carbono e planos de adaptação a eventos climáticos extremos, que tendem a pressionar os sis-



Sustentabilidade precisa deixar de ser um apêndice e passar a integrar a estratégia central das instituições. Isso significa rever processos, investir em energia limpa e buscar eficiência em toda a cadeia

Sidney Klajner
Presidente do Einstein Hospital Israelita

5%

É a parcela atribuída ao setor de saúde nas emissões globais de gases de efeito estufa, e o Brasil está entre os principais emissores pelo tamanho do seu sistema hospitalar

temas de saúde.

Para Klajner, a inclusão da saúde na agenda climática é também uma oportunidade de transformação. “Sustentabilidade precisa deixar de ser um apêndice e passar a integrar a estratégia central das instituições. Isso significa rever processos, investir em energia limpa e buscar eficiência em toda a cadeia.”

O Einstein, afirma o médico, já adota fontes de energia renovável, programas de economia circular e projetos de eficiência hídrica e energética. “Há ganhos ambientais, econômicos e sociais quando se encara o tema de forma sistêmica.”

A proposta da SBCOP é criar uma coalizão internacional do setor produtivo capaz de levar à COP30 um conjunto de compromissos mensuráveis, alinhados à agenda global de descarbonização e desenvolvimento sustentável.

No caso da saúde, o desafio é duplo: reduzir emissões próprias e fortalecer a capacidade de resposta a crises ambientais.

“Queremos construir métricas comuns e metas verificáveis para toda a cadeia da saúde [hospitais, farmacêuticas, fornecedores e operadoras]”, diz Mussa. “Quando as instituições incorporam indicadores de carbono, resíduos e equidade, deixam de ser parte do problema e passam a ser parte da solução.”

A presença da saúde na agenda da SBCOP tem também um valor simbólico. Apesar de a OMS (Organização Mundial da Saúde) de-

fender há anos a integração do tema às conferências climáticas, ele só entrou oficialmente na pauta global a partir da COP26, em Glasgow (Escócia).

Para Mussa, o movimento liderado pela CNI e pela SBCOP pode acelerar essa aproximação, abrindo espaço para políticas públicas que considerem a saúde como dimensão estratégica da transição sustentável —desde a vigilância epidemiológica até a construção de infraestrutura hospitalar de baixo carbono.

No entanto, ele diz que é importante que haja retorno financeiro, ancorado pela inovação, para que as coisas funcionem. “É muito difícil você trazer todo o setor privado mundial de forma realmente efetiva só na filantropia.”

Ele cita o exemplo de transição energética da China, que no ano passado instalou painéis solares que hoje produzem o equivalente a 17 Itaipus. “O papel do governo é fomentar, ajudar e subsidiar aquelas tecnologias que têm a melhor condição de chegar com escala. Depois, elas vão pelas próprias pernas.”

Mussa diz que levará para a COP uma seleção de projetos desenvolvidos ao redor do mundo que se mostraram efetivos e escaláveis. Na área da saúde brasileira, o Einstein está na liderança dessas iniciativas.

A instituição desenvolve vários projetos em parceria com o Ministério da Saúde, entre eles um sistema de monitoramento das vulnerabilidades sociais para ajudar na resposta diante de eventos climáticos extremos, como enchentes, deslizamentos e secas intensas.

Para Klajner, o avanço dessas pautas depende de uma atuação conjunta. “A transição justa não se fará apenas com novas tecnologias, mas com políticas que garantam acesso equitativo e fortaleçam os sistemas de saúde locais. É nessa interseção que inovação e responsabilidade social se encontram.”

Criar um plástico feito de plantas, com pegada de carbono negativa. Impossível? Não para a Braskem.

Em 2010, apresentamos ao mundo o primeiro plástico feito a partir de etanol de cana-de-açúcar, com pegada de carbono negativa, produzido em escala industrial: o I'm green™ bio-based. Um produto inovador e 100% brasileiro, que há 15 anos contribui para o combate às mudanças climáticas.

Com a sua produção, desde que chegou ao mercado, foram absorvidas mais de 4,6 milhões de toneladas de CO₂e*. Isso equivale ao que um carro comum emitiria ao dar 1 milhão de voltas em torno da Terra.

Hoje, mais de 200 marcas em todo o mundo estão reduzindo sua pegada de carbono e iniciando um novo capítulo na cadeia do plástico ao adotarem o I'm green™ bio-based.

*Do berço ao portão da Braskem. Este número considera as vendas dos produtos I'm green™ bio-based de 2010 a dezembro de 2024.

E não para por aí: a Braskem tem avançado em projetos que vão aumentar sua liderança em renováveis, o que vai impulsionar ainda mais os resultados de redução de emissões na cadeia nos próximos anos.



Saiba mais sobre I'm green™ bio-based em: braskem.com.br/imgreen

1 TONELADA DE I'M GREEN™ BIO-BASED = absorção líquida de 2,12 toneladas de CO₂ equivalentes*.

Isso acontece por ser uma resina feita com matéria-prima vegetal, que absorve carbono da atmosfera durante seu processo de crescimento.

*Dados comprovados por estudos de Avaliação de Ciclo de Vida feitos por terceiros independentes.





Adana Omágua Kambeba diz que é aprendiz de dois saberes e estuda para equilibrar a ética médica e a ética xamânica Michael Dantas/Folhapress

Médica indígena une conhecimento ocidental e ancestral na Amazônia

Adana Omágua Kambeba voltou para seu povo logo após se formar na UFMG; com abordagem holística, segue rituais rigorosos para se tornar também líder espiritual

Jairo Marques

SÃO PAULO Já em um dos primeiros dias de aulas na faculdade de medicina da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), uma das melhores do país, Ada-

na Omágua Kambeba, indígena amazônica pioneira formada pelo curso, sentiu que tinha objetivos diferentes de seus colegas. Ela não estava ali por status ou para escalar socialmente. Ela tinha recebido sinais, ainda na in-

“Durante minha trajetória foram surgindo professores, amigos e colegas que colaboraram para minha vitória. Sou extremamente grata. A sensação de estar formada e de estar exercendo a medicina seja atendendo pessoas indígenas ou não, nos mais diversos lugares, como na floresta e na cidade, é a sensação de que esta conquista não é só minha

Adana Omágua Kambeba
Indígena kambeba e médica formada pela UFMG

fância, para se formar médica e, em seguida, voltar para ajudar na saúde de seu povo, espalhado em aldeias na floresta. O tempo de graduação de Adana foi mais longo do que o da maioria dos alunos. Em vez dos tradicionais seis anos de estudo, ela se formou em nove. “Precisei entrar num acordo com o modelo de ensino médico, com meus valores culturais e com meu ritmo. Dentro da cultura indígena, aprendemos com a mãe natureza a respeitar o tempo, principalmente o nosso tempo interno, seguir o meu ritmo”, diz ela. Para a médica, que se dedica principalmente aos cuidados de saúde de mulheres, de crianças e de anciãos em comunidades dos omaguá, também conhecido como kambeba — povo das águas —, ter seguido a lição ancestral durante sua formação pode ter sido um fator de proteção para não ter adoecido mentalmente. Ao mesmo tempo em que se habilitava para a prática da medicina ocidental, Adana iniciou uma jornada longa com vista a se tornar líder espiritual de sua comunidade. Para isso, ela passa ainda hoje por rituais rigorosos de restrições alimentares, comportamentais e de isolamento na floresta. As dietas, que envolvem severas limitações, por exemplo, do consumo de açúcar, frituras e bebidas alcoólicas, podem durar mais de um ano e passam pelo acompanhamento de pajés, curandeiros ou xamãs indígenas. “As dietas ensinam muito sobre ética, disciplina e transcendentalidade. Me fortalecem para continuar executando ação

social, étnico-cultural, identidade e espiritual que venho fazendo nas aldeias e associações do meu povo.” A aprovação para a função depende ainda da “prova do grau”, última cerimônia de preparação, que envolve a bebida ayahuasca, parte da cultura dos omágua kambeba. Antes disso, ela precisa percorrer as cerca de 40 aldeias brasileiras da etnia e ser aceita por todas. “Sou uma aprendiz de dois tipos de saberes. Procuro estudar e aprender com o intuito de executar ambas as medicinas com ética, porque assim como existe a ética médica, também existe a ética xamânica. Exercer as duas medicinas dentro de um equilíbrio nem sempre é uma tarefa fácil, pois são dois sistemas diferentes, mas que podem se encontrar para dialogar e tratar a saúde humana com uma abordagem mais holística.” De acordo com a médica, é ténue a prática que separa e interliga os conhecimentos médicos indígenas e ocidentais, mas que é preciso muito cuidado e bom senso para não haver risco de enquadramento em charlatanismo e curandeirismo, que são crimes. “Ao mesmo tempo precisa se ter respeito com o sentimento, fé e cultura alheias. Estamos falando de algo bem complexo que requer muita diplomacia e confluência entre os saberes.” Segundo o Instituto Socioambiental, os kambebas foram um dos mais importantes grupos indígenas do Alto Amazonas, estabelecendo seu domínio principalmente na várzea do rio Solimões por uma extensão de mais de 700 km no século 17. A etnia era destacada por sua organização social. O grupo viveu intensa violência na colonização e escravidão e perdeu população por guerras e epidemias, o que fez adotar o silêncio como estratégia de defesa e resistência até a década de 1980. Adana, na infância, morou em casa de palafita, estudou em escola de madeira e teve uma vida de muita pobreza. “Aos olhos dos outros, era difícil conquistar um sonho desta natureza, o de se tornar médica.” “Durante minha trajetória foram surgindo professores, amigos e colegas que colaboraram para minha vitória. Sou extremamente grata”, afirma a médica. “A sensação de estar formada e de estar exercendo a medicina seja atendendo pessoas indígenas ou não, nos mais diversos lugares, como na floresta e na cidade, é a sensação de que esta conquista não é só minha.” Uma bandeira que Adana afirma que irá sempre carregar é a do respeito à cultura indígena com seus modos de tratamento e cura levando em conta conhecimentos ancestrais e aos espíritos da floresta. “Sem que a ciência indígena venha ser subjugada pela lógica da ciência biomédica”, diz ela. “Pensar na medicina indígena não apenas como uma alternativa, mas como uma medicina integradora que pode coexistir e somar com a medicina ocidental, atendendo a um modelo de cuidado mais amplo, mais plural e holístico.”

classificados
Para anunciar ou ver mais ofertas
folha.com/classificados

classificados@grupofolha.com.br
ou ligue **11 3224-4000**
whatsapp **11 9 9646-9069**

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

LEILÕES

ACOMPANHANTES
AMANDA
Complettinha - Av Jabaquara 2604
MT.S Judas A/C e PIX seg.sáb.
F: (11) 2362-8122.

CLASSIFICADOS FOLHA
11/3224-4000

PARA ANUNCIAR NOS
CLASSIFICADOS FOLHA

LIGUE AGORA

11/3224-4000

COMUNICADO DE ABANDONO DE EMPREGO
Associação Colégio Espanhol de São Paulo, inscrita no CNPJ 62.938.774/0001-15, solicita que a Sra. Sonia Maria Anibal Costa, portadora da Carteira de Trabalho nº 3748 – Série 002 – SP, funcionária do Departamento de Limpeza, compareça ao Departamento Pessoal, situado à Avenida Jorge João Saad, 905 – Vila Progredior – São Paulo – SP, no prazo de 72 hs. Esgotado esse prazo, o caso será incurso na letra “I” do artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (abandono de emprego), o que configurará seu desligamento desta empresa.

SCHMITZ
ENLARGADOS OFICIAIS
DESDE 1984
OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO
LEILÃO DE IMÓVEIS
EM SÃO ROQUE/SP
24/11/2025 10:00
0800 000 1986
WWW.CLICLEILOES.COM.BR

LEILÃO DE ARTE 06/11
ÀS 20:18 H
Online: Sérgio Altiti, Leiloeiro JU-
CESP 440 (11) 3721-9676

Jovens fisiculturistas são atraídos para trabalhar como cuidadores de idosos no Japão

Com população envelhecida, país enfrenta carência no setor; empresa do ramo oferece horas de musculação e bebidas proteicas a atletas

Tomohiro Osaki

ICHINOMIYA (JAPÃO) | AFP Com músculos chamativos e um sorriso amigável, Takuya Usui acomoda uma residente em sua cadeira de rodas em um lar de cuidados no centro do Japão. Ele é um dos membros de uma nova geração de cuidadores masculinos que são contratados para suprir as carências de um país em pleno envelhecimento.

Freados pelos estereótipos de gênero e salários pouco atrativos, os homens jovens descartaram durante anos esse setor de cuidados. Mas a empresa Visionary, com sede em Nagoya, encontrou uma fórmula original para atraí-los: contratar apaixonados pelo fisiculturismo, seduzidos por vantagens como horas de musculação remuneradas e subsídios para bebidas proteicas.

“Antes, este trabalho não me atraía”, reconhece Takuya Usui, ex-treinador esportivo. “Mas, quando me disseram que poderia dar uso aos meus músculos, pensei: ‘Por que não?’”

Com uma camiseta regata preta, que destaca sua compleição física, ele levanta sem esforço Madoka Yamaguchi, de 65 anos, para ajudá-la a comer, escovar os dentes e aplicar colírio nos olhos. “Ele é tão musculoso que nunca tenho medo de que possa me deixar cair”, sorri a paciente do centro de cuidados para pessoas com deficiência da Visionary.

O Japão tem a segunda população mais idosa do mundo, atrás apenas de Mônaco, e enfrenta uma crise aguda de cuidadores: para cada candidato há cerca de quatro vagas para preencher.



O fisiculturista Hokuto Tatsumi, 27, trabalha como cuidador em uma instituição de idosos em Ichinomiya, no Japão

Yuichi Yamazaki - 29.set.25/AFP

O Ministério do Trabalho prevê um deficit de 570 mil cuidadores até 2040, devido aos salários muito baixos para um trabalho fisicamente exigente.

Os homens continuam sendo minoria no setor, no qual mais de 70% dos postos são ocupados por mulheres com mais de 40 anos.

“Quando comecei, era um ET: jovem e homem”, recorda Yusuke Niwa, diretor da Visionary, hoje com 40 anos de idade.

Ele percebeu, então, que tornar o trabalho atraente era essencial para gerar o interesse dos homens jovens. “Os fisiculturistas são fotogênicos e encarnam o trabalho incansável”, ressalta.

Em 2018, dez anos após a criação de sua empresa, Yusuke Niwa lançou o conceito dos “cuidadores musculosos” para romper os estereótipos. Até então, a Visio-

nary tinha dificuldade para contratar. Mas essa campanha atípica atraiu numerosos candidatos, especialmente homens jovens.

A empresa prevê faturamento de 2,2 bilhões de ienes (R\$ 76,9 milhões) para o presente exercício, dez vezes mais que em 2018.

A maioria dos contratados é formada por amadores do “fitness”, mas uma elite de fisiculturistas profissionais se beneficia de vantagens adicionais, como duas horas de musculação remuneradas por dia.

A cada ano, cerca de 100 mil japoneses abandonam seu trabalho para cuidar de um familiar. Até 2030, outros 300 mil deverão conciliar trabalho e cuidados, o que poderia custar à economia japonesa o equivalente a cerca de US\$ 58,9 bilhões (R\$ 317,1 bilhões), segundo as autoridades.

A desfaçatez no caso Bruno Henrique

Jogador do Flamengo continua atuando, e julgamento definitivo é cancelado

Juca Kfour

Jornalista, autor de “Confesso que Perdi”. É formado em ciências sociais pela USP

Desculpa esfarrapada é pouco: o julgamento do recurso do Flamengo sobre a suspensão de Bruno Henrique, por apenas 12 jogos, acabou cancelado no Superior Tribunal de Justiça Desportiva. A alegação para o adiamento é de cinismo atroz: insegurança na cidade do Rio de Janeiro devido ao morticínio na terça (28).

Só que o julgamento estava marcado para a quinta, e, na quarta, o Fluminense jogou contra o Ceará, no Maracanã, com 12.700 torcedores presentes.

Ou seja, deslocamento de uma multidão podia, mas a ida de nove auditores à sede do STJD, no centro do Rio, no 10º andar do número 55 da rua Uruguiana, edifício Sloper, em cima da loja de departamentos Leader, não pode.

Não é extraordinário?

Recapitulemos: Bruno Henrique não é exatamente um cidadão exemplar. Longe disso. Em 2020, recusou-se a submeter-se ao bafômetro e apresentou carteira de motorista falsa.

Processado por falsidade ideológica, confessou o crime e, em abril de 2022, fez acordo de não persecução penal com a Justiça e pagou multa de R\$ 100 mil.

Depois, forçou cartão amarelo para beneficiar apostadores de suas relações, o irmão inclusive.

Após quase dois anos, acabou condenado por fraude esportiva e pegou pena mínima de 12 jogos —por si só privilégio de que jamais um atleta de clube pequeno desfrutaria ou desfrutará.

Pegou, mas não cumpriu. Imediatamente a Gávea pediu efeito suspensivo, e BH desfila impunemente pelos gramados.

Como Bruno Henrique joga no Flamengo, pode tudo. E, como fez dois gols no Sport, no último sábado (1º), pode ainda mais, está redimido diante da Nação e da mídia complacente e muda

Quando se esperava que, enfim, na semana passada, a farsa tivesse fim com o julgamento definitivo do recurso rubro-negro, de novo a tal da Justiça esportiva revelou até que ponto é capaz de ser cínica e hipócrita: cancelou o julgamento sem nova data agendada. Se duvidar, a sentença definitiva ao fraudador BH ficará para quando ele for avô exemplar.

Registre-se que, além de estar à espera de julgamento por estelionato na Justiça comum, BH foi denunciado pelo Ministério Público do Distrito Federal por supostas manipulações até em corridas de cavalos.

Como Bruno Henrique joga no Flamengo, pode tudo. E,

como fez dois gols no Sport, no último sábado (1º), pode ainda mais, está redimido diante da Nação e da mídia complacente e muda.

Seria igual caso jogasse em quaisquer outros de nossos clubes grandes. Ou a Fiel não tem o nota de três dólares Marcelinho Carioca como ídolo até hoje? E quantos santistas permanecem fãs de Robinho, o estuprador?

Tudo isso para dizer que urge acabar com a palhaçada da Justiça esportiva, de implantar rito sumário nas questões que envolvam as regras do esporte, para que a população não descreia ainda mais dos conceitos de Justiça. E não é de hoje que é assim.

Em 1974, o genial Roberto Rivellino chutou o bandeirinha e pegou gancho de apenas cinco jogos, o tempo exato para poder jogar as finais do Paulista, contra o Palmeiras, de triste memória para a Fiel e para ele, objeto de duas injustiças: a do tribunal e, depois, da torcida que o culpou pelo 20º ano de fila.

Como na Justiça comum no Brasil, quem tem padrinho não morre pagão.

O governador Cláudio Castro (PL) deveria ter sido preso em flagrante e virou herói para muita gente.



Palmeiras vence Juventude e continua na liderança do Brasileiro

Felipe Anderson comemora gol da equipe de Abel Ferreira, que ganhou por 2 a 0 no Rio Grande do Sul e chegou aos 65 pontos; o Flamengo, segundo colocado no campeonato, tem 64

Antônio Machado/Fotoarena/Folhapress

entrevista da 2ª | mercado



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, durante entrevista em seu gabinete, em Brasília Fotos Pedro Ladeira/Folhapress

Dario Durigan Governo quer urgência em nova lei de concorrência digital e não teme reação dos EUA

Secretário-executivo da Fazenda espera tramitação acelerada do projeto que amplia poder do Cade sobre big techs; Brasil opta por não avançar com tributo sobre plataformas e moderação de conteúdo, que poderiam gerar retaliação

Patrícia Campos Mello

BRASÍLIA O governo quer tramitação acelerada do projeto de lei que aumenta o poder do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) sobre as plataformas de internet, o PL 4.675, e não acredita que a regulação possa gerar retaliação dos Estados Unidos.

“A discussão de concorrência em mercados digitais está madura e deve ser enfrentada de ime-

diato pelo Congresso. Diante da aceleração da concentração do mercado digital, é a mais necessária”, disse à Folha Dario Durigan, secretário-executivo do Ministério da Fazenda. O projeto, enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Câmara em 17 de setembro, impõe obrigações às maiores big techs para garantir a concorrência e barrar preços abusivos no país.

Durigan diz não temer reações do presidente dos Estados Uni-

dos, Donald Trump, à nova lei antitruste digital, uma vez que o Brasil resolveu deixar de lado, pelo menos no momento, dois temas mais sensíveis que afetam as big techs —moderação de conteúdo e imposto digital.

“Não acho que a gente passe pelo tema da retaliação aqui, em especial considerando a opção de não avançar em uma regulação sobre conteúdo, e não avançar neste momento em uma tributação adicional das empresas.”

Dario Durigan, 40 Formado em direito pela USP, com mestrado na mesma área pela UnB. Foi servidor de carreira da AGU entre 2010 e 2019. Assessorou Fernando Haddad na Prefeitura de SP. Foi diretor de políticas públicas do WhatsApp entre 2020 e 2023. É secretário-executivo da Fazenda

Por que é necessário ter uma lei nova de concorrência, específica para mercados digitais? As nossas leis antitruste não são uma boa resposta [no mundo digital], porque elas são demoradas. É muito melhor prevenir uma situação monopolística, evitando que ela se cristalice. Prevenindo, eu consigo ter um mercado competitivo, preço mais baixo para os consumidores e para as empresas, ter mais opções e fazer pagamentos sem taxas abusivas.

Quais são algumas das manifestações do abuso de poder de mercado das big techs que as pessoas enfrentam? Três exemplos concretos. O empreendedor, para conseguir colocar à disposição do público o seu aplicativo, precisa achar os caminhos das lojas de aplicativos, que muitas vezes impõem regras limitativas da escolha. Você pode vender um livro por determinada funcionalidade, mas via loja de aplicativos você teria de pagar 30% a mais, o que distorce o valor dos livros.

Continua na pág. A39

entrevista da 2ª

Continuação da pág. A38

Outro caso concreto afeta o sistema financeiro. Como não há regras de portabilidade de pagamento, não se consegue escolher a ferramenta financeira que será usada para pagar determinado fornecedor ou comprar determinado produto.

E o terceiro: aplicativos que fazem intermediação com restaurantes fecham contratos de exclusividade, que acaba encarecendo para o consumidor e para o próprio trabalhador. O trabalhador de aplicativo não tem opção, ele tem que concordar com a taxa que paga ao intermediário.

As plataformas argumentam ser impossível fazer uma lei específica para o digital, porque ele permeia tudo. Elas estão reclamando porque correm o risco de perder uma situação monopolística, em que têm mais lucratividade, fazem venda casada, limitam a escolha. Mas, quanto mais competição houver, mais inovação haverá e o custo será mais baixo. O mundo desenvolvido trabalha com essa premissa há vários anos. Nós estamos fazendo uma síntese equilibrada, que procura responder às críticas que aparecem nos EUA pela demora dos processos e as na Europa, por seu sistema ser muito intrusivo, com regras muito rígidas. Buscamos um ponto de equilíbrio.

Uma das críticas é que o projeto de lei seria uma cópia da Lei dos Mercados Digitais europeia, com os mesmos problemas. Não é uma cópia da legislação europeia. Dentro do Cade, haveria uma nova superintendência que cuidaria de mercados digitais, dentro de um processo com ampla participação, em que as empresas vão poder se justificar. Em um processo dialógico, serão estabelecidas as obrigações específicas (de cada empresa designada como sistemicamente relevante) de transparência, de informações corretas para seus usuários, de mostrar por que você está compondo um preço de certa forma.

O projeto foi enviado pelo governo em setembro e já teve um relator designado, o deputado Aliel Machado (PV-PR). Quais são os próximos passos? Agente teve uma primeira conversa com o deputado Aliel, muito produtiva. Acho que está muito claro o objetivo que a gente pretende atingir com a lei.

Há alguma perspectiva de ter um substitutivo até o final do ano? Ainda não, para ser sincero, mas a gente tem sinalizado sobre a urgência. Se não olharmos para inteligência artificial, para data centers, para concentração econômica nos mercados digitais, não conseguiremos projetar um futuro em bases democráticas, economicamente fortes, em que a gente tenha uma presença do Estado regulador como deve ser.

A efetividade desses temas vai para além de 2026. A lei da concentração econômica dos mercados digitais deve ser vista como a reforma tributária e como a [regulamentação] dos mercados



“

As nossas leis antitruste não são uma boa resposta [no mundo digital], porque elas são demoradas. É muito melhor prevenir uma situação monopolística, evitando que ela se cristalize. Prevenindo, eu consigo ter um mercado competitivo, preço mais baixo para os consumidores e para as empresas

[As plataformas] estão reclamando porque correm o risco de perder uma situação monopolística, em que têm mais lucratividade, fazem venda casada, limitam a escolha. Mas, quanto mais competição houver, mais inovação haverá e o custo será mais baixo

Se não olharmos para inteligência artificial, para data centers, para concentração econômica nos mercados digitais, não conseguiremos projetar um futuro em bases democráticas, economicamente fortes, em que a gente tenha uma presença do Estado regulador como deve ser

É importante notar que o governo não avançou em nenhuma regulação sobre conteúdo, por entender que o Supremo já tinha tomado decisão sobre isso. Qualquer discussão sobre moderação de conteúdo não está colocada aqui

de carbono —ela ficará como um legado para as futuras gerações.

A discussão de concorrência em mercados digitais está madura e deve ser enfrentada de imediato pelo Congresso. Diante da aceleração da concentração do mercado digital, ela é a mais necessária.

O presidente Trump deixou muito claro ser contra regulação de big techs. Ele ameaça retaliar contra a aplicação do DMA (Lei dos Mercados Digitais, na sigla em inglês) na UE. No caso do Brasil, a regulação de internet foi citada na abertura da investigação da sessão 301 e na carta para o presidente Lula. Vocês esperam algum tipo de reação? Não, porque os EUA fazem isso. Há uma série de processos investigando a concentração de mercados digitais nos EUA. Estamos propondo uma regra que vale para as empresas brasileiras, latino-americanas, norte-americanas, europeias, asiáticas, não tem direcionamento.

É importante notar que o governo não avançou em nenhuma regulação sobre conteúdo, por entender que o Supremo já tinha tomado decisão sobre isso. Qualquer discussão sobre moderação de conteúdo não está colocada aqui. Estamos discutindo concentração de mercado com externalidades negativas para bancos, trabalhadores, consumidores e o Estado brasileiros. Parece-me uma regra muito isonômica, não caberia a nenhuma retaliação.

Mas e se houver uma ameaça de retaliação, qual é o plano? Não acho que a gente passe pelo tema da retaliação aqui, em especial considerando a opção de não avançar em uma regulação sobre conteúdo, e não avançar neste momento em uma tributação adicional das empresas, que são temas mais sensíveis.

O Canadá suspendeu a cobrança do imposto digital após Trump ameaçar impor tarifas comerciais. O governo brasileiro estava discutindo um imposto sobre plataformas. Em que pé está isso? Chegamos a debater o imposto digital em 2024. Quando apresentei a lei orçamentária, eu disse que a gente teria essa opção caso o Congresso não avançasse nos temas que apresentamos. Mas a gente avançou. Neste ano, fomos atingindo nossas métricas de arrecadação, e o tema não será reapreciado neste momento.

Desde 2020, quando foi apresentado no Congresso o PL 2.630, das fake news, a única regulação de internet aprovada foi o ECA Digital. Por que seria aprovada agora uma lei como essa, que se choca com interesses das empresas? O ECA Digital avançou porque houve uma comoção, um entendimento de que era preciso fazer alguma coisa. No caso da concentração de mercado digital, é a mesma coisa. Os empreendedores brasileiros, a indústria, o sistema financeiro, os meios de comunicação, as entidades de consumidores são favoráveis. A mobilização nacional está dada, e isso é determinante para que a lei avance no Congresso.



Furacão Melissa deixa rastro de destruição na Jamaica e ao menos 19 mortos

Uma mulher observa casa danificada pelo furacão na região da Lacovia, em St. Elizabeth, paróquia no sudoeste jamaicano; a tempestade alcançou a categoria 5, nível máximo na escala de intensidade, e se tornou o furacão mais forte a atingir o solo do país em 90 anos, na terça-feira (28), com ventos próximos de 300 km/h, Raquel Cunha/Reuters

TUDO + UM POUCO

Carolina Muniz
Jornalista e autora do blog Tudo + um pouco

Veja dicas de como montar um terrário em casa

Edição da newsletter traz passo a passo de como cultivar o miniecosistema, quais espécies de plantas escolher, quais os cuidados e a manutenção necessária

O terrário é um miniecosistema criado em um recipiente de vidro fechado que permite cultivar plantas em um ambiente autossustentável. Quando montado corretamente, quase não exige cuidados: o ciclo de evaporação e condensação da água mantém o equilíbrio natural da umidade. “É uma forma de ter um pouco de natureza em casa de uma maneira simples, que não requer muita manutenção”, afirma Letícia Borém, professora dos cursos de paisagismo do Senac São Paulo. “Além disso, tem a parte artística, porque é possível fazer desenhos diferentes e até colocar miniaturas de casas e bonecos. Vira um elemento decorativo.”

Dá para montar arranjos em recipientes abertos, mas o modelo clássico é o fechado —justamente o que o torna autossustentável.

Qual planta escolher?

Para um pote fechado, é essencial escolher espécies que gostem de umidade. Elas também precisam se desenvolver bem apenas com luz indireta —o terrário não deve ficar sob o sol, para não esquentar demais.

Além do musgo fofão, a professora recomenda especialmente as fitônias, que se adaptam bem a esse ambiente e ainda trazem beleza ao arranjo, com suas folhas co-

loridas. Outras boas opções são lambari, asplênio, samambaia, unha-de-gato, peperômia e pilea. Já os cactos e as suculentas não vão bem em terrários fechados devido à umidade constante. Para cultivá-los, use apenas recipientes abertos. Opte por mudas pequenas, que ainda tenham espaço para crescer dentro do pote.

Qual pote escolher?

É possível usar qualquer recipiente de vidro transparente com tampa. Dá, por exemplo, para reutilizar potes de alimentos em conserva, como os de palmito ou de azeitona. Nesse caso, verifique se ainda há algum odor forte e lave bem até que ele saia. Outra possibilidade é colocar uma tampa de cortiça em um aquário redondo. O importante é que o vidro não seja muito fino, para evitar que quebre com facilidade.

Como fazer?

Materiais: pote de vidro com tampa; pedras e pedriscos; areia; substrato para plantas ornamentais; peneira; carvão ativado (ou vegetal) triturado; musgo fofão; mudinhas da planta escolhida e borrifador com água.

Ferramentas

Para colocar a areia e o substrato no recipiente, você pode usar um

pequeno pote ou copo. Colheres, espátulas e pincéis de pintura ajudam a espalhar os materiais. Para deixar as camadas mais compactas, uma dica é usar um palito de churrasco com uma rolha espetada na ponta para prensá-las. Se necessário, utilize uma pinça longa para acomodar as plantas.

Passo a passo

Lave o pote com água e detergente neutro e seque bem. Em seguida, peneire o substrato e, depois, adicione o carvão ativado (uma parte para três de substrato). Misture e reserve.

Preencha todo o fundo do pote com uma camada de pedras e pedriscos. Depois, coloque a areia para completar a camada de drenagem —essencial para que a água não fique empocada nas raízes das plantas.

Acrescente uma camada de substrato peneirado e com carvão ativado. Se quiser, você pode intercalar algumas camadas de areia e substrato para deixar o terrário mais interessante do ponto de vista decorativo. Você pode, inclusive, preencher apenas as laterais, fazendo desenhos que fiquem visíveis pelo vidro.

As camadas não devem ultrapassar um terço do recipiente.

Monte a última camada de substrato com espessura sufi-



Acesse o QR Code para se inscrever

O que pode dar errado?

Como evitar problemas em seu terrário: O surgimento de fungos ou bactérias é um dos problemas mais comuns. Para evitar que isso aconteça, é importante ter cuidado para não exagerar na rega, adicionar carvão ativado ao substrato e montar uma boa camada de drenagem.

Se o terrário estiver com cheiro ruim ou aparência de apodrecido, verifique se há alguma material em decomposição (folhas, caules ou musgos) e retire-os. Se perceber mofo, é importante remover o máximo possível com um pincel, por exemplo.

Se o cheiro forte persistir, é melhor refazer o terrário.

ciente para acomodar as raízes das plantas. Forre a superfície com o musgo, deixando espaço para colocar as mudas. Se necessário, umedeça-o com o borrifador para facilitar a aderência dele ao substrato.

Retire a planta do vaso, apertando as laterais com a mão. Com muito cuidado, remova o substrato das raízes. Com o cabo de um pincel, afaste o musgo, coloque a muda no buraco e cubra as raízes com o substrato.

Finalize com a rega. Direcione o bico da seringa ou do borrifador para a lateral do vidro. Não molhe as folhas, porque isso pode causar apodrecimento. Para saber a quantidade de água ideal, regue em apenas um lado do pote: pare quando você perceber que o substrato do outro lado já ficou úmido. Cuidado para não encharcar o solo. Feche bem a tampa.

Como cuidar?

O terrário deve ficar em um local sem sol direto, mas bem iluminado. Não dá para deixá-lo em um lavabo sem janela ou no fundo da sala, por exemplo.

Se tudo correr bem, você só vai precisar mexer novamente nele depois de alguns meses. O principal sinal de que ele precisa de manutenção é a ausência de gotículas de água condensadas no vidro, o que indica falta de umidade. Nesse caso, é hora de abrir o pote e fazer uma nova rega. Observe se as plantas estão se desenvolvendo bem. Pode ser necessário podá-las ou substituí-las. Não é necessário adubar.



ilustrada

De volta ao futuro

Globoplay faz dez anos e tem lucro pela primeira vez ao se aproximar mais da TV tradicional, ancorado na força das novelas e na venda massiva de publicidade [Leia na pág. B6](#)

'Television Is Over',
tela de Nick Taggart,
de 1980 Artsy/Reprodução

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

CHAGAS ABERTAS

Em Belém, uma pessoa negra tem até 30 vezes mais chances de ser internada por uma doença transmitida pela água contaminada do que uma pessoa branca. A taxa de hospitalização por arboviroses (dengue, zika, febre amarela e outras enfermidades transmitidas por mosquitos) também é sete vezes maior entre os negros do que entre os brancos na capital paraense, que será sede na próxima semana da COP30, a conferência sobre clima da ONU (Organização das Nações Unidas).

CHAGAS 2 Os dados são do estudo Racismo Ambiental e Injustiça Climática, realizado pelo Instituto Pólis com base nas informações mais recentes do Censo 2022. Além de Belém, a pesquisa contemplou outras três capitais brasileiras: São Paulo, Porto Alegre e Recife.

CHAGAS 3 A conclusão geral do levantamento, que será apresentado na segunda (3), é a de que a população negra, pobre e periférica nas quatro cidades é a que mais sofre com inundações, deslizamentos e doenças relacionadas a eventos extremos do clima.

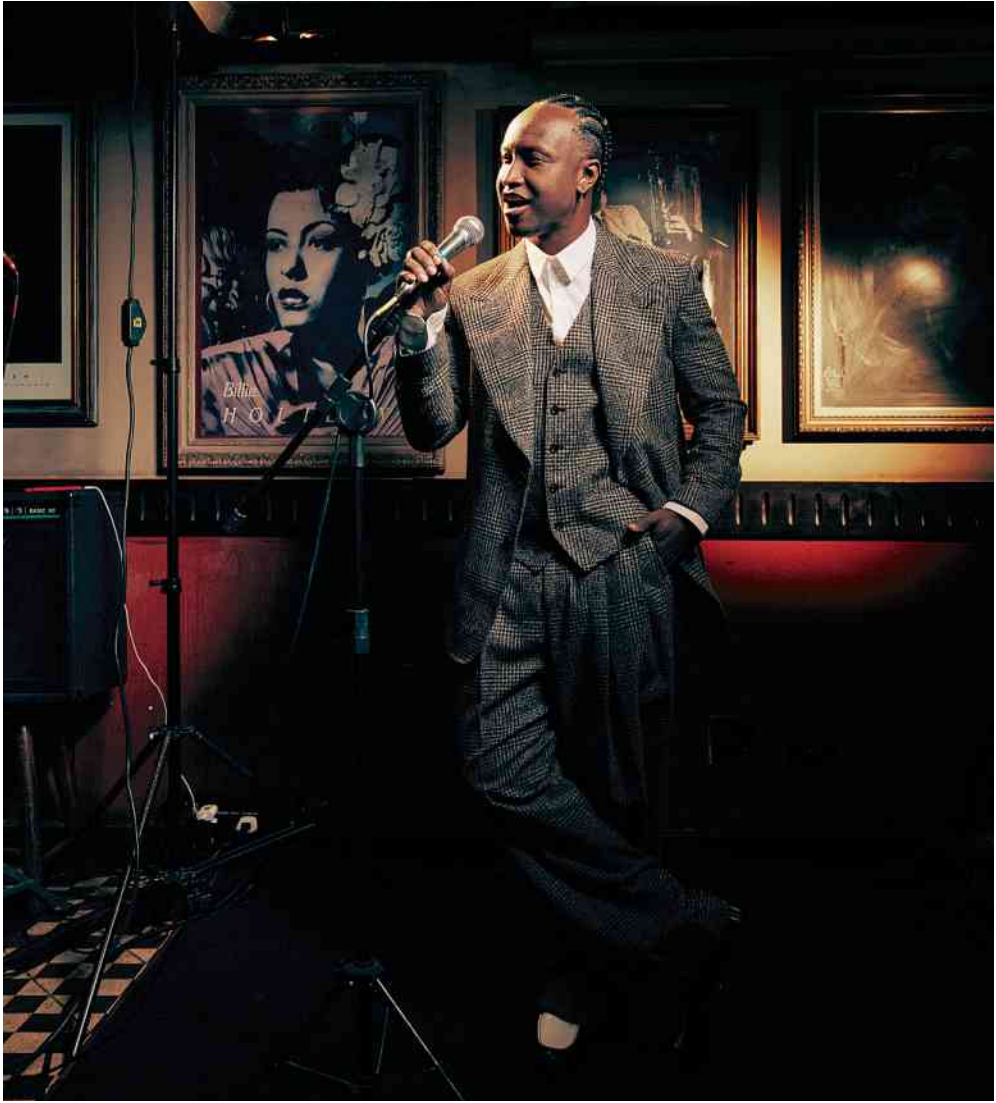
CHAGAS 4 Segundo a diretora do Instituto Pólis, Cássia Caneco, o estudo deixa claro que “a crise climática aprofunda desigualdades históricas”. “É urgente colocar os territórios e as comunidades mais vulnerabilizadas no centro das políticas públicas.”

BASE A análise foi feita a partir do cruzamento de dados socio-demográficos com indicadores de vulnerabilidade climática e acesso a serviços urbanos.

BASE 2 Números sobre coleta de esgoto e lixo, renda, cobertura vegetal, permeabilidade do solo e infraestrutura de drenagem foram analisados na pesquisa, que se concentrou em três recortes territoriais: as áreas predominantemente brancas (locais com maior concentração de pessoas que se autodeclararam brancas no quesito raça/cor da pele), as favelas e as áreas de risco.

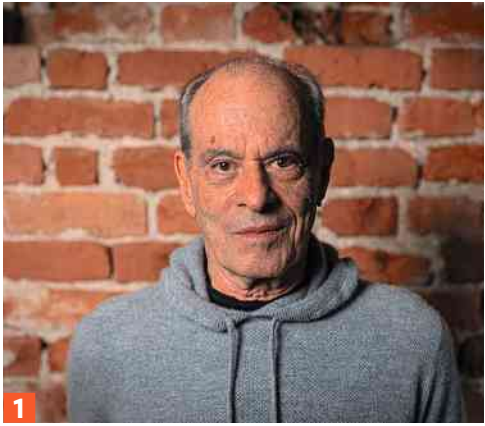
PERIGO O levantamento mostra, por exemplo, que em Porto Alegre, enquanto a população negra representa 25,9% do total, ela corresponde a 40,2% dos moradores nas áreas de risco. As chuvas que atingiram a cidade no ano passado evidenciaram essa desigualdade.

PERIGO 2 Segundo o estudo, a renda média em áreas de risco (R\$ 2.506,71) equivale a menos da metade da média da cidade. É nelas que há menor acesso a esgoto e infraestrutura de drenagem.



VOU QUERER DE NOVO

Thiaguinho grava na quinta-feira (6) seu próximo trabalho autoral, o álbum “Bem Black”, projeto que une a essência do pagode com referências da black music brasileira e internacional. A gravação acontece no Club Homs, tradicional espaço no centro de São Paulo, em um evento fechado André Nicolau/Divulgação



SANGUE LATINO

O cantor Ney Matogrosso **1** e o guitarrista Gerson Conrad **2** prestigiaram a pré-estreia da minissérie documental “Primavera nos Dentes: A História do Secos & Molhados”, do Canal Brasil. O evento, realizado na quarta (29) na Cinemateca Brasileira, contou com a presença do diretor Miguel de Almeida **3** e do produtor Marcelo Braga **4**. O lançamento fez parte da programação da 49º Mostra Internacional de Cinema em São Paulo Fotos Ronny Santos/Folhapress

CULTURAL Atividades e bens culturais podem ter papel central no enfrentamento da mudança climática no Brasil. É o que mostra a segunda etapa da pesquisa “Cultura e Clima – Percepções e Práticas no Brasil”, realizada pela ONG C de Cultura e pela empresa Outra Onda Conteúdo, em parceria com a PUC-RS. O estudo será lançado no próximo dia 13 de novembro, durante a COP30, em Belém.

CULTURAL 2 Segundo o levantamento, 83,5% dos brasileiros acreditam que podem entender melhor sobre mudanças climáticas por meio da cultura, e 73,3% veem filmes, músicas e outras expressões culturais como plataformas práticas de ação diante da crise ambiental. Além disso, 62,6% afirmam já ter mudado algum hábito social ou ambiental inspirados por obras culturais.

PIPOCA O documentário “A Queda do Céu”, de Eryk Rocha e Gabriela Carneiro da Cunha, será exibido durante a COP30. A sessão especial ocorrerá no próximo dia 13 no Instituto Ciência de Arte, no edifício histórico na Praça da República, com a presença de Davi Kopenawa e de Rocha, que vão debater com o público. O evento é organizado pelo Observatório do Clima.

DIVERSO O VoteLGBT realiza o pré-lançamento do livro “Cuidado e Coragem: Violência Política LGBTfóbica no Brasil” na próxima semana, em Nova York. O evento acontecerá na quarta-feira (5), na Roosevelt House, sede do LGBTQ Policy Center da Hunter College, uma das principais universidades públicas dos EUA.

DIVERSO 2 A obra, que estará disponível em português, inglês e espanhol, reúne dados, depoimentos e análises sobre a violência política contra lideranças LGBT+ no Brasil, propondo o conceito de violência política LGBTfóbica como uma categoria analítica própria.

AXÉ! O sociólogo e escritor Reginaldo Prandi lança no dia 12 de novembro, às 19h, na Livraria da Travessa de Pinheiros, em São Paulo, o livro “Orixás: Os deuses que habitam em nós”. O autor é um dos principais estudiosos das religiões afro-brasileiras. Na obra, Prandi retoma os mitos de origem iorubá a partir de dezoito orixás, explorando as forças, dilemas e vínculos simbólicos dessas divindades com a subjetividade humana.

ESTANTE O livro “A vida e o legado do Comendador – Manuel Rodrigues Tavares de Almeida” será lançado na Casa de Portugal na quarta-feira (5). O evento será das 19h às 22h. O empresário português, que viveu a maior parte da vida no interior de São Paulo, foi dono de vários empreendimentos, como hotéis, fábrica de água ardente e bancos. O livro é uma homenagem a sua trajetória.

PLANET

(((1993 * 2025 < ∞)))

HEMP

BNEGÃO * FORMIGÃO * GANJAMAN * MARCELO D2 * NOBRU * PEDRO GARCIA

FAZENDO A SUA CABEÇA
PELA ÚLTIMA VEZ



ABERTURA

BAIANASYSTEM

PITTY

PARTICIPAÇÕES
EMICIDA

SEU JORGE



15/11 • SÃO PAULO

ALLIANZ

PARQUE

INGRESSOS EM: [EVENTIM.COM.BR](https://www.eventim.com.br)



ilustrada

QUADRINHOS

Piratas do Tietê **Laerte**



Bicudinho **Caco Galhardo**



Níquel Náusea **Fernando Gonsales**



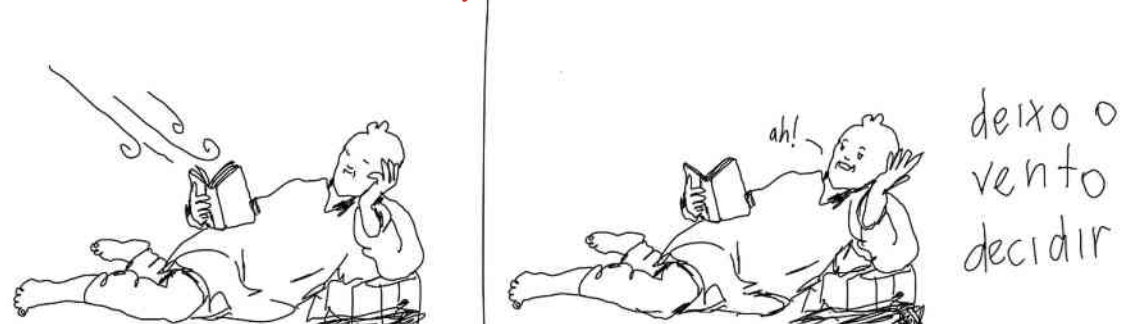
Não Há Nada Acontecendo **André Dahmer**



Viver Dói **Fabiane Langona**



Péssimas Influências **Estela May**



Vida Besta **Galvão Bertazzi**



SUDOKU www1.folha.uol.com.br/jogos

FÁCIL

		7	9			6		
4		5	1			2	8	
	2		8				5	
				6			4	8
5						3		
			2		3		9	6
		1		4		8		
7	8		5		2		6	1
			1			9	7	5

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO	5	2	6	8	1	3	4	9	7
	1	9	4	7	6	5	8	2	3
	3	7	8	2	4	9	1	5	6
	9	6	2	1	5	7	3	8	4
	7	1	3	6	8	4	9	2	5
	8	4	5	1	9	2	7	6	3
	2	5	1	4	3	8	6	7	9
	6	8	7	9	2	1	5	3	4
	4	3	9	5	7	6	2	1	8

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Um móvel da sala / Comer refeição noturna 2. (Matem.) Usar o + / O símbolo químico do germânio 3. Telefonar / Popular 4. Revestimento de um objeto com uma camada de ouro 5. Insurgir, revoltar 6. Coletivo de camelos 7. O nome da letra K / Ator de muita fama 8. (Fig.) Que demonstra ou expressa sinceridade, franqueza / 11, em algarismos romanos 9. Todo ente vivo / Mandioca-doce 10. Um quase nada / Fura-bolo 11. Impedir o andamento de (documento, processo, etc.) 12. Pessoa que ignora um assunto / Período histórico de grande importância 13. No futebol, tocar a bola em direção ao próprio campo.

VERTICAIS

1. Diferença de vantagem por uma de duas coisas comparadas e confrontadas / A Ana cantora sul-mato-grossense 2. Aversão intensa contra alguém / Variedade de uva vermelha com a qual se produz vinho 3. Ator que, em uma peça, representa um ou mais personagens / Erguer, construindo 4. Sobrecarregar de trabalho / Os beques 5. Estudioso do idioma egípcio, libanês e marroquino / Pronome pessoal 6. Abreviatura do antigo cruzeiro / (Anat.) Músculo do ombro 7. Dar saltos / (Paul and Mary) Famoso grupo americano de música folk dos anos 1960 8. Neste instante / Combinar com o elemento químico O 9. Exame atento / Indecoroso, obsceno, vergonhoso.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

AGORA, OXIDAR, 9. REPARO, IMORAL. 4. ATAREFAR, ZAGA, 5. ARABISTA, VÓS, 6. CR, DELTOIDE, 7. PULAR, PETER, 8. VERTICAIS: 1. SALDO, CASTELA, 2. ÓDIO, CABERNET, 3. FIGURA, ERIGIR, 10. TRIZ, DEDO, 11. ENGAVESTAR, 12. LEIGO, ERA, 13. ATRASAR. ALPIM, 10. TRIZ, DEDO, 11. ENGAVESTAR, 12. LEIGO, ERA, 13. ATRASAR. DOURADURA, 5. REBELAR, 6. CAFÉIA, 7. CÀ, ASTRO, 8. ABERTO, XI, 9. SER, 10. TRIZ, DEDO, 11. ENGAVESTAR, 12. LEIGO, ERA, 13. ATRASAR.

Anitta e vocalista do Coldplay, em Belém, animam público da festa Global Citizen

Evento, às vésperas da COP30, tem também Gaby Amarantos tocando as músicas de seu novo disco e discurso de Janja pela Amazônia

Augusto Pinheiro

BELÉM “Estamos aqui por uma causa muito maior. A gente está aqui para se divertir e se conscientizar”, disse Anitta no seu show, o derradeiro da série Global Citizen, este dedicado à Amazônia, no último sábado, em Belém. “Eu amo vocês demais. Que energia incrível!”

A funkeira abriu a apresentação no evento que aconteceu a poucos dias da conferência do clima COP30 com o hit “Show das Poderosas”, vestida com um adereço com plumas em estilo indígena e acompanhada de dançarinos. Logo ela se entregou às coreografias sensuais, que dominaram a maior parte do show, em canções como “Joga pra Lua”, “Savage Funk” e “Lose Ya Breath”.

Em seguida cantou “Envolver”, sucesso em espanhol, “Some que Ele Vem Atrás” e “Romance com Safadeza”, que gravou com Wesley Safadão, com as letras aparecendo nos telões, no melhor estilo karaokê. Entoou ainda “Sei que Tu Me Odeia”, “Desce pro Play” e “Tudo Nosso” e “Sua Cara”.

Depois de Anitta deixar o palco, uma voz masculina anunciou “agora que o bicho vai pegar, a mistura do funk carioca com as aparelhagens”. Foi a deixa para um grupo de dançarinos chegar com roupas iluminadas por luzes coloridas e realizar coreografias.

Logo depois, Anitta voltou ao palco na garupa de uma moto, se uniu à trupe e cantou mais hits, como “Sim ou Não”. Anitta encerrou a apresentação com um toque de rock, com “Boys Don’t Cry”, contorcendo o corpo no chão. “Eu amo vocês”, afirmou. Antes de deixar o palco, ela disse que as pessoas não podiam esquecer o motivo de estarem no evento.

“Enquanto a gente se diverte, a gente tem que pensar em coisas importantes — nossa floresta e os povos originários. Trouxe aqui a família do cacique Raoni para lembrar a importância de estar aqui.” Os parentes do líder indígena, em seguida, entoaram um canto tradicional.

Mais cedo naquela noite, Chris Martin, vocalista do grupo britânico Coldplay, cantou “Paradise”, hit da banda de 2011. Depois, dedilhou os primeiros acordes de “Viva la Vida”, para logo se interromper e pedir palmas da platéia.

Martin elogiou Belém e, antes de começar a cantar “Yellow”, disse que a música era sobre “um time de futebol brasileiro que veste essa cor”. De volta ao violão,

foi a vez de “A Sky Full of Stars”, de 2014, que o artista terminou no piano, com um sorriso no rosto e seus famosos falsetes.

Quem abriu a noite no Estádio Olímpico do Pará, o Mangueirão, foi a cantora paraense Gaby Amarantos. Ela deu o pontapé inicial na turnê do seu quinto álbum, “Rock Doido”, recém-lançado. A diva pop reuniu uma trupe de bailarinos, com figurinos coloridos e brilhosos, no melhor estilo das festas de aparelhagem de Belém, famosas pelos sistemas de som e iluminação potentes.

Saindo de trás da cabine do DJ, ela começou o show com “Essa Noite Eu Vou pro Rock”. A expressão rock doido, que nasceu nas periferias, se refere a festas muito animadas. Depois, ela seguiu com “Arrume-se Comigo”, desfilando com as dançarinas. Com a participação da também paraense Viviane Batidão, conhecida como rainha do tecnobrega, Gaby cantou “Te Amo Fudido”, sobre um amor que não esqueceu.

Com coreografias que misturavam funk, brega e até dança árabe, a cantora seguiu desfilando as faixas do último trabalho, “Não Vou Chorar”, “Interlúdio Égua Mana” e “Viciada em Seduzir”.

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, que estava em Belém com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez um discurso em prol da defesa do meio ambiente. “Em poucos dias, Belém será a capital do mundo [com a COP30]. Nada no planeta se compara à grandeza da Amazônia. Quando chegarem a Belém, os líderes mundiais vão conhecer a realidade da nossa Amazônia. Vão entender que a divisão entre humanidade e natureza não faz sentido. Mudar nossa relação com o planeta é uma tarefa urgente”, afirmou ela.

Ela também usou o futebol como metáfora. “O mundo ainda tem tempo para virar o jogo. Faremos o que estiver ao nosso alcance para avançar em compromissos que façam a diferença.”

A primeira-dama defendeu a igualdade de gênero para preservar o meio ambiente. “Sem mulher, não há floresta em pé.”

Ao lado das ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Sonia Guajajara, dos Povos Indígenas, Janja afirmou que “salvar o planeta é uma tarefa de todas as gerações para todas as gerações”.

E finalizou dizendo “eu aprendi a amar Belém, a gastronomia paraense e a dizer ‘feliz Círio’”. “Hoje vou dizer ‘feliz COP’ para todos.”



Show de Anitta no festival Global Citizen, em Belém

Thiago Gomes/AFP

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br



VOO SOLO
João Lucas, marido de Sasha Meneghel e genro de Xuxa, grava com Ronnie Von para o Companhia Certa, que vai ser exibido nesta segunda-feira (3) na RedeTV! Divulgação

SBT e NSports juntos pagam R\$ 134 milhões por Copa 2026

O SBT e a NSports, canal que tem Galvão Bueno como um dos seus sócios, dividiram o pagamento pelos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2026, que as duas emissoras vão transmitir em parceria no ano que vem. O valor, segundo fontes da coluna, foi de US\$ 25 milhões. Ou seja, a emissora da família Abravanel e o canal esportivo desembolsaram R\$ 134,5 milhões, na atual cotação, por um pacote de 32 jogos do torneio. A primeira parcela já foi quitada com a Fifa no início de outubro. A entidade máxima do futebol terá ao menos outras três para receber até a realização do Mundial de seleções, em junho e julho do ano que vem.

DESCONTO BOM O valor é menor em relação ao que a Globo desembolsou pelo ciclo de direitos de eventos da Fifa entre 2023 e 2026. A emissora da família Marinho pagou quase o triplo: em torno de US\$ 60 milhões por ano (R\$ 322 milhões). Isso ocorre porque a empresa negociou diretamente com a entidade futebolística, enquanto SBT e NSports conseguiram um acordo de sublicenciamento.

FALANDO NISSO... Galvão Bueno já tem data para se despedir da Band. Seu Galvão e Amigos sairá do ar no dia 22 de dezembro. A primeira aparição dele no SBT será no Teleton, no próximo fim de semana. O narrador será um dos nomes que encerrarão a maratona beneficente no sábado (9).

PRECAUÇÃO A série “Trebembé” foi alvo de muitos cuidados na plataforma de streaming Amazon Prime Video. Lançada na última sexta (31), a série protagonizada por Marina Ruy Barbosa contou com um esquema especial para evitar processos dos criminosos citados e de seus respectivos familiares, especialmente de Suzane von Richthofen e Elize Matsunaga.

MAIS UM Felipe Andreoli e Rafa Brites vão ganhar um novo programa inédito na Record. O projeto será baseado em um formato estrangeiro. O casal deve fazer duas atrações na programação do ano que vem. Além da nova empreitada, um dos três programas que comandaram neste ano continuará no seguinte.

EVOLUÇÃO Durante a realização da COP30, em Belém, o Jornal Nacional, da Globo, terá um mapa do tempo especial com recursos tecnológicos inéditos. Na estreia, que está marcada já para esta segunda-feira (3), a apresentadora Eliana Marques deve aproveitá-lo para destacar o papel da Amazônia como uma reguladora do clima para o Brasil e o mundo.

RISOS Luciano Huck comprou um formato humorístico para reforçar o Domingão com Huck no ano que vem. Trata-se do “Silence Is Golden”, que tem feito sucesso na TV britânica desde o início do ano.

ilustrada



Globoplay completa uma década no ar e deseja se aproximar da televisão original

Plataforma vê os concorrentes estrangeiros investirem alto em histórias e personagens brasileiros que antes eram domínio da Globo

Pedro Martins

SÃO PAULO É com um sentimento agri-doce que o Globoplay faz aniversário nesta segunda-feira. Mesmo depois de uma década no mercado, a plataforma segue na segunda posição no ranking de audiência dos serviços de streaming no Brasil, atrás da Netflix —e não por pouco, já que a empresa americana concentra 4,5% de todo o conteúdo em vídeo visto no país, enquanto a brasileira tem 1,5%, segundo o Kantar Ibope, a partir de uma amostra de 15 regiões metropolitanas do país.

No entanto, a Globo diz ter muito a comemorar. A começar pelo crescimento de 40% na base de assinantes pagos no último ano —o Globoplay tem diversos serviços gratuitos, incluindo a transmissão do sinal aberto da TV Globo. Com isso, a plataforma registrou lucro pela primeira vez, segundo Julia Rueff, diretora-executiva do serviço.

Rueff, que está no cargo há pouco mais de um ano, vinda da alta cúpula de chefes do Mercado Livre, afirma ainda que o Globoplay é o streaming com o maior engajamento do país, tanto entre os que são pagos quanto entre os gratuitos, caso do YouTube, com uso diário médio de duas horas e nove minutos.

Esse consumo, vale dizer, ainda é pequeno frente à televisão aberta —evidência disso é a quantidade de pessoas que assistem à transmissão da própria Globo na plataforma, algo em torno de 7% do público sintonizado numa antena tradicional, de acordo com Manuel Belmar, diretor de produtos digitais, finanças, jurídico e infraestrutura da emissora.

A audiência menor, por outro lado, tem seu lado positivo —a plataforma é um laboratório para experimentos com novos formatos, caso das novelas verticais agora em produção ou daquelas mais enxutas, como “Todas as Flores”, de João Emanuel Carneiro, e abordagens consideradas ousadas demais para a televisão tradicional, isto é, conteúdos com mais violência e sexo.

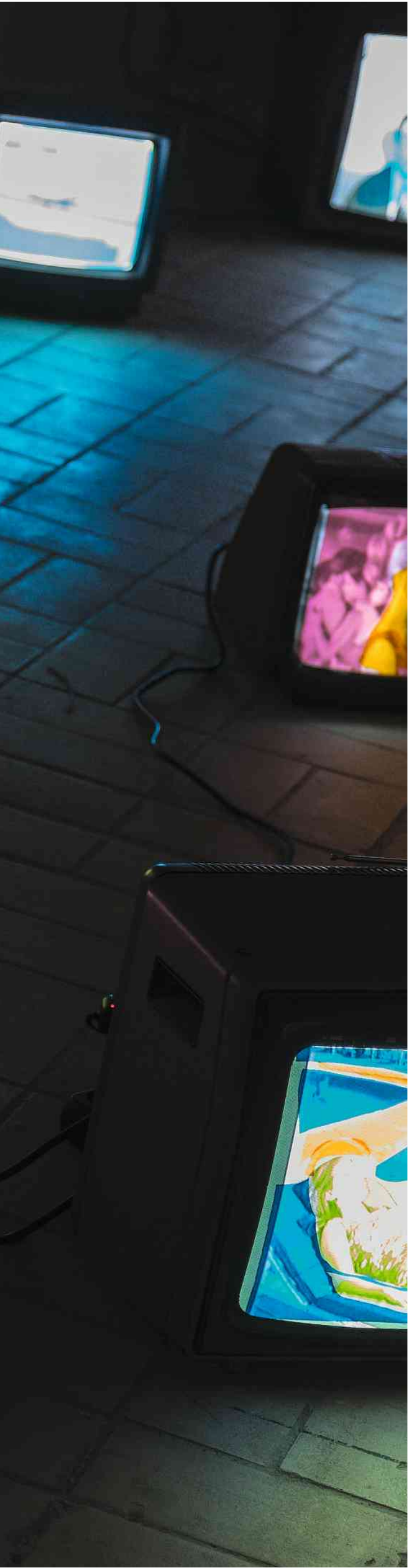
É o caso de “Verdades Secretas II”, de Walcyr Carrasco, feita para ser exibida primeiro no serviço digital e que foi ao ar na televisão só depois de uma aprovação ali.

Acontece que, para crescer, os executivos têm visto que é preciso, de forma paradoxal, se aproximar da televisão aberta e se preocupar menos em ser um serviço parecido com os estrangeiros como o Apple TV+ ou a HBO Max, conhecidos por apostar em conteúdos mais disruptivos. O que vai bem de audiência no Globoplay, afinal, são as histórias ditas profundamente brasileiras.

É o caso não só das novelas, um chamariz importante para os assinantes, principalmente por causa do acervo da emissora, que em breve terá disponíveis 300 folhetins na plataforma, mas também de produções como a série “Pablo & Luisão”, de Paulo Vieira, que escancara as raízes do país, tão trágicas que chegam a ser cômicas. A série, lançada no último mês de maio, se tornou uma das obras mais bem-sucedidas a integrar o catálogo do Globoplay.

Continua na pág. B7





Continuação da pág. B6

Só que, mesmo sabendo disso, a competição não é fácil, afirmam os executivos. A Globo pode ter o maior acervo possível sobre qualquer personagem brasileiro —o que tem levado à produção em massa de séries documentais sobre figuras centrais do entretenimento nacional, de Xuxa a Raul Seixas—, mas a concorrência também já percebeu o quanto o Brasil gosta de se ver nas telinhas e agora aposta quase todas as suas fichas nisso.

Para lembrar só o caso de Ayrton Senna, a série que retrata sua trajetória de forma dramatizada é da Netflix, e a Globo ficou apenas com uma série documental, formato que atraiu ainda outra concorrente, a HBO Max, que lança agora uma produção que conta a mesma história, mas pelo olhar de uma ex-namorada marginalizada pela família do piloto, a apresentadora e atriz Adriane Galisteu.

Manuel Belmar lembra ainda o preço das assinaturas como um campo de batalha, no qual “algumas plataformas são muito agressivas”. Embora esteja distante do valor mínimo que o público precisa desembolsar para assinar serviços como a HBO Max —R\$ 29,90—, a assinatura mais barata do Globoplay, com exibição de anúncios no meio dos programas, ainda é R\$ 1 mais cara do que a da Netflix, que sai por R\$ 20,90.

“Do ponto de vista de infraestrutura, não existem mais barreiras para crescimento. A banda larga fixa está absolutamente penetrada no Brasil. A barreira é que somos dependentes da renda disponível das famílias, e há uma oferta muito grande de plataformas”, diz o executivo. “Vivemos num país que ainda sofre com um crescimento baixo, com uma população endividada, ainda que bastante empregada. Além disso, na forma como o streaming foi estruturado, é muito fácil entrar e sair.”

A publicidade é um fator que tem ajudado as contas a se manterem no azul, afirma Julia Rueff. O Globoplay é a plataforma com a maior quantidade de usuários impactados por anúncios, isso por causa da quantidade de usuários que acessam a plataforma de forma gratuita ou por meio de seu plano mais barato.

É uma estratégia que marca mais uma aproximação da experiência de assistir à televisão tradicional, com seus “merchans” no meio dos programas e e ainda os comerciais nos intervalos. No Globoplay, na verdade, a exibição de publicidade pode ser até mais intensa, com novos formatos de anúncios que surgem a cada mês —o mais novo, por exemplo, mostra vídeos para o usuário que faz uma pausa na transmissão, sempre de maneira segmentada pela localização e o perfil de cada usuário.

“A gente joga a Champions League do streaming. Estamos dentro de um ringue só com plataformas estrangeiras. Dá muito orgulho ser uma empresa brasileira em segundo lugar”, afirma Julia Rueff, acrescentando que as empresas de fora podem diluir seus investi-

mentos em tecnologia, um dos mais altos no setor do streaming, entre vários mercados, inclusive aqueles que operam em moedas fortes como o dólar.

Ambos os executivos, aliás, dizem que seu trunfo, até agora, foi investir nos bastidores, evitando problemas que eram recorrentes desde seu lançamento, como a lentidão e o travamento na exibição dos programas, além da frequência com que o sistema esquecia o registro do usuário, que precisava digitar o seu email e senha quase todas as vezes que queria assistir a alguma coisa.

Mas, nessa discussão, se há uma coisa que põe o Globoplay em condições de igualdade com seus concorrentes estrangeiros é a falta de transparência na divulgação de dados de audiência. A começar pela quantidade de assinantes —sabemos que são 30 milhões, mas não sabemos quantos desse montante pagam por uma assinatura e quantos só assistem a conteúdos gratuitos.

A situação piora no que diz respeito à quantidade de pessoas que assistiram a determinada obra, que ninguém divulga e se tornou um entrave inclusive para os artistas, que têm acesso muito mais fácil a dados de engajamento na televisão tradicional e, a partir disso, podem cobrar mais caro por seu trabalho e negociar com as empresas em condição de mais igualdade.

“A questão das métricas é complexa no mundo inteiro, e a Globo é a empresa mais interessada em aperfeiçoar esse trabalho e ter uma métrica que traduza a audiência em sua completude, para que todos possam discutir nas mesmas bases”, afirma Belmar. A Globo ficou particularmente incomodada neste ano com a maneira como foi alardeado o sucesso de “Beleza Fatal”, novela da HBO Max de Raphael Montes e Silvio de Abreu, mas sem nenhuma clareza sobre sua real audiência.

A clareza às vezes também não se aplica à maneira como as obras são produzidas. Uma reportagem recente do UOL mostrou que um ex-árbitro ganhou cachê de R\$ 50 mil para dar um depoimento à série documental “A Máfia do Apito” —algo que, na visão da crítica, pode ser prejudicial à imparcialidade que se espera de um material desse tipo. Na ocasião em que o caso veio a público, a Globo não esclareceu a situação, mas agora diz que a informação não procede. “Jamais pagamos cachê para entrevistado”, diz Tatiana Costa, a chefe de conteúdo da plataforma.

Mas, se existe uma coisa que pode ajudar o próprio Globoplay a crescer, dizem os executivos, é a regulação do streaming, com uma votação no Congresso Nacional em vias de acontecer. “Na Globo, a gente paga tudo o que é imposto, mas há uma assimetria muito grande no setor, o que não é saudável”, diz Belmar. “A gente gosta de campo competitivo e justo, não temos nada que vá contra isso. Esperamos que aconteça em breve, porque precisamos muito virar logo a página.”

Colaborou Silas Martí

Leia mais na pág. B8



Obra 'My Father's Color Period', de Hiwa K Artsy/Reprodução



Projeto de taxaço do streaming deixa plataformas pagas e gratuitas infelizes

Relatório do deputado Doutor Luizinho, agora em debate, estipula que Netflix e Prime Video sejam cobrados o dobro do YouTube e do TikTok

Ajudante da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo manuseia rolo de filme da seleção do evento Tuca Vieira - 21.out.2004/Folhapress

Eduardo Moura

SÃO PAULO Quando o relator do projeto de regulamentação do streaming, o deputado Doutor Luizinho, afirmou que ninguém ficaria 100% satisfeito com o seu relatório, ele não estava mentindo. São diferentes frentes no campo de batalha. Todos têm críticas. A lei define a Condecine-streaming, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, a ser cobrada de plataformas como Netflix, Prime Video, Globoplay, YouTube, Instagram e TikTok. Os recursos arrecadados vão para o Fundo Setorial do Audiovisual, o FSA, gerido pela Ancine, de onde saem editais e outros programas de fomento ao audiovisual brasileiro. Porém, a maior parte do dinheiro devido poderá ser gasto pelas plataformas. O principal ponto em jogo é a alíquota de taxaço das plataformas. O relatório de Luizinho põs essa taxa em 4%, calculada em cima do faturamento anual após tributos indiretos. Para plataformas como YouTube, Instagram e TikTok, essa alíquota seria de 2%. O Ministério da Cultura defende que seja 6%. A associação das grandes empresas de streaming, a Strima, defendia 3%, calculados após os descontos das obrigações tributárias. Empresas de tecnologia como YouTube defendem que não haja cobrança ne-

nhuma para eles. Já o movimento VOD12, formado por produtores independentes, sindicatos e associações, defendia cobrar 12%. O segundo ponto em tensão é sobre quem decide para onde o dinheiro vai. A maior parte da Condecine-streaming poderá ser deduzida na forma de investimento direto pelas plataformas licenciando produções que elas escolherem, desde que brasileiras. Ou ainda remunerando influenciadores, no caso de YouTube e TikTok — a disputa é sobre qual a porcentagem do imposto que poderá ser usado dessa maneira. Há ainda discussões sobre cotas mínimas para obras nacionais e sobre vantagens e garantias para serviços que tenham mais conteúdo brasileiro em catálogo. São três grupos principais atingidos — as plataformas fechadas, os cineastas brasileiros independentes e as plataformas abertas. O lado dos produtores audiovisuais independentes inclui associações e entidades de diferentes categorias e territórios. Eles se queixam de terem pouco acesso tanto ao Ministério da Cultura quanto ao relator. “A proposta enfraquece o conceito de produção independente brasileira, cede maior porcentagem da Condecine à livre escolha das plataformas. Soberania zero”, diz Minom Pinho, diretora da Associação Paulista de Cineastas. Em manifesto recente, uma série de associações, distribuidoras

e produtoras afirmou que o relatório de Doutor Luizinho se curvava para o lobby das big techs. Luizinho incluiu também, em seu relatório, que 20% devem ir para produtoras das regiões Sul e Sudeste — excetuados os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso foi visto como um aceno de Luizinho para o seu próprio quintal, já que a base eleitoral dele, Nova Iguaçu, na região metropolitana do Rio de Janeiro, poderia se beneficiar disso. O deputado nega qualquer tipo de favorecimento. Há nesse grupo, também, as produtoras do eixo Rio-São Paulo de maior porte, que costumam ser menos explícitas no que diz respeito a manifestos contra o governo ou plataformas estrangeiras. Elas tendem a concordar com a possibilidade de investimento direto por partes das plataformas. O presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo, André Sturm, afirma que, apesar das discordâncias, o texto foi “o possível”, dado os tantos interesses envolvidos. As plataformas fechadas são o grupo composto por serviços como Disney+, Netflix, HBO, Prime Video e Globoplay, unidas numa associação chamada Strima. Na visão de uma pessoa ligada a um desses serviços, o relatório ignorou os questionamentos deles e atendeu a pedidos de menor impacto. Essas plataformas se ressentem pelo fato de

O relatório do deputado Doutor Luizinho propõe uma alíquota de 4%, calculada em cima do faturamento anual já depois de pagos os tributos, mas plataformas como Instagram, YouTube e TikTok, teriam de pagar a taxa de apenas 2%

O texto em análise no momento trata ainda da atuação dos produtores independentes, que inclui entidades e associações de uma série de diferentes categorias do setor e lugares do Brasil

Muitos deles se queixam de terem pouco acesso tanto ao Ministério da Cultura quanto ao relator da lei e argumentam que essa proposta pode enfraquecer todo o conceito do que é uma produção de fato independente

YouTube, Meta, Kwai e TikTok poderem pagar metade da alíquota que Netflix, Prime Video e outras. Para estas últimas, isso seria “um benefício injustificado”. A Strima diz que essas redes abertas não estariam investindo diretamente em produção de conteúdo audiovisual brasileiro. Há um sentimento de que as big techs não abriram mão de nada, enquanto os membros da Strima disseram, em documento enviado ao MinC, que concordariam com a retirada de um dispositivo que permitia que 40% da dedução pudesse ser usada em produções de propriedade intelectual das grandes plataformas. As plataformas abertas como YouTube, Meta, TikTok, Kwai se diferenciam por não terem curadoria nem controle dos conteúdos — são os usuários que alimentam o catálogo. Por trás delas estão grandes conglomerados como Google, Meta e ByteDance. O Conselho Digital, associação que reúne Google, Kwai, Meta, TikTok e Hotmart, disse à reportagem que se posiciona contrariamente a qualquer alíquota aplicada a seus associados. Uma das principais queixas dessas plataformas era a de que seriam obrigadas a pagar a Condecine, mas não conseguiriam usufruir dos recursos do FSA, isso porque os criadores de conteúdo teriam grandes dificuldades em participar dos editais de fomento lançados pela Ancine.

Mata bandido, beija bandido

O crime tem torcida no Brasil, agentes da Justiça, políticos, artistas, jornalistas

Luiz Felipe Pondé

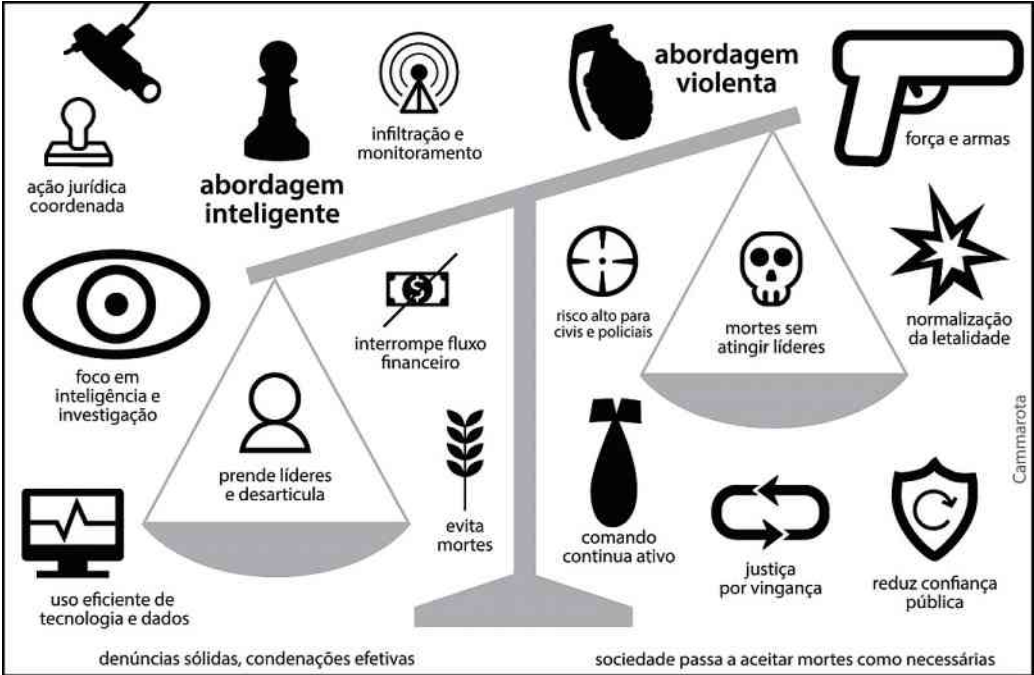
Escritor e ensaísta, autor de 'Notas Sobre a Esperança e o Desespero' e 'A Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela USP

Uma mulher sem passagem pela polícia pega 14 anos de prisão por pichar com um batom a estátua da Justiça em Brasília. Um assassino de uma mulher sai da cadeia depois de seis anos e já matou de novo. Aquela mulher do batom demonstrava o sentimento de muitos brasileiros de que a Justiça, no Brasil, nos últimos tempos, não merece mais respeito. O assassino livre é o símbolo do amor aos bandidos que grande parte do Poder Judiciário, por razões ideológicas ou outras quaisquer, tem demonstrado à população brasileira há algum tempo.

Todo mundo sabia que o Estado brasileiro e, especificamente, o governo Lula, ama bandidos vítimas sociais e perdeu a soberania para o crime organizado. Enquanto o bravateiro Lula fala de soberania em relação a Trump, enquanto o STF canta em prosa e verso o Estado de Direito brasileiro, na vida real, fora da “Matrix” em que vive a liderança delinquente do país, o pau come.

O crime organizado tem torcida no Brasil: agentes da Justiça, políticos, artistas, produtores culturais, jornalistas, intelectuais, professores. E o crime sabe bem disso. Aliás, conta com isso como estratégia política e social para construir sua soberania prática sobre o território nacional.

Em 20 anos, o Brasil será como esses países do chifre da África em que gangues mandam no território e a população aprende a viver entre balas, roubos, assassinatos cotidianos e impostos ilegítimos para não ser roubada, estuprada e morta.



Entre aqueles que compram só um ‘baseadinho’ para a sua recreação e os agentes públicos que há anos vêm ignorando no país a tomada de soberania pelo crime organizado, ninguém parece estar interessado. Os governos já não se importam há muito tempo, e a população brasileira está cada vez mais aprisionada

Se a megaoperação carioca teve algum mérito — não vou entrar na discussão técnica porque não sou especialista — foi pôr na ordem do dia o assunto, obrigando a delinquência de Brasília a se manifestar. Mas não se iludam: a atenção que o assunto ganhou passará logo porque a mídia tem memória curta, assim como a população em geral.

Outro fator que devemos ter em mente é que o interesse continua sendo eleitoreiro, seja para a direita que, antes da esquerda, tem levado a sério o tema, seja para a esquerda que quer angariar votos entre a enorme população envolvida com aqueles que são do crime ou os seus familiares.

O interesse do governo permanece meramente eleitoreiro.

Lula, hoje, venderia o país para qualquer um que garantisse sua eleição em 2026. Não há governo federal e, se houve, acabou. O que há é o quarto mandato. A direita, burra como sempre, não consegue nem se desvencilhar do fator Bolsonaro, presa a uma obsessão que parece ver no ex-presidente uma encarnação do rei português Sebastião, causador da nostalgia do sebastianismo que paralisou Portugal. O bolsonarismo hoje é uma forma de sebastianismo.

Chegamos ao ponto de que, para a torcida organizada do crime organizado — repetição proposital —, o poder legítimo da violência está migrando para os direitos dos bandidos serem bandidos. Claro, contanto que não invadam o Leblon ou a zona

oeste paulistana. Soberania é o monopólio legítimo da violência. É evidente que, para grande parte dessa torcida, o Estado — a polícia, mais especificamente no caso — não merece esse monopólio. Quanto mais policial morrer, e mais bandido escapar, melhor.

Devemos reconhecer que grande parte da perda da fé pública no Estado se dá pelo fato de que um setor significativo da população pobre é vítima de truculência policial, mesmo. Mas mais importante ainda é o fato de que o crime organizado, que está em guerra para tomar o país para si, já se infiltrou num enorme território das atividades de mercado e do Estado brasileiro.

Agentes públicos de vários setores, assim como agentes econômicos de vários setores, já operam, muito provavelmente, para a rede criminoso. O crime, hoje, mantém todo um serviço de “formação de profissionais” de mercado e de carreira pública para garantir sua tomada de soberania no país. O crime está tão organizado que já tem pauta social.

Mas evidente que porrada só não resolve nada, apesar de que bandido só respeita poder de coerção. A verdade é que ninguém, nem nos setores da administração pública nem no campo acadêmico de especialistas, tem a mínima noção do que fazer.

Entre aqueles que compram um “baseadinho” para recreação e aqueles agentes públicos que há anos — independentes da filiação ideológica ou meramente fisiológicos — ignoram a tomada de soberania no país pelo crime organizado, ninguém está nem aí. Os governos ligaram o “foda-se” há muito tempo para o país, e um dos alvos desse “foda-se” é o fato de a população estar cada vez mais aprisionada entre a violência do crime e a do Estado.

Miséria nacional: mesmo a segurança pública está polarizada. A direita mata bandido, a esquerda beija bandido.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

MULTITELA

‘Vale a Pena Ver de Novo’
exibe ‘Rainha da Sucata’,
fenômeno dos anos 1990

Rainha da Sucata

TV Globo, 17h05, 12 anos

Exibida originalmente em 1990, uma das novelas mais populares da Globo, “Rainha da Sucata”, volta ao ar. Foi escrita por Silvio de Abreu, dirigida por Jorge Fernando e retrata o contraste do universo dos novos ricos e da decadente elite paulistana. De um lado, a emergente Maria do Carmo, interpretada por Regina Duarte; de outro, a socialite falida Laurinha Figueroa, vivida por Glória Menezes — as duas apaixonadas por Edu, papel de Tony Ramos.

Roda Viva

TV Cultura, 22h, livre

Na semana que antecede a COP30, Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáti-

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com



Aberto
para Compras

History, 21h15, livre

Três antiquaristas viajam por cidades históricas em busca de preciosidades. Além de fazer bons negócios, eles conhecem mais da história do país ao encontrar uma carruagem do século 18, uma carta da princesa Isabel e até mesmo um velho detonador de dinamite

cas, que acontece em Belém, no Pará, o programa recebe o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, para falar sobre todos os desafios do país na área ambiental.

Desprezer em Te Conhecer

Prime Video, 16 anos

Comédia dramática sul-coreana sobre um ator de séries estereotipado e em declínio e uma jornalista política renomada que é transferida para cobertura de entretenimento. Ela se torna fã dele depois de assistir a sua série, mas se decepciona ao ver como personagem e o homem são diferentes.

Assassin's Creed

Paramount+ e Disney+, 12 anos

Dirigido por Justin Kurzel, o filme adapta a franquia de games que retrata a guerra entre dois grupos lutando há séculos pelo poder e pela liberdade. No filme, Michael Fassbender vive um prisioneiro que descobre poder reviver as

memórias de um antepassado que lutou na Espanha da Inquisição.

Viagem Alucinante

Filmelior+, 18 anos

Oscar é um usuário de drogas vivendo em Tóquio, e sua irmã, Linda, é stripper numa boate. Depois que Oscar é atingido por uma bala, seu espírito se recusa a deixar o mundo dos vivos e ele alucina com memórias da infância enquanto observa a vida da irmã. O filme de Gaspar Noé é uma viagem lisérgica depois da vida.

Harry Potter:
Bruxos da Confeitaria

HBO Max, livre

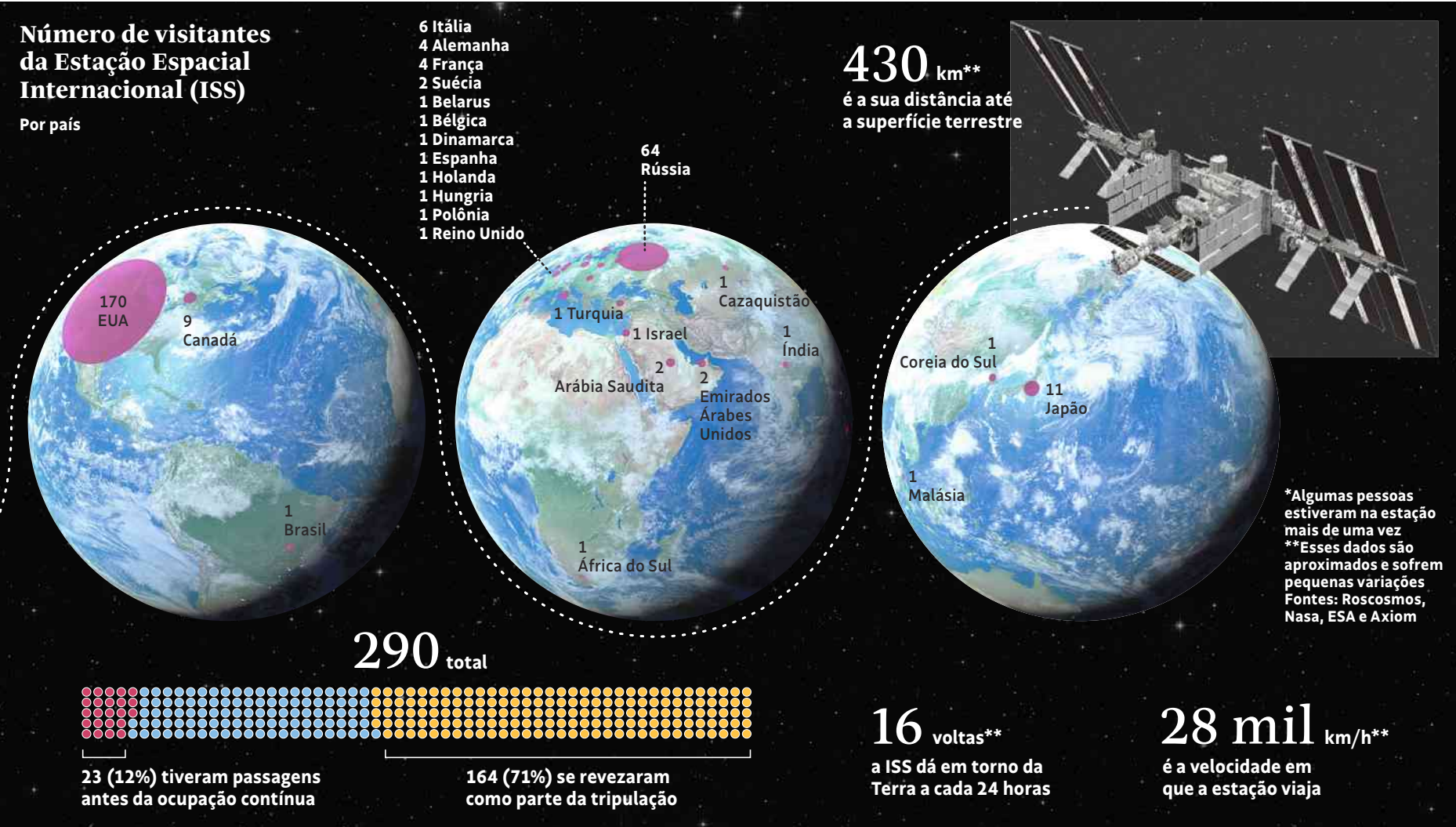
Apresentada por James Phelps e Oliver Phelps, que viveram Fred Weasley e George Weasley no cinema, a competição culinária chega à sua segunda temporada com duas equipes que têm como objetivo criar sobremesas inspiradas na saga para surpreender os jurados.

CINEMA

Morre aos 90 anos o
diretor britânico Peter
Watkins, pioneiro do
drama-documentário

SÃO PAULO Morreu na última quinta-feira, em Bourgneuf, na França, um dia depois de fazer 90 anos, o diretor britânico Peter Watkins. Pioneiro do drama documental, ele venceu o Oscar de documentário em 1967 por “O Jogo da Guerra”, de 1966.

Watkins começou a trabalhar na BBC aos 27 anos, chamando a atenção pelo seu senso de realismo e pela utilização de técnicas jornalísticas contemporâneas e atores amadores. À época do lançamento, “O Jogo da Guerra” teve sua exibição na TV cancelada por ser considerado “muito assustador”, indo ao ar nove anos depois, em 1985, no 40º aniversário do ataque a Hiroshima. O diretor deixa dois filhos, Patrick Watkins e Gérard Watkins.



Ocupação da Estação Espacial Internacional completa 25 anos em clima de fim de festa

Embora esteja no auge de sua produtividade científica, complexo mostra sinais de desgaste; parceria que viabilizou ISS virou passado



A ISS em registro feito em outubro de 2018 por integrantes da expedição 56 em uma nave Soyuz Nasa/Roscosmos

Salvador Nogueira e Gustavo Queirolo

SÃO PAULO No dia 2 de novembro, 25 anos atrás, embarcava a bordo da Estação Espacial Internacional sua primeira expedição. Desde então, a ISS (como é conhecida por sua sigla em inglês) se manteve permanentemente ocupada — um quarto de século em que não se passou um dia sequer sem que humanos estivessem no espaço.

A data, naturalmente, é motivo para celebração, apesar de trazer consigo também um jeitão de fim de festa. Apresentada como o maior projeto coletivo da história da humanidade, ela foi construída por 15 países, com liderança da Nasa (agência espacial dos EUA) e da Roscosmos (sua contraparte russa), a um custo total estimado em US\$ 100 bilhões (isso até o fim da fase de construção, em 2011, sem incluir operações, atualizações e manutenção posteriores).

Essa longa e intrincada história de mais de 9.000 dias foi fartamente documentada e agora pode ser consultada de forma simples e didática no site ISS in Real Time (issinrealtime.org), projeto multimídia independente lançado por dois engenheiros da Nasa. Ben Feist e David Charney trabalham no Centro Espacial Johnson, no Texas, órgão da Nasa responsável pelos aspectos tripulados de seu programa espacial.

Continua na pág. B11

Quem são os recordistas com missões mais longas à ISS

Em uma única missão

Quem/nacionalidade	Quantos dias
Nikolai Tchub	374
Oleg Kononenko	374
Dmitri Petelin	371
Frank Rubio	371
Sergei Prokopiev	371
Mark Vande Hei	355
Pyotr Dubrov	355
Mikhail Kornienko	340
Scott Kelly	340
Christina Koch	328

Robert Markowitz/Nasa/AFP

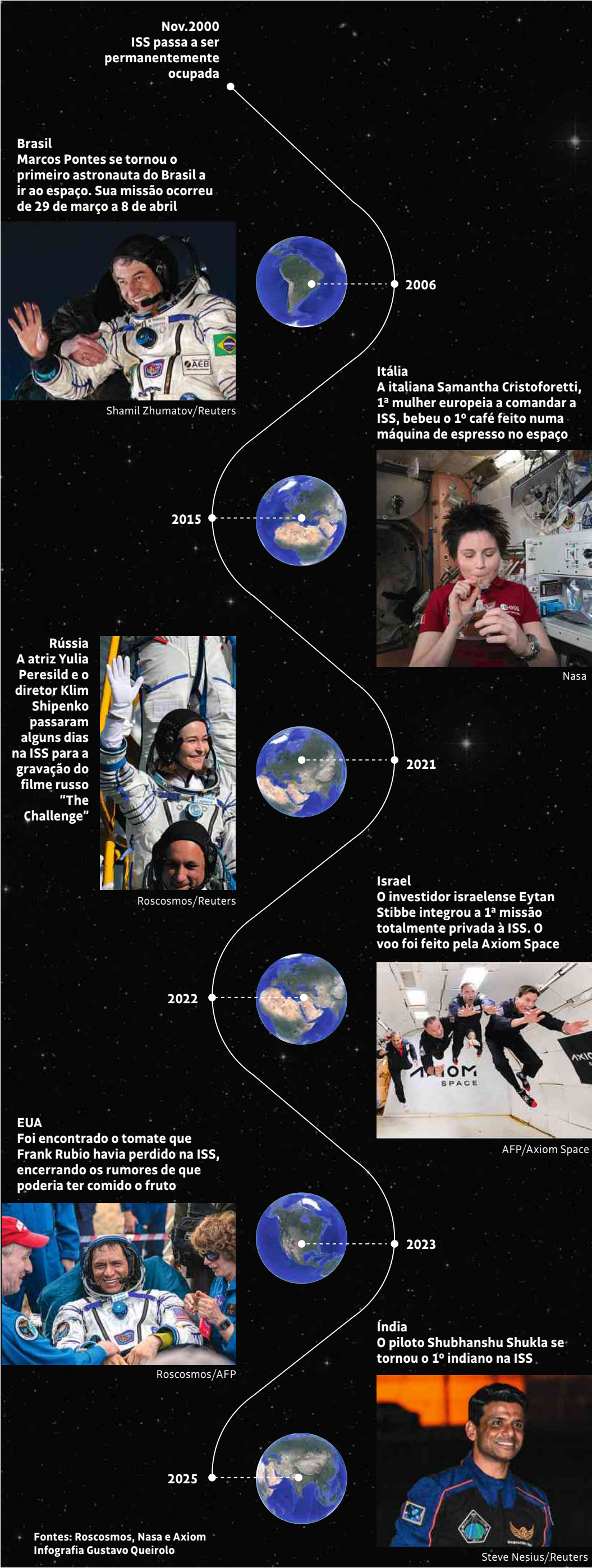


A Nasa monitorou de forma detalhada a saúde de Kelly (à dir.) durante a estadia dele na ISS, de 2015 a 2016, para que pudesse comparar os dados com os de seu irmão gêmeo, também astronauta, que ficou na Terra

Em mais de uma missão

Quem/nacionalidade	Quantos dias
Oleg Kononenko	1.111
Anton Shkaplerov	709
Peggy Whitson	695
Iuri Malenchenko	690
Gennady Padalka	678
Fiodor Iurchikhin	661
Sunita Williams	608
Aleksei Ovchinin	595
Donald Pettit	590
Sergei Prokopiev	568

Fontes: Roscosmos, Nasa e Axiom



Continuação da pág. B10
Eles já haviam feito algo parecido em 2019 no site Apollo 11 in Real Time (apolloinrealtime.org), para celebrar os 50 anos da primeira caminhada humana na Lua, e o projeto depois foi expandido. Mas a natureza do ISS in Real Time é bem diferente; não cobre períodos que não passam de duas semanas, mas sim uma única gigantesca missão que já dura 25 anos.

Um novo mundo
A ISS nasceu de um projeto americano lançado em 1984, a Estação Espacial Freedom, que, no entanto, jamais ganhou tração suficiente, apesar de ter atraído parceiros em seu desenvolvimento (Canadá, Japão e países europeus agregados na ESA, sua agência espacial continental). A proposta só decolou mesmo com o colapso da União Soviética, em 1991, e a conversão da Rússia de antagonista mortal a aliada amigável dos EUA.

O projeto da Freedom foi adaptado para se combinar a módulos russos, literalmente rachando a estação meio a meio e criando uma saudável codependência entre os dois lados. A nova ISS seria operada conjuntamente pelo Centro Espacial Johnson, em Houston, e pela Cidade das Estrelas, nos arredores de Moscou.

Os países antes agregados à Freedom seriam parceiros americanos com seus módulos próprios no novo complexo orbital, que começou a ser construído com o lançamento do módulo russo Zarya, em 20 de novembro de 1998. Duas semanas depois, o módulo Unity, que serviria de conexão entre os lados russo e americano da estação, seria levado ao espaço pelo ônibus espacial Endeavour.

O terceiro módulo, que até hoje serve como principal habitáculo para os astronautas, foi o Zvezda, lançado em julho de 2000. Daí para frente a estação já poderia ser permanentemente habitada, e a Expedição 1, que embarcou no dia 2 de novembro de 2000, era formada por um americano (William Shepherd, o primeiro comandante da ISS) e dois russos (Iuri Gidzenko e Sergei Krikalev).

A construção da estação procedeu pelos anos seguintes, com os russos lançando seus módulos em foguetes convencionais, com acoplagem automática à ISS, e os americanos lançando os módulos seus e de seus parceiros a bordo dos ônibus espaciais.

Houve vários percalços, sendo o maior deles a interrupção dos voos americanos após o acidente com o ônibus espacial Columbia, em 2003. Missões foram interrompidas por quase três anos, período em que os americanos dependeram das cápsulas russas Soyuz.

Os ônibus espaciais retomaram suas missões em 2006 e prosseguiram com as etapas previstas na montagem da estação, o que terminaria em 2011. Concluída essa tarefa, que terminou com a construção de um complexo do tamanho de um campo de futebol e dezenas de componentes diferentes construídos na Terra e integrados no espaço, as atividades se voltaram mais para a real função da ISS: permitir a realização de experimentos que ensinassem humanos a viver por longos períodos longe da Terra.

O Brasil chegou a integrar o programa entre 1997 e 2007, após a assinatura de um acordo bilateral com os EUA, a um custo de US\$ 120 milhões, mas não cumpriu com as obrigações e acabou excluída do projeto quando a Nasa não pôde mais esperar a contribuição brasileira.

Como parte do acordo, a agência americana treinou o astronauta Marcos Pontes (hoje senador), que acabou voando em 2006 à estação graças a um contrato separado feito com os russos para uma missão de curta duração.

Um novo velho mundo
A ISS vive uma situação paradoxal. Por um lado, está no auge de sua produtividade, constantemente tripulada por sete astronautas, que se alternam em estadias que vão de 4 a 8 meses. Por outro lado, a geopolítica de cooperação pós-Guerra Fria que a gestou está se esfacelando.

Embora entre astronautas e cosmonautas não haja atritos, e a colaboração entre EUA e Rússia prossiga na manutenção da ISS, há uma certa animosidade no ar.

A invasão russa da Ucrânia criou uma situação de mal-estar, e o casamento parece estar próximo do fim. Conforme a estação vai chegando ao final de sua vida útil, os dois principais parceiros não sabem nem até quando querem levá-la. Os americanos já acordaram com europeus, japoneses e canadenses que o complexo deve seguir em operação até 2030. Os russos tendem a acompanhar, mas por ora só garantem até 2028.

E o divórcio já se mostra quase inevitável quando contemplamos os próximos programas tripulados, que envolvem um retorno à Lua. Enquanto a Nasa segue com seus parceiros mais usuais no programa Artemis, que inclui uma estação orbital lunar construída nos mesmos moldes da ISS, o Gateway, os russos já decidiram se alinhar ao programa chinês para sua ida à Lua, no projeto da Estação Internacional de Pesquisa Lunar. Se parece uma nova corrida espacial, é porque é.

Também não ajuda o fato de a ISS enfrentar cada vez mais problemas. Embora ela seja atualizada com alguma frequência, algumas das peças simplesmente não podem ser substituídas, o que significa que, com ou sem harmonia entre os parceiros, o fim não deve estar muito além de 2030.

O mundo mudou de lá para cá. Se os anos 1990, que pariram a ISS, pareciam uma era de otimismo, de pacificação, colaboração e globalização, os anos 2020 parecem o oposto disso: aumento das tensões, potencial para novos conflitos e recrudescimento do nacionalismo.

A ISS foi um projeto que flertou com “o fim da história”, como sugeria o cientista político Francis Fukuyama. Conforme a estação se aproxima de seu fim, vemos que estamos apenas virando mais uma página de um livro muito mais longo e cheio de reviravoltas —que certamente vai influenciar a forma como a humanidade passa a ocupar o espaço no século 21. Colaborou Phillippe Watanabe

Marcelo Leite
O colunista está em férias

ciência

MENSAGEIRO SIDERAL

Vagabundo interestelar causa frenesi alucinógeno

Não, o 3I/Atlas não vai bater na Terra; também não é uma nave alienígena

Salvador Nogueira
salvadornogueira@gmail.com

O frenesi em torno do objeto interestelar 3I/Atlas estraga algo que, em princípio, seria fascinante. Começo sendo estraga-prazeres: não vai bater. Não são alienígenas. Quando essas hipóteses são levantadas por aí, sua posterior (e inevitável) refutação acaba esvaziando o interesse sobre esses intrigantes vagabundos do zoológico cósmico, que merecem sim a nossa atenção.

Pense bem: o estudo “de perto” (em termos astronômicos) de astros que tiveram origem fora do nosso Sistema Solar e estão só de passagem por aqui oferece uma janela de oportunidade para estudar a incrível diversidade existente nos processos de formação planetária.

Afinal, esses andarilhos do Cosmos nada mais são que tijolos remanescentes do processo que deu origem a outros mundos em torno de outras estrelas. Sistemas planetários, sobretudo em sua fase formativa, são bagunçados, com pedregulhos voando para todo lado. Se algum deles passa perto demais da estrela-mãe, ou de um planeta gigante, e sobrevive ao encontro, ganha uma estilingada gravitacional que pode atirá-lo para fora do sistema —da mesma forma que as sondas Voyager ganharam estilingadas de Júpiter para deixar o Sistema Solar.

Não surpreende, portanto, que alguns passem por aqui. Mais surpreendente (mas cada vez menos) é que os descobrimos em suas rápidas passagens, a tempo de observá-los. Até agora pegamos três, e todos foram interessantes, cada um a seu modo.

O primeiro, 1I/Oumuamua, de 2017, com seu formato alongado, chamou demais a atenção. Todo mundo queria entender como ele acabou parecendo um charutão, e até agora como um mistério, por que ainda não tivemos chance de observar outros iguais.

O segundo 2I/Borisov, de 2019, foi o mais careta dos três, mas importante porque representa o que esperávamos de um típico objeto desses —jeitão de cometa, sem tirar nem pôr.

O terceiro é a bola da vez, o 3I/Atlas, de 2025. E que bola. É o maior até agora, com um diâmetro que pode beirar 1 km e é incomumente rico em dióxido de carbono —composição que indica que ele foi formado numa região muito fria, algum cafundó de um sistema planetário por aí, bilhões de anos atrás (estimam uns 7, o que daria a ele mais idade que o Sistema Solar, com seus 4,5). Além de tudo, é o mais rápido já visto (mas ainda lerdo demais para um disco voador).

Ele tem sido observado atentamente pelos astrônomos, que acompanham sua trajetória conforme a aproximação do Sol vai degelando-o e produzindo jatos que alteram seu caminho, como se fossem foguetes naturais. Mas são pequenos desvios, nada que possa fazê-lo cair aqui.

O periélio, ponto de máxima aproximação do Sol, ocorreu na quarta (29), mas não foi lá uma grande coisa, passando mais longe dele do que a Terra costuma ficar. Por sinal, em 19 de dezembro ele fará a aproximação máxima do nosso planeta, também nada impressionante, quase duas vezes a distância Terra-Sol. Se, em vez de ser um objeto natural, ele fosse uma espaçonave, teríamos de calçar as sandálias da humildade. Ele já passou muito mais perto de Marte e vai passar mais perto de Vênus e de Júpiter do que passará daqui. Nosso planeta é sem graça, pelo visto. Talvez porque a gente tire a verdadeira graça das coisas criando fábulas sobre elas.

DOM. Reinaldo José Lopes
TER. Álvaro Machado Dias
SEG. Marcelo Leite, Mensageiro Sideral
QUA. Marcelo Viana
SEX. Suzana Herculano-Houzel



Um dos fósseis de Nanotyrannus analisados na nova pesquisa Matt Zeher/Museu de Ciências da Carolina do Norte

Nanotyrannus seria uma outra espécie, não um jovem Tyrannosaurus rex

Novo estudo baseia-se na análise de fósseis desenterrados no estado de Montana, nos Estados Unidos, em 1942, 2001 e 2006

Will Dunham

WASHINGTON | REUTERS Um predador ágil e feroz chamado Nanotyrannus já vagou pelo oeste da América do Norte. Ele parecia uma versão menor do Tyrannosaurus rex, mas tinha várias diferenças anatômicas importantes. Essa é a conclusão de uma pesquisa que saiu na última quinta-feira (30) na revista Nature.

Há anos, paleontólogos debatem se o Nanotyrannus seria uma versão mais jovem de T. rex ou uma outra espécie. O novo estudo apoia esta segunda hipótese.

Os autores da pesquisa examinaram fósseis de Nanotyrannus desenterrados em 1942, 2001 e 2006 no estado de Montana, nos EUA. Eles são de aproximadamente 67 milhões de anos atrás.

As características dos ossos indicam que esses espécimes eram maduros, não juvenis, segundo os cientistas. Além disso, os bichos possuíam mais dentes, uma crista na frente dos olhos, uma diferença na estrutura na parte posterior do crânio e um terceiro dedo, um a mais que o T. rex.

Nanotyrannus e Tyrannosaurus eram ambos membros de uma linhagem de dinossauros carnívoros chamados tiranossauros. Não pertenciam, porém, ao mesmo gênero, segundo os pesquisadores.

Um gênero é um grupo de espécies estreitamente relacionadas que compartilham características semelhantes. Por exemplo, leões, tigres, leopardos e onças-pintadas são do mesmo gênero,

Panthera, mas cada um representa uma espécie diferente.

“O T. rex era um predador adaptado para exercer forças de mordida incríveis. O Nanotyrannus era um predador esbelto e ágil que poderia ter corrido em círculos ao redor do rei tirano”, disse a paleontóloga Lindsay Zanno, da Universidade Estadual da Carolina do Norte e do Museu de Ciências da Carolina do Norte. Ela é a autora principal do estudo.

Na avaliação dela, a nova análise encerra o debate em torno do Nanotyrannus. “Não é biologicamente possível concluir que se trata de um T. rex juvenil”, afirmou Zanno.

A diferença de tamanho entre eles era marcante. Com seus cerca de 700 quilos, o Nanotyrannus tinha cerca de 10% da massa corporal de um T. rex (7 toneladas).

“Nanotyrannus e T. rex são extremamente diferentes”, afirmou o paleontólogo James Napoli, da Universidade Stony Brook em Nova York, coautor do estudo.

O tamanho dos tiranossauros

- NANOTYRANNUS
- **Peso** 700 kg
 - **Comprimento** 5,5 m
 - **Altura** 2 m

T. REX

- **Peso** 7 t
- **Comprimento** 12 m
- **Altura** 4 m

O Nanotyrannus era um predador desenvolvido para velocidade e agilidade, com pernas longas, um focinho comprido com dentes em forma de lâmina e braços fortes para manipular presas. O Tyrannosaurus, por sua vez, era um predador com força, pernas robustas, uma cabeça enorme, dentes grossos em forma de banana e braços muito reduzidos.

“Suspeito que essas duas espécies ocasionalmente entrariam em conflito, como os predadores tendem a fazer, mas as pernas longas do Nanotyrannus e seu tamanho pequeno sugerem que ele caçava principalmente presas menores e mais rápidas do que o Tyrannosaurus”, acrescentou Napoli.

Os pesquisadores também determinaram que os espécimes de Nanotyrannus apresentavam diferenças anatômicas suficientes para serem divididos em duas espécies distintas: Nanotyrannus lancensis e o recém-nomeado Nanotyrannus lethaeus.

Algumas pesquisas sobre o amadurecimento do Tyrannosaurus tiveram como base a ideia de que os fósseis de Nanotyrannus representavam de T. rex juvenis. Entre esses estudos, alguns levantaram a hipótese de que o predador experimentava uma taxa de crescimento extrema.

“Durante décadas, paleontólogos usaram inadvertidamente espécimes de Nanotyrannus como modelo para o T. rex adolescente para entender a biologia do dinossauro mais famoso da Terra. Esses estudos precisam de uma segunda análise”, afirmou Zanno.

A descoberta de que Nanotyrannus e Tyrannosaurus compartilhavam o mesmo ambiente, junto com uma miríade de dinossauros herbívoros, oferece a mais recente evidência de que a diversidade de dinossauros era rica antes do impacto do asteroide há 66 milhões de anos que levou ao fim da Era dos Dinossauros.

“Essa descoberta nos mostra que os dinossauros continuaram a evoluir, inovar e diversificar até que seu reinado foi interrompido. Isso se encaixa em um crescente conjunto de evidências que provam que os dinossauros não estavam em declínio por milhões de anos antes de sua extinção, diferentemente do que pensávamos antes”, disse Napoli.